

Julia Lopez a Almeida.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Cultura

Roberto Freire

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Helena Severo

Diretor Executivo

Luiz Fernando Zugliani

Centro de Pesquisa e Editoração

Marcus Venicio Ribeiro

Coordenadoria de Editoração

Raquel Fabio

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José Fernandes

Coordenadoria de Publicações Seriadas

Carla Chianello



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



Dois dedos de prosa

O cotidiano carioca por
Júlia Lopes de Almeida

Angela di Stasio
Anna Faedrich
Marcus Venicio Ribeiro
Organizadores

Cadernos
da
Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro



2016

Coordenadoria de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br | www.bn.br

Editor

Marcus Venicio Ribeiro

Coordenação Editorial

Raquel Fabio, Valéria Pinto

Preparação de Originais e Revisão

Francisco Madureira

Projeto Gráfico

André Lippmann, Rodrigo de
Mello Alves

Diagramação e Tratamento de

Imagens

Eliane Alves

Assistentes Editoriais

Isther Areias, Janilda Souza,
Taiyo Jean Omura

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A448d

Almeida, Julia Lopes, 1862-1934

Dois dedos de prosa : o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida /
Angela di Stasio, Anna Faedrich, Marcus Venicio Ribeiro, organizadores. –
Rio de Janeiro : FBN, Coordenadoria de Editoração, 2016.

304 p. : il. ; 19 cm. – (Cadernos da Biblioteca Nacional ; v.16)

Inclui bibliografia.

ISBN-9788533307681

1. Crônicas brasileiras. I. Di Stasio, Angela, 1957-. II. Faedrich, Anna,
1984-. III. Ribeiro, Marcus Venício Toledo, 1948-. IV. Biblioteca Nacional.
Coordenadoria de Editoração. V. Título. VI. Série.

CDD- B869.8

Sumário

Júlia Lopes de Almeida e a crônica carioca

Anna Faedrich e Angela di Stasio

9

Seleção de crônicas

21

Júlia Lopes de Almeida e a crônica carioca

*Anna Faedrich**

*Angela di Stasio***

Júlia Lopes de Almeida (Rio de Janeiro, 1862-1934) se destacou no cenário literário e na imprensa periódica brasileiros desde a última década do século XIX até a sua morte e foi uma das protagonistas da escrita por mulheres à época. Hoje, a revisão do cânone tem recuperado o papel e a importância das obras literárias de mulheres que ficaram à sombra da enviesada historiografia literária brasileira. Embora as mulheres tenham desempenhado papel relevante na produção daquele período, deve-se ressaltar que não era sem obstáculos e dificuldades.

* Anna Faedrich é doutora em Letras – Teoria da Literatura (PUCRS/2014) e pesquisadora residente da Biblioteca Nacional.

** Angela di Stasio é mestre em Memória Social e técnica em pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.

A posição ocupada por Júlia Lopes e outras poucas escritoras, na imprensa periódica da época, era incommum. Ela colaborou por muitos anos em um dos principais jornais do Brasil, o republicano e abolicionista *O Paiz* (RJ).¹ Suas crônicas semanais eram publicadas na primeira página do jornal, à esquerda, espaço privilegiado e de grande visibilidade, o que atesta a posição de prestígio e de respeito da autora em ambiente intelectual e literário eminentemente masculino.

Esse espaço nobre de qualquer jornal – para não dizer “proibido às mulheres” –, conferido a seus textos, era atípico porque a socialização das mulheres letradas as conduzia, desde cedo, a papéis sociais outros que não o de escritora. Em entrevista a João do Rio, Júlia fala sobre o seu prazer precoce na arte de escrever e também se refere a um “prazer proibido”, intensificado pelo medo de ser “descoberta”. Em um primeiro momento, a confissão da autora parece revelar o medo comum às escritoras da época em contextos familiares sabidamente desfavoráveis à escrita:

[...] eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto,

1. Jornal fundado pelo português João José dos Reis Júnior, em outubro de 1884, *O Paiz* circulou até o ano de 1930. Rui Barbosa foi o primeiro editor-chefe, sucedido pelo presidente do Partido Republicano, Quintino Bocaiúva. Joaquim Nabuco, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte foram alguns dos principais colaboradores do jornal.

bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura do papel uma porção de rimas...

De repente, um susto. Alguém batia à porta. E eu, com a voz embargada, dando volta à chave da secretária: já vai, já vai! A mim sempre me parecia que se viessem a saber desses versos, viria o mundo abaixo. Um dia, porém, eu estava muito entretida na composição de uma história, uma história em versos, com descrições e diálogos, quando senti por trás de mim uma voz alegre: – Peguei-te, menina! Estremeci, pus as duas mãos em cima do papel, num arranco de defesa, mas não me foi possível. Minha irmã, adejando triunfalmente a folha e rindo a perder, bradava: – Então a menina faz versos? Vou mostrá-los ao papá!

– Não mostres! – É que mostro!

– Vai fazê-lo zangar comigo. Não sejas má!²

Entretanto, a escritora carioca recebeu total apoio de seu pai. Um caso excepcional naquele contexto, sua estreia na carreira de escritora, em 1881, com o artigo sobre a atriz italiana Gemma Cuniberti, na *Gazeta de Campinas*, foi a pedido do pai:

No dia seguinte fomos ver a Gemma Cuniberti, lembra-se? Uma criança genial. Quando saímos do espetáculo, meu pai deu-me o seu braço. – Que achas

2. JOÃO DO RIO. Um lar de artistas. In: _____. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994. (Coleção Raul Pompeia, v. 1).

da Gemma? – Um grande talento. – Imagina! O Castro pediu-me um artigo a respeito. Ando tão ocupado agora! Mas o homem insistiu, filha, insistiu tanto que não houve remédio. Disse-lhe: não faço eu, mas faz a Júlia...³

Júlia relata que tudo não passara de uma “doce invenção” do pai, pois Castro não tinha exigido artigo algum.⁴ Essa pequena narrativa ajuda-nos a compreender a inserção privilegiada da escritora em um ambiente familiar favorável e incentivador à produção e publicação de seus textos. A partir daí, passou a receber convites para escrever em variados periódicos. Merece destaque a revista *A Semana*, editada pelo poeta português Francisco Filinto de Almeida (1857-1945), com quem Júlia se casou e teve três filhos – Afonso, Albano e Margarida. De Filinto, além do crucial apoio, recebeu a admiração que o marido sentia pela escritora.

Dona de obra vasta e variada, Júlia Lopes de Almeida escreveu romances, contos, teatro, crônicas, obras didáticas e literatura infantil. Sua estreia como romancista foi em 1888, com a publicação de *Memórias de Marta*, em folhetim na *Tribuna Liberal* (RJ), de 1888 a 1889 (em livro, 1899). Depois, publicou *A família Medeiros* (1892; em folhetim, de outubro a dezembro de 1891), *A viúva Simões* (1897; em folhetim,

3. Ibid.

4. ALMEIDA, Júlia Lopes de. Gemma Cuniberti. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 7 dez. 1881.

1895), *A falência* (1901), *A intrusa* (1908; em folhetim, 1905), *Cruel amor* (1911; em folhetim, 1908), *Correio da roça* (1913; em folhetim, 1909 a 1911), *A Silveirinha* (1914; em folhetim, 1913), *Pássaro tonto* (edição póstuma, 1934) e *O funil do diabo* (s/d).⁵ Em parceria com Filinto de Almeida, escreveu o romance *A casa verde*, publicado em folhetim, no *Jornal do Commercio* (RJ), de 1898 a 1899, sob o pseudônimo de A. Julinto (em livro, em 1932, pela Companhia Editora Nacional). Com sua irmã, a poetisa Adelina Lopes Vieira, escreveu em 1886 *Contos infantis*,⁶ livro destinado ao uso nas escolas primárias.

Outra faceta da obra de Júlia Lopes foram textos dirigidos às mulheres, momento em que se autodenomina “D. Júlia”, uma espécie de conselheira sabida, que desempenha a atribuição tipicamente esperada ou prescrita às escritoras daquela época.⁷ Esses textos

5. A Editora Mulheres (Florianópolis) tem desempenhado papel fundamental na reinserção de Júlia Lopes de Almeida no cânone literário ao reeditar boa parte de sua obra. *O funil do diabo* acaba de ser reeditado (2015) por Zahidé Muzart. Outros títulos da autora relançados pela Editora Mulheres são: *A Silveirinha* (1997), *A viúva Simões* (1999), *A falência* (2003), *Memórias de Marta* (2007), *A família Medeiros* (2009), *Pássaro tonto* (2013), *Ánsia eterna* (2014), *Correio da roça* (2014) e *Cruel amor* (2015).

6. É interessante ressaltar a importância desta obra para o momento inicial do processo de formação da literatura infantil no Brasil. As irmãs Lopes mesclam literatura escolar, com fins didáticos, e literatura infantil, de fruição e imaginação, sem fins pedagógicos. Adelina escreve versos e Júlia é responsável pela prosa. Enquanto o nome de Júlia Lopes de Almeida já nos é familiar, Adelina permanece, ainda, à sombra do discurso crítico-literário.

7. Essa orientação dual não se perdeu com Júlia Lopes e foi atualizada com Clarice Lispector, que também escreveu textos neste

foram publicados na forma de manuais. O primeiro, Livro das noivas (1896), é voltado para as jovens inexperientes prestes a se casarem. O segundo, Livro das donas e donzelas (1906), é dirigido às mulheres mais maduras, mães e esposas, para as quais D. Júlia faz prescrições de vestuário, vida social, cultivo de flores, educação dos filhos, etc.

Colaboradora no jornal *O Paiz* por muitos anos, Júlia manteve a coluna semanal “Dois dedos de prosa”. O presente volume dos *Cadernos da Biblioteca Nacional* reúne e faz breve análise de algumas das crônicas publicadas nesta coluna. Já ressaltamos o lugar de proa ocupado por esta publicação e o lugar de destaque da coluna, em sua primeira página. Por não ser um jornal dirigido ao público feminino, as crônicas retratavam uma pauta de interesse mais amplo e vasto.

estilo em sua fase inicial, desempenhando o papel típico atribuído às escritoras mulheres. Não sem estranhamento, o leitor dos complexos e inovadores romances e contos de Clarice Lispector se depara com essa faceta da escritora. Sob diferentes pseudônimos – Helen Palmer, Teresa Quadros e Ilka Soares –, Lispector publicou textos na imprensa periódica brasileira (nos jornais *Comício*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*) destinados às mulheres, com receitas, dicas domésticas, de etiqueta e de beleza, conselhos variados, como o que fazer para manter o casamento, agradar ao marido, educar os filhos etc. Esses textos foram reunidos, recentemente, em dois livros: *Correio feminino* (2006), e *Só para mulheres* (2008). A diferença entre ambas talvez seja o fato de Clarice Lispector se submeter a esse ofício por necessidade financeira, enquanto Júlia Lopes provavelmente o fez por adesão normativa, por pertencer a uma geração de escritoras mulheres que não se autorizava o abandono completo dessa orientação, no ofício de escritora.

Neste livro, selecionamos 40 crônicas⁸ escritas por Júlia Lopes, entre os anos de 1908 e 1912. Este período justifica-se pela intensa publicação da cronista no jornal *O Paiz*. Embora a coluna tenha sido publicada de modo contínuo, nem sempre manteve a estrita regularidade semanal. Uma das razões era a necessidade da escritora de viajar ou de acompanhar as viagens do marido.

Nesta seleção, é possível encontrar os mais variados temas e ver como alguns deles permanecem atuais. As crônicas de Júlia Lopes de Almeida não deixam esconder a erudição e o refinamento da autora. Sua visão de mundo é crítica e perspicaz. Suas experiências no exterior permitem a comparação entre a situação do Brasil e a de outros países mais desenvolvidos. Exemplo disso está na crônica de 19 de janeiro de 1909, em que Júlia compara o comportamento da polícia brasileira com o da inglesa:

Qual será o meio de civilizar o nosso policial fardado,
e de lhe transformar os ímpetos nativos em ações

8. As crônicas de Júlia Lopes de Almeida selecionadas para este livro estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>), portal de periódicos nacionais disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Pesquisadores de qualquer parte do mundo têm acesso, inteiramente livre e sem qualquer ônus, a títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no país ou criados por brasileiros – como o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos fundados em 1808 – a jornais extintos no século XX, como o *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, ou que não circulam mais na forma impressa, caso do *Jornal do Brasil*.

de prudência e de respeito alheio e próprio? Por que processos conseguiu a Inglaterra aquela sua polícia modelar, que infunde a nacionais e estrangeiros, quer estes vivam na sua capital a vida inteira, quer lhe atravessem em um dia apenas as suas ruas tumultuosas, uma tamanha confiança na justiça das autoridades e na ordem da sociedade? (“Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, 19 jan. 1909)

A cronista vê a educação como a única solução para os problemas do país e afirma que “a civilização das cidades se mede pela polícia que elas têm”. Dessa forma, ela aposta na transformação da polícia, que deve ser uma defesa e não um perigo: “O organismo da polícia não pode ser só constituído pela força física, mas também pela força moral, que dá prestígio, que mantém a calma na cólera, e a serenidade diante das provocações.”

Os “dois dedos de prosa” de Júlia funcionaram como espaço de reclamação dos “interesses de munícipe”. Na crônica de 25 de agosto de 1908, Júlia trata de temas como a água, a desigualdade social e o desarmamento. Sobre este último, ela se mostra a favor: “Infelizmente, sim, porque quantos e quantos crimes são cometidos sem premeditação, só pelo recurso que em um momento de desvario impulsivo um indivíduo encontra na faca pontuda que traz oculta na cava do colete, ou no revólver carregado que lhe pesa no bolso traseiro das calças!” Surpreende o leitor de hoje perceber que o teor dessas crônicas, que retratavam o cotidiano do início

das primeiras décadas do século XX, continua válido na pauta do debate atual.

É possível encontrar, também, assunto municipal na crônica de 2 de fevereiro de 1909, em que a autora intercede pela arborização das ruas. Em 9 de agosto de 1910, o tema da febre amarela mostra uma mulher que não é alheia às causas sociais e exige atitude governamental. Ela afirma que a “obrigação do governo é fortalecer cada vez mais as instituições que zelum pela saúde pública”. No decorrer da leitura dessas 40 prazerosas crônicas, vamos nos deparar com o pedido de guias com nomes de ruas e praças de cada bairro às companhias responsáveis pelas linhas de bondes, assim como o protesto fervoroso de Júlia contra a mudança do nome do largo da Carioca para marechal Hermes da Fonseca:

[...] De modo que mudar um nome já muito popular é, além de uma heresia e um desrespeito pelo povo, uma inutilidade. O largo da Carioca será sempre o largo da Carioca, como a rua do Ouvidor é a rua do Ouvidor, a rua da Quitanda é a rua da Quitanda e a desmembrada rua dos Ourives é ainda rua dos Ourives! O povo levanta os ombros indiferente a certas homenagens e continua, com o direito do hábito e da amizade que o próprio hábito sugere, a chamar as coisas pelo nome por que as conhecia, já de tradição. Acredito mesmo que o próprio marechal Hermes da Fonseca, cujo nome querem que substitua o da praça citada, todas as vezes que tiver de aludir a ela a designará

instintivamente pelo seu nome antigo... (“Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, 20 set. 1910)

Júlia Lopes, nesta mesma coluna, também se dedica à crítica literária e artística. Não é raro a escritora comentar e avaliar peças teatrais, exposições de arte, concertos musicais e livros de literatura. Júlia vive a efervescência cultural da capital do país, o Rio de Janeiro, e demonstra ser uma espectadora refinada.

Na crônica de 13 de julho de 1909, ela anuncia a inauguração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que ocorreria um dia depois. Na crônica seguinte, em 20 de julho de 1909, emite a sua opinião sobre o novo teatro. Entusiasmada, escreve: “Abençoado dinheiro o que se gastou naqueles mármore, naquelas pinturas, no ônix esmeraldino daqueles corrimões, nos bronzes e nos cristais daquelas lâmpadas e na execução do seu plano belíssimo. A cidade está radiante; tem mais um título de glórias para a admiração do estrangeiro e de orgulho para a satisfação própria.”

Esta seleção de crônicas permite-nos conhecer melhor a faceta cronista da romancista Júlia Lopes de Almeida. Uma Júlia muito diferente daquela dos manuais para mulheres. Uma Júlia cronista, que publica num dos mais importantes jornais da época, e revela seu olhar observador e crítico para os eventos cotidianos e citadinos. Sua leitura nos transporta ao imaginário (ao dia a dia e ao imaginário) da *Belle Époque* carioca. Assim como muitas outras escritoras, Júlia Lopes de Almeida contribuiu para o acervo das

Letras no Brasil, mas ficou à sombra da história literária nacional, que silenciou a participação feminina. O incentivo da Fundação Biblioteca Nacional, ao apoiar e viabilizar pesquisas e publicações que resgatam a memória feminina, é precioso para que se possa, entre muitas outras questões, redimensionar a magnitude e qualidade da atuação das mulheres na literatura, na política e no cenário cultural e intelectual de diferentes épocas, em vista de maior igualdade.

Sábado acordei ouvindo o barulho da chuva e logo uma doce alegria se espalhou pelo meu espírito à ideia de que os gramados do meu jardim e as árvores do meu pomar, tão abrasadas pela língua d'água em que têm crescido, tinham enfim para ressuscitar-lhes as fileiras semimortas uma rega salvadora. A verdade, para mim solenemente triste, é que morando eu a cinco minutos da Carioca,¹ seja a minha casa fornecida de água só das 5:30 ou 6 horas até as 9 e pouco da manhã, e isso mesmo por um encanamento de tão pequeno diâmetro, que a água não tem pressão que a faça subir até o alto das chácaras dos meus vizinhos nem da minha, onde vicejariam espinafres e alfaces e assim não floresce nem um mísero pé de couve.

Este assunto não interessa ao leitor, mas interessa-me a mim e não é demais que, ao menos uma vez na vida, eu propugne aqui pelos meus interesses de munícipe apaixonada por violetas e morangos. Hortaliça também. Quem não gosta de couve-flor? Imaginemos que todos os quintais do Rio transbordavam

1. Situado no centro antigo da cidade, o largo da Carioca está próximo a Santa Teresa, bairro em que a autora residia.

de lindas flores, saborosas frutas e delicadas verduras e veríamos talvez mudada a nossa feição melancólica em aparência satisfeita e risonha. Valha-nos o dr. Sampaio Correia,² que se quiser mandar verificar à estrada carril de Santa Teresa a razão desta queixa, que faço constrangida, acha-la-á justa. Perdi da memória o número de vezes que fui ao escritório das obras públicas pedir ao seu antecessor remédio para um mal de que sofremos sem culpa, visto que satisfazemos todas as contribuições do estilo.

É como a polícia. Se souberem por aí que fui assassinada com toda a minha família a horas mortas da noite por ladrões iludidos na sua boa-fé, ninguém estranhe o caso, porque as patrulhas, coitadas, têm medo de rondar o sítio isolado e trevoso em que nós e os nossos vizinhos (reparem que não sou egoísta e nunca aludo a mim só) nos lembramos de assentar acampamento. Compreendo que não deva ser agradável caminhar um sujeito para trás e para diante num caminho que escorra de um lado em ribanceiras de que podem emergir vultos inesperadamente, e do outro as raras casas sejam intervaladas por mato hispido igualmente favorável às esperas para o assalto. É um estado de alma compreensível.

De resto, a brava ronda, certa da valentia geral, deixa aos moradores da estrada o cuidado de defenderem a sua vida e a sua propriedade a revólver. Por

2. José Matoso de Sampaio Correia (1875-1946), engenheiro, empresário e político fluminense, era na época inspetor-geral de Obras Públicas do governo de Afonso Pena.

mim, tenho feito constar por toda a redondeza que sou capaz de matar um tico-tico que voe a mais de quinhentos metros acima de minha cabeça. Parece-me que acreditam.

Neste sentido recebi da mais impressionável das minhas amigas um conselho original e que cedo a quem o quiser: o de mandar fazer algumas figuras de cera, com olhos iluminados por lamparinas internas, e postá-las todas as noites na varanda e no terraço, de armas engatilhadas para o jardim. Um fio elétrico... Mas a explicação desse maquinismo levar-nos-ia muito longe, e nem ele é necessário em um país em que quase toda a gente anda armada, infelizmente. Infelizmente, sim, porque quantos e quantos crimes são cometidos sem premeditação, só pelo recurso que em um momento de desvario impulsivo um indivíduo encontra na faca pontuda que traz oculta na cava do colete, ou no revólver carregado que lhe pesa no bolso traseiro das calças! Além de ser esse um hábito covarde de que todo o brasileiro se deve libertar, é um hábito perigoso, e que de um momento para o outro o pode transformar na mais desgraçada das criaturas. Todos os assassinatos executados com armas usadas pelos assassinos devem ser considerados, sejam quais forem as suas atenuantes, com a agravante da premeditação. Ninguém carrega um objeto mortífero consigo sem um interesse ou uma ideia qualquer, a não ser que esses objetos sejam (como os longos alfinetes dos chapéus das senhoras) objetos de uso particular. E aí estão umas armas com que ninguém conta... pelo menos os que ainda não

viram a *Theodora*, de Sardou.³ Felizmente, estes constituem a maioria.

Não costumo ler jornais estrangeiros, a não ser revistas de arte, nem posso, portanto, imaginar se o número dos nossos crimes iguala ou excede o de outros países em que o uso das armas não seja tão comum, ou em que a benevolência dos júris não seja tamanha como aqui, onde os criminosos de certa posição, contando com a impunidade certa, levam a efeito os atos de maior atrocidade ou de mais feia culpa. Todavia, exatamente os criminosos de melhor posição social, deveria a justiça punir com mais desassombro, porque eles não têm a desculpa dos nem a ignorância que brutaliza os homens, nem a fome que alucina todo o animal, irracional ou não. Condenar um ladrão de botas rotas ao cárcere e deixar passear o outro de botas de verniz reluzente pelos salões; segregá-lo do convívio da sociedade um assassino analfabeto e desamparado, para consentir que outros assassinos bem-vestidos circulem pelas ruas, se misturem à gente honesta, cortejando moças inocentes ou intervindo em negócios públicos, é fato que bradaria pela justiça, se além de cega ela não se tivesse também feito surda.

Este drama de São Paulo, vibrado entre as paredes do próprio Tribunal com inconcebível audácia, que dolorosas surpresas nos trará, a nós todos, que nos

3. Victorien Sardou (1831-1884), dramaturgo francês, reconhecido por suas comédias, entre as quais *Theodora*, encenada pela atriz francesa Sarah Bernhardt.

interessamos pela perfeição moral dos nossos costumes e da nossa raça?

A propósito de raça: ninguém imagina a inveja que o lindo artigo de Alfredo de Mesquita,⁴ publicado sexta-feira nesta folha, provocou no meu espírito, não pela minha, mas pela sorte de minhas filhas, comparada à das meninas americanas. A alegria, a atividade, o desembaraço dessas lindas criaturas teriam também as nossas, se os homens brasileiros consentissem nisso. Eu não admiro a mulher americana, admiro o homem americano que não se opôs a que ela se individualizasse e tomasse os ares de independência que seriam tidos ainda entre nós como escandalosos, e são, entretanto, mais inocentes do que os das sociedades hipócritas. Aqui o homem ainda é um inimigo da mulher. Lá é um irmão. É só essa a diferença. Mas a ocasião agora não é para estudos comparativos das sociedades, mas para estudos comparativos do nosso progresso material e artístico. Ainda no último sábado, em um dos salões do rés do chão do almirantado, passei uma hora interessantíssima, vendo ao lado de primorosas reproduções de vários dos nossos navios de guerra, que fazem parte do museu naval, pequenos modelos de embarcações brasileiras de todo o gênero, desde as canoas dos índios, agudas como lançadeiras, destinadas a cortarem as águas dos rios e a se despenharem pelas cachoeiras fra-

4. Jornalista, escritor e diplomata português, Alfredo de Mesquita (1871-1931) trabalhou no *Jornal do Commercio*, no *Diário de Notícias* e na revista *O Ocidente*. Escreveu biografias, ensaios literários, contos, teatro, literatura de viagens e um romance.

gorosas; desde as jangadas e as balsas do norte, que se unem à terra durante o dia e deslizam à noite para o meio das águas, fugindo ao ataque das onças bravas; desde o que há, enfim, de mais primitivo no país, até o que se faz modernamente de mais aperfeiçoado. O interesse por essa exposição⁵ pitoresca e curiosa cresce com a ideia de que ela é o berço de uma escola marítima como talvez não haja outra igual em todo o mundo. Não cabe neste fim de crônica ligeira falar de intuições tão patrióticas e tão complexos, os quais, estou certa, encontrarão no governo o apoio que tudo facilita. O que é preciso é que, ao desejo de realizar obra tão importante, junte o seu iniciador, dr. João Marques, a tenacidade, que é a maior força conquistadora...

25 de agosto de 1908

5. Referência provavelmente à Exposição Nacional de 1908, inaugurada no dia 11 de agosto em comemoração aos 100 anos da abertura dos portos: ocupou dezenas de prédios públicos e pavilhões, muitos dos quais construídos especialmente para o evento.

Foi exatamente nos dias de agitação da última semana, em que a polícia militar efetuava com desassombro o esporte da macabra caça ao homem,⁶ pelas nossas praças e avenidas, que um telegrama da França civilizada veio consolar-me um pouco de certas ideias que ao meu patriotismo melindrado sugeriam essas correrias assassinas e desenfreadas.

Antes que a pena se me escorregue para o assunto estrangeiro, deixem-me refletir um pouco sobre os fatos caseiros que nos interessam.

Qual será o meio de civilizar o nosso policial fardado, e de lhe transformar os ímpetos nativos em ações de prudência e de respeito alheio e próprio? Por que processos conseguiu a Inglaterra aquela sua polícia modelar, que infunde a nacionais e estrangeiros, quer estes vivam na sua capital a vida inteira, quer lhe atravessem em um dia apenas as suas ruas tumultuosas,

6. A autora se refere aos violentos conflitos ocorridos entre os dias 12 e 15 de janeiro, em várias ruas do centro da cidade, entre populares, que protestavam contra o aumento da passagem dos bondes e a supressão de alguns pontos de parada, e a polícia. Os conflitos resultaram em quatro mortes, muitas prisões e destruição de bondes e carros da Light.

uma tamanha confiança na justiça das autoridades e na ordem da sociedade?

Em que mão estará fechado o segredo da nossa tranquilidade de cidadãos?

Tudo isso tem resposta imediata: a educação do povo, de que saiu o soldado analfabeto; o espírito de ordem nos superiores, que não é apanágio de raça e se adquire pelo domínio da razão e da boa disciplina; o respeito à lei, o amor da humanidade, e a imitação dos meios que aperfeiçoaram classes idênticas em outros países mais cultos.

Nós temos entre nós a prova de que o povo respeita e obedece mais facilmente a quem procura convencê-lo do que a quem procura ameaçá-lo. A polícia civil criou já um prestígio que vale por uma dedução. Não será talvez difícil achar-se a razão da sua superioridade, para fazê-la imitada pela outra, a não ser que esta outra desapareça.

Porque, em boa verdade, não sei para que uma cidade de trabalho, uma cidade ordeira, precise de polícia armada de carabinas e de lanças – ofensivas mesmo quando não estejam em atitude de agressão. Mas, enfim, isto será talvez mal-entender as coisas e não insistirei nesta passagem para fazer outras perguntas:

- Haverá escolas nos nossos quartéis?
- Os soldados que sejam analfabetos antes de engajados conservar-se-ão analfabetos depois?
- Nessas escolas, a par do B-A-Ba, da tabuada, dos exercícios de caligrafia, haverá preleções sobre moral, sobre higiene, noções de geografia, narrações de feitos

históricos e altruísticos, desdobramento de ideias que aperfeiçoem os espíritos e deem aos homens mais simples uma noção ampla da justiça, do respeito individual e da vida?

– Teremos o direito de exigir que um descendente de qualquer tribo indígena, nunca esclarecido pela luz dos livros, tenha a correção e os sentimentos dos homens educados?

– Procurará o governo polir no quartel, que tantos bens sacrifica, a rudeza nativa desses homens destinados a manter a ordem e o respeito nas ruas de uma capital grande e complexa como é a nossa?

– Poderemos ficar tranquilos, sentindo a nossa vida e a nossa propriedade garantidas por indivíduos mais instintivos que conscientes?

Quem me responderá?

O tempo e com urgência; porque é impossível que não se trate quanto antes de corrigir erros que nos aviltam e nos conservam em contínuo sobressalto.

Não podemos viver em uma cidade como quem vive em uma floresta, ao acaso do encontro de animais ferozes. A polícia parece-me que não foi inventada para punir sumariamente arruaceiros e desordeiros, mas para evitar que eles cometam depredações e assaltos, e não ser mantida pelo povo pacífico para que ela o baleie e o alanceie nas suas crises de arrebatamento. O organismo da polícia não pode ser só constituído pela força física, mas também pela força moral, que dá prestígio, que mantém a calma na cólera, e a serenidade diante das provocações.

Certas qualidades, como a prudência e essa mesma serenidade de ânimo aludida, raramente são naturais nos indivíduos, mas obtidas pelo esforço próprio ou pelo ensinamento e a boa disciplina.

Elas devem fazer parte importante do programa dos quartéis policiais, visto que a civilização das cidades se mede pela polícia que elas têm.

Na nossa, entretanto, dá-se um fenômeno singular: quando há desordens, arruaças ou revoltas populares, nunca os homens pacíficos, que as necessidades da vida obrigam a sair à rua, temem os arruaceiros ou os revoltosos, mas sim a polícia! É a polícia, justamente encarregada e paga por eles para os defender, que lhes mete medo. E não se diga que esse temor é pueril, pois que ainda agora muita dessa gente pacífica tombou ferida pelas balas dos soldados enfurecidos. Em um dos últimos dias desta agitação, as autoridades preveniram os cidadãos para que não andassem pelas ruas da cidade depois das cinco horas da tarde, pois que elas iam “agir com energia”.

Como? Mas, se esta é uma cidade de trabalho, não é uma vila balneária ou de pura vilegiatura; há dezenas de milhares de cidadãos a quem a vida obriga a andar pelas ruas da cidade depois daquela hora, e enquanto não tivermos abundante e barata a viação aérea, assim terá de ser por muitos anos, e exatamente para nos garantir contra os desordeiros e malfeitores a qualquer hora do dia ou da noite, é que pagamos a polícia.

Como tolerar então que essa mesma polícia nos venha dizer que não podemos sair à rua a tais ou tais horas sob pena de sermos vítimas da sua energia?

É indispensável que a nossa polícia se transforme, que a tenhamos como uma garantia e não como uma ameaça, que ela seja para nós uma defesa e não um perigo, um elemento de vida e não uma possibilidade de morte. É preciso que não sejamos obrigados a fugir *da* polícia, mas *para* a polícia, quando nos julgarmos em perigo.

Basta já que as turbas compostas de classes heterogêneas, as turbas movediças nos assustem e entristeçam de longe em longe com certas selvagerias inesperadas e vexatórias, como as relatadas na última semana, por um telegrama da linda França civilizada e que dizia assim:

“As quatro execuções capitais hoje efetuadas em Béthune serviram de pretexto a uma espécie de festa popular. Das circunvizinhanças da cidade, chegaram imensos curiosos para assistir ao sensacional espetáculo. Os cafés e botequins estiveram abertos a noite inteira.

O carrasco foi entusiasticamente aclamado pela multidão.

Os condenados acreditaram até a última hora que seriam agraciados. As execuções duraram nove minutos. O primeiro condenado, Dervo, chegou ao estrado já meio morto de pavor, sendo necessário carregá-lo nos últimos momentos; Vromant e os dois irmãos

Pollet⁷ mostraram-se mais corajosos. Abel Pollet gritou, antes do empurrão do carrasco: “Abaixo os padres!”

A cada nova execução, redobravam freneticamente os aplausos dos espectadores.”

Felizmente são raras, mas há infelizmente horas na vida em que uma criatura humana, mesmo medianamente educada, sente vergonha de ser gente. Que bárbara, horrível e tenebrosa cena, essa narrada pelo telegrama de França!

19 de janeiro de 1909

7. Abel e Augusto Pollet, chefes de uma gangue responsável por inúmeras mortes, roubos e outros crimes no norte da França e na Bélgica. Faziam também parte do bando Canu Vromant e Théophile Deroo (e não “Dervo”), além de outros. Os quatro foram decapitados em 1909.

Lendo o belo folhetim de Coelho Neto,⁸ na *Notícia* de 28 de janeiro passado sobre a individualidade complexa de Paulo Barreto,⁹ lembrei-me de uma conversa de poucos minutos, na qual, em termos muito menos brilhantes, mas igualmente sinceros, eu disse a esse escritor absolutamente o mesmo que o grande romancista brasileiro acaba de lhe afirmar na sua prosa diamantina.

Estávamos na casa Alves, eu assinava livros, encarapitada no alto banco de uma escrivaninha comercial, Paulo Barreto interrompera a conversa com um dos chefes do estabelecimento para vir cumprimentar-me.

8. Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), o conhecido escritor maranhense, fundador da Academia Brasileira de Letras, e autor, entre outros títulos, de *O morto* (1898), romance reeditado em 1993 pela Biblioteca Nacional, *Miragem* (1895) e *Fruto proibido* (contos, 1895).

9. Jornalista e escritor carioca, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), o João do Rio, pseudônimo com que se tornou conhecido, foi um dos mais célebres cronistas do Rio de Janeiro, tendo registrado as grandes mudanças que ocorriam na capital federal nas primeiras décadas do século passado. Autor de extensa obra, escreveu também *A alma encantadora das ruas* (1908), *As religiões do Rio* (1904), *Psicologia urbana* (1911), *Os dias passam...* (1912), *No tempo de Wenceslau...* (1917), os três últimos reeditados em 2015 pela Biblioteca Nacional.

Foi a propósito de uma das suas crônicas, publicada dias antes não sei em que jornal, e em que ele descrevia as antecâmaras dos nossos consultórios médicos, de um modo em que a ironia, a graça, a maleabilidade do seu estilo moderno em nada prejudicava a psicologia perfeita dos indivíduos que nos apresentava; foi a propósito dessa página ligeira, escrita sobre o joelho, mas em que se sentia uma observação segura e bem dirigida, que lhe externei as esperanças que tinha e tenho de o ver empregar a sua atividade, o seu talento robusto, a graça do seu estilo cheio de fulgurações e de imprevistos, o seu conhecimento profundo da alma carioca, que ele tem sondado até o âmago, em romances em que essa alma tome vulto definitivo e eterno.

— Sou jornalista e não penso em ser outra coisa, respondeu-me ele. De resto, não tenho paciência para obras de meditação demorada.

Pouco importa que ele hoje diga isso, pensei eu, visto que suas faculdades o levarão fatalmente a escrever um dia na condensação de um livro uno a história do nosso sentimento, a agitação dos nossos nervos, o clamor das nossas ideias. Só pode ser romancista perfeito o homem que, a par do talento e da susceptibilidade vibrátil, se tenha sentido em contato com todos os seres de que se compõe toda a sociedade em que ele coloque as suas personagens, e de cujo ambiente impregne as suas páginas. Esse conhecimento Paulo Barreto tem-no adquirido com as suas peregrinações, os seus inquéritos, os seus estudos a *crayon*, preparadores das grandes telas coloridas que hão de vir.

Acabo justamente de receber dois livros de Paulo Barreto: *O momento literário* – que ainda não folheei, e *A alma encantadora das ruas* – em que estou a mais de meio, deleitada pelas suas páginas impressionistas, movimentadas, ora trespassadas de ironia, ora pontuando ridículos, ora bafejadas por uma lufada de ideal e de poesia.

A rua é a melhor escola que pode ter um escritor de observação. Ela foi a primeira e melhor mestra de Carlos Dickens,¹⁰ romancista inglês, que saiu do repórter como um fruto sai da flor. Os tipos de encontro casual, por que passavam lojistas, policiais, solteironas, mendigos, cocheiros, os próprios animais e até mesmo os muros dos edifícios com os seus cartazes policromos ou com a sua nudez, serviram de tema e inspiração a esse espírito curioso, que à mordacidade de certos conceitos humorísticos com que descarna e caustica os ridículos sociais, sabe aplicar bálsamos e perdões refrigerantes, que as aliviam num sopro leve, de transição.

Ninguém desdenhe das descrições dos aspectos materiais.

Um ângulo de parede, uma torre de igreja, a amurada de uma ponte, o varal de uma carroça erguido para os ares, sugerem muitas vezes ideias e pensamentos de mais pura filosofia de que todos os sofismas imagináveis.

10. Charles John Huffam Dickens (1812-1870), o famoso autor de clássicos como *Oliver Twist* (1837-39), *David Copperfield* (1849) e *Dois cidades* (1859), obras que introduziram a crítica social na literatura inglesa.

A reputação formidável, universal, do romancista inglês teve por base o seu livro *Sketches by Boz*, em que reproduzia através da sua apreciação original a fisionomia das pessoas e das coisas por que passava.

A alma encantadora das ruas espelha cristalina-mente a nossa sociedade; não é um livro efêmero, de estação, feito para ser lido com um sorriso e esquecido logo após outra leitura. É um livro que na asa ligeira de sua fantasia, que passa flanando pelas calçadas, leva impressas muitas cismas que enternecem e muitas cenas que ficam...

*

O conde de Monsaraz¹¹ manda-me de Lisboa o seu último livro de versos, *Musa alentejana*, recendendo a rosas bravas e alecrim, como um verdadeiro ramalhete de primavera.

Dialogando, na sua quinta, com as roseiras plantadas no mesmo ano do seu nascimento e presumindo que elas se riam agora dos seus cabelos brancos, elas, cujas flores têm sempre o mesmo brilho, e o mesmo perfume, ele lhes diz:

“Pois façam troça à vontade
De eu ser diverso do que era,
Roseiras da minha idade!

11. António de Macedo Papança (1852-1913), poeta e político português nascido em Reguengos de Monsaraz.

Que a seiva da primavera,
Sangue rubro aos borbotões
Ficai sabendo, vaidosas,
Se à vossa vida dá rosas,
À minha dá ilusões.”

O que nos consola é que, poetas ou não, todos nós somos roseiras, de pior ou melhor qualidade. Em uns, mal se desfolha uma ilusão, eis que outra desabrocha mais luminosa e inebriante; enquanto que em outros nascem raras flores mirradas, de longe em longe... A diferença está em que, no comum das pessoas, as ilusões desfolhadas se perdem inodidamente pelo pó dos caminhos andados, enquanto que as ilusões dos poetas se cristalizam na forma maravilhosa dos versos. Felizes das roseiras velhas que ainda têm seiva para flores, e dos homens cansados que ainda têm a faculdade da ilusão!

*

É também passado no Alentejo o novo romance, *Trabalho bendito*, de d. Virgínia de Castro e Almeida.¹²

É um livro forte, esse, de uma linda concepção que eu recomendo sem hesitação às minhas leitoras. Há nele uma moral superior, que nos induz a encarar as

12. Escritora e tradutora portuguesa, Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945) é conhecida principalmente por seus livros dirigidos ao público infantil. É autora de *Céu aberto* (1907), *Trabalho bendito* (1908) e *O capital bendito* (1910).

rudezas e os grandes problemas da vida com resolução e serenidade.

*

Aproveitando uma impressão recente, salto neste fim de crônica dos assuntos literários para um assunto municipal. O disparate não deixa de arrear um pouco a minha pena, mas que ela tenha paciência e vá andando assim mesmo. É o caso que, tendo eu de fazer no mesmo dia duas visitas, uma na rua Francisco Muratori, à Lapa, outra na rua Benjamin Constant, ruas sossegadas — lá vem um —, onde não transitam bondes, e não há correrias de moleques, porque são bem habitadas, sofri em ambas por tal modo o calor do sol, que temi cair na calçada com um ataque de insolação. Foi nessa angustiada perspectiva que perguntei a mim mesma:

— Qual será a razão por que a Prefeitura não arboriza estas ruas, tão necessitadas de sombra?!

Confesso que muitas vezes consigo responder às perguntas que a mim mesma faço, desta vez, porém, a minha imaginação manteve-se insatisfeita.

Entretanto, as acácias crescem tão depressa e são tão bonitas!

2 de fevereiro de 1909

Graças, que à semelhança de todas as grandes capitais da Europa também o Rio de Janeiro se pode gabar de ter no largo da Carioca o seu Instituto de Beleza, filial, segundo ouvi, do famoso Institut de Beauté, de Paris. O assunto não é tão pueril como possa parecer a muita gente, e vale a pena gastar-se com ele um pouco de tinta e alguns minutos de palestra.

Uma pessoa feia, homem ou mulher, não conta sua fealdade como um dom que lhe favoreça os sucessos da vida, procurando, ao contrário, em uma aspiração muito natural e muito legítima, corrigir tanto quanto possível os seus defeitos corrigíveis, para se tornar, também, tanto quanto possível, agradável aos olhos estranhos e mais ainda aos olhos dos seus íntimos. Dirão que por mais feio que um feio seja, se ele não tem sequer um traço agradável a adoçar-lhe a fisionomia, tem pelo menos a ilusão de o possuir, o que é já alguma coisa. São quase sempre esses os que mais desdenham da beleza alheia, imitando assim, inconscientemente, o desprezo ridículo da raposa pelas uvas: o que não pode ser meu, não presta!

Se não fosse ingênilo na humanidade o desejo de parecer bem, os homens não teriam inventado o bar-

beiro, e o mundo estaria cheio de Adões hirsutos e veneráveis, tropeçando nas próprias barbas, quando não tropeçassem nas dos vizinhos!

O costume de cortar o cabelo e dar aos pelos da cara diferentes feitios, conforme o gosto de cada um, remonta à mais velha antiguidade. Os gregos e os romanos raspavam o rosto todos os dias, e ficariam vexados, como os homens modernos, de aparecer na sociedade com a barba por fazer.

Escanhoando-se, eles desinfetam a pele com soluções apropriadas, refrescando-a depois com vaporizações cheirosas e uma nuvem sutil de pó de arroz. E por que, e para que, consomem eles esse quarto de hora, diariamente, em frente ao seu toucador ou sob as mãos do seu barbeiro? Pela mesma razão por que as senhoras se empoam, ou vão ao Instituto de Beleza: para se tornarem mais bonitas ou menos feias, conforme a expressão com que a cada um apraz traduzir a mesma ideia.

E não acusemos a nossa época como exagerada nos seus cuidados de garridice. Lembremo-nos, de relance, dos trajes a Luís XV,¹³ tanto masculinos como femininos, das sedosas cabeleiras brancas; do sinal negro para a face, que usavam as damas, e do seu luxo; e acharemos quase relaxados os nossos trajes escuros, práticos, feitos para o tumulto das ruas empoeiradas, e o modo por que tratamos da nossa pele, do nosso cabelo, das nossas unhas. Qual de nós

13. Luís XV de Bourbon, rei de França e Navarra (1715-1774).

teria coragem de dormir sentada, para não machucar os rolos do penteado, como faziam antigamente fidalgas burguesas; ou de, estando deitada, dormir com as mãos suspensas por argolas de fita, para que o sangue não lhe engrosse as veias?

Nenhuma. O culto da beleza, que todo o artista deve acoroçoar, não quer nem exige hoje sacrifícios de comodidades pessoais de ninguém. Uma das condições mesmo exigidas pelos institutos modernos para uma mulher ser bonita é a de ter boa saúde. É preciso ter o ar de quem dormiu perfeitamente bem a sua noite, e se sente à vontade dentro do espartilho que a não molesta, e dos sapatos que lhe não alteram o ritmo natural dos passos...

Há quem julgue que o tratamento moderno de electricidade e de massagens rejuvenesce as pessoas, transformando-lhes os rostos, engelhados como trapos, em cetins macios como pétalas de rosa...

Mas isso é crer ainda em milagres, e o tempo dos milagres, ai de nós, passou. Os processos das lavagens adstringentes e das massagens elétricas não tiram a uma pessoa a máscara de rugas e de cansaço que o tempo implacável lhe afivelou ao rosto; mas assegurando-lhe, e é já uma promessa consoladora, a sua perfeita e absoluta conservação.

Quer dizer: uma mulher que aos vinte e cinco anos ou aos trinta começar a fazer uso desses novos sistemas do tratamento da pele entrará pela idade madura, como às vezes se dá que a primavera entre pelo inverno, surpreendentemente.

A miraculosa mocidade das rainhas idosas, desde a rainha Alexandra;¹⁴ e das atrizes, desde a Patti, é mantida pelas criações do Institut de Beauté, feito segundo a sua própria expressão: “para fornecer às senhoras os meios práticos, racionais e científicos de conservar o mais precioso dos apanágios que lhes conferiu a natureza”.

Dizem, não sei com que fundamento, que não há terra em que as mulheres se deixem envelhecer tão à vontade e tão depressa como no Rio de Janeiro, conquanto já haja algumas que se opõem aos ultrajes da idade com uma certa veemência, mas ainda na suposição antiga de que o seu único recurso consiste em empastar a pele de *cold-cream*, empoá-la com sobrepostas camadas de pó de arroz e cingir o corpo no arrocho torturante dos coletes da moda.

Em uma cidade de mulheres gordas, como é a nossa, não se fala em um único esporte destinado ao seu exercício físico; por isso a brasileira passa quase sem transição de menina a matrona. Poucas sabem nadar, raras conhecem as regras da equitação, nenhuma gosta de fazer caminhadas a pé. Pede-se tudo à perfumaria e a perfumaria dá tudo que tem, disfarçando a malícia das suas afirmações animadoras sob a capa manhosa do interesse próprio...

14. Provavelmente a bela rainha Alexandra da Dinamarca, esposa de Eduardo VII e rainha consorte do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, de 1901 a 1910. Seu estilo foi seguido na época por muitas mulheres britânicas.

Aconteceu, porém, que um homem que, como todos os homens, tinha a opinião de que o principal dever da mulher é ser bonita, estudou o meio de fazer parar a idade das senhoras, como o general fez parar o sol, usando para isso, aliás, de austeros meios menos espantosos: o encadeamento de disciplinas higiênicas aos elegantes cuidados da toaleta e a sugestão... Porque a massagista é, para esses casos, sempre uma mulher moça, bonita, de mãos leves, mãos de fada, que espalhem benefícios em cada um dos seus mínimos gestos, em cada uma das suas doces carícias; e deve ser também uma mulher inteligente, que saiba exprimir com elegância ideias tranquilizadoras e felizes, dessas ideias que iluminam os olhos e o sorriso de quem as sente... “Deixai a tristeza e as apreensões lá fora. Esta hora é suave como o aroma de flores destas essências, e a nuvem fresca deste borrifador... Fechai os olhos... sonhai: o vosso coração está sossegado... a vossa casa prospera... a vossa família vive em paz... não querei mal a ninguém... ninguém vos quer mal... a vida é risonha... a humanidade é perfeita...”

Contou-me um médico recém-chegado de Paris, que na grande capital todas as senhoras que podem têm as suas horas de sessão no Instituto, onde entram, como os homens nas barbearias, sem receio de serem ridicularizadas por ninguém. Dizem: “*Je vais faire ma beauté*”, como nós dizemos: “vamos ao cinematógrafo ou à confeitaria fazer lanche”.

A propósito, contou-me este caso: chegando a Paris uma sua parenta, ainda moça, mas em cujo rosto flo-

resciam entre sedosas mechas de cabelo preto nada menos de três verrugas, lembrou-lhe ele uma visita e consequente consulta ao Instituto de Beleza da sua vizinhança. A prima, que abusava sem escrúpulos do pó de arroz e do carmim, repeliu o conselho com indignação. Por quem a tomava ele? Sabia perfeitamente que era feia, que era horrenda, que já tinha vinte e seis anos, e não pretendia conquistar ninguém pela sua graça. Ele não insistiu, mas qual não foi a sua surpresa encontrando dias depois a prima sem barbas e sem verrugas. E, apesar de lhe faltar tanta coisa, estava muito mais bonita, concluiu ele.

8 de junho de 1909

É preciso que um dramaturgo tenha um talento extraordinário, uma técnica poderosa, para, fazendo um drama de ação quase nula, empolgar a plateia, como Marcelino de Mesquita¹⁵ a empolga nessa sua peça *Envelhecer*, agora em cena no nosso pobre Carlos Gomes.¹⁶

E digo pobre, muito propositadamente, porque nunca um teatro me pareceu menos digno de hospedar atores do merecimento que têm Brazão e Ferreira da Silva,¹⁷ do que me tem parecido o Carlos Gomes nas noites em que esses atores representam. No *Envelhecer*, de Marcelino de Mesquita, o mais forte dentre todos os escritores dramáticos modernos da nossa língua, eu tive positivamente a impressão de que os artistas que tão brilhante e dignamente interpretavam os

15. Marcelino de Mesquita (1856-1919), jornalista, poeta e dramaturgo português, dirigiu a revista *A Comédia Portuguesa* e foi autor de vasta obra dramática, com as peças *Margarida do monte* (1910) e *Pedro, o cruel* (1915), além de *Envelhecer* (1909).

16. Teatro Carlos Gomes, situado na praça Tiradentes, no centro da cidade.

17. Eduardo Brazão (1855-1925) e Alfredo Ferreira da Silva (1856-1923), atores da Companhia Dramática Portuguesa do Teatro D. Amélia de Lisboa, que se apresentou diversas vezes no Brasil.

principais papéis, estavam deslocados naquele meio acanhado, barulhento e sem nenhuma distinção. Pois não é fácil verem-se reunidos no mesmo palco, fazendo parte da mesma companhia, atores que possam, com tanta arte, tanta naturalidade e tanta linha, interpretar papéis como Eduardo Brazão e Ferreira da Silva o fazem nesse belo drama de tão delicada trama e tão ousada linguagem, ousadia que o público de resto aceita sem o mais leve estremecimento, dominado pelo poder da expressão própria e pelo talento que da peça dimana.

Bastaria neste momento de fácil comparação para ter a prova do alto merecimento dos artistas portugueses a que estou aludindo, observar que, vistas num palco acanhado, num teatro barulhento, feio e logo numa noite imediata àquela em que vimos no teatro Lírico, num meio elegante e respeitoso, um dos mais famosos e mais considerados artistas da França – o que equivale a dizer do mundo –, a impressão que eles nos causam não é em nada, mas mesmo em nada, inferior à causada pelo ator francês.

Não seria justo que, aludindo à representação do *Envelhecer*, eu não batesse palmas a Maria Falcão,¹⁸ atriz brilhante e cujos progressos estão bem confirmados nesse original e delicioso papel de Luiza, em que ela vibra de paixão e tem minúcias de psicologia e de afetos cênicos.

18. A atriz, na época muito conhecida no Brasil, também integrava a Companhia Dramática Portuguesa do Teatro D. Amélia.

E é esse teatro, quando se não fala em política, do que mais se fala neste inverno sem frio.

Amanhã a inauguração do Municipal, o grande acontecimento da estação, e logo no dia seguinte a estreia da sedutora Réjane,¹⁹ e tão sedutora que nem sei se há por aí mais ansiedade de ver por dentro, rutilando na larga onda de luz, o nosso teatro, do que a de revê-la a ela...

Mas na estreia do Municipal a grande comoção, o misterioso tremor que empalidece a face e ilumina os olhares, é o que sentirá o dr. Oliveira Passos,²⁰ na hora em que o orgulho se confunde com a angústia: a da prova decisiva e do supremo julgamento do público...

Escancaradas as portas, acesos os lustres, o coração lhe baterá no peito, à espera do povo, como um coração moço, inexperiente, apaixonado, ao aproximar-se o minuto da sua primeira entrevista de amor...

E daí, tal certeza tenha ele do triunfo, que o caso não seja assim!

A transição do assunto do teatro para o da escola não é difícil, tanto mais que o teatro é com toda a razão considerado como tal.

19. Gabrielle Réjane (1856-1920), atriz francesa, apresentou-se no Brasil em 1902 e em 1909, por ocasião da inauguração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, integrando grande companhia francesa.

20. Engenheiro Francisco de Oliveira Passos, filho de Francisco Pereira Passos (o prefeito responsável pela grande reforma urbana da cidade, entre 1902 e 1906) e autor do projeto arquitetônico do Theatro Municipal, inaugurado em julho de 1909.

Nesta enevoadá manhã de segunda-feira, em que rabisco estas linhas, sinto um doce alvoroço no peito, como que um prenúncio de felicidade futura.

Como não se trata de um caso insignificante nem pessoal, mas de interesse geral, apresso-me em dizer que ele provém da resolução tomada por meia dúzia de senhores intendentes para a verificação do estado das nossas escolas públicas e elementares nas zonas mais afastadas do Distrito Federal.

Esse trabalho, feito por iniciativa do dr. Fonseca Telles,²¹ a quem apresento as minhas sinceras congratulações, trará um enorme proveito à população da nossa enorme cidade, tão carecida de instrução.

Já nesta primeira visita, em que sem o menor aviso, verdadeiramente de supetão, entraram em perto de dez escolas, disseminadas pelos subúrbios, em pontos afastadíssimos umas das outras, puderam observar coisas monstruosas e que urge remediar o mais depressa que for possível! Não há nada como ver, como sentir, como ter das coisas uma visão direta, para as compreender bem. Informações, por mais calor de sinceridade que tragam, não bastam para fazer agir com boa vontade e pressa. Do que observaram, coligiram esses abençoados senhores intendentes que há centenas e centenas de crianças querendo aprender, desejando ardentemente

21. Francisco Pinto da Fonseca Telles (1839-1918), barão de Taquara, dono de propriedades rurais e filantropo, incentivou o programa de desenvolvimento da Baixada de Jacarepaguá, então área rural, tendo criado a primeira escola da região. Ficou conhecido como “O Patriarca de Jacarepaguá”.

estudar, e que não encontram ao alcance dos seus passos uma só escola!

Em compensação, há escolas onde não há mestras, isto é, em que a professora não pode sozinha ensinar a oitenta e mais meninas de frequência diária, e tem de despedir da porta, com um gesto de mágoa, de remorso, de profundo sentimento, os pobres pais que lhe suplicam de mãos postas que lhes matriculem as filhas nos seus colégios, porque em casa eles não têm nem tempo nem sabedoria para ensinar as pequenas, que se vão criando como batatas num terreno sem cultura...

Como é materialmente impossível poder uma senhora dar oitenta ou mais lições diariamente dentro do curto espaço de tempo de umas seis horas, a pobre mestra tapa os ouvidos com ambas as mãos a tais lamúrias e manda pôr trancas nas portas, que desejaria e deveria ter abertas de par em par!

Em vão essas senhoras esforçadas e exaustas clamam por adjuntas.

Não lhes dão. Compreende-se que haja pouco quem se sujeite a ir servir em escolas muito afastadas do centro da cidade, o que obrigaria grande dispêndio de tempo e de dinheiro a moças a quem ordinariamente falta uma e outra coisa, a não ser que lhes aumentassem os ordenados proporcionalmente ao sacrifício e às despesas exigidas por essa longitude, o que não seria injustiça nenhuma.

Indagando, correndo na velocidade dos automóveis, de escola em escola, parece que os senhores da Intendência e da imprensa verificaram com alguma sur-

presa que para uma delas não havia... caminho! Uma das pessoas da comitiva, mais habituada a afrontar as agruras e os imprevistos das estradas, tentou ainda fazer a pé o percurso que seria impossível fazer de automóvel. Pois nem assim. O lugar era verdadeiramente intransitável. A professora daquela escola sequestrada deve naturalmente ser servida pelos passarinhos, que lhe levam pelo ar os gêneros que os caixeiros das vendas não lhe podem levar nas mãos à sua porta!

Parece que os senhores intendentes verificaram ainda mais isto: que num perímetro de dez léguas não há uma só escola pública!

Assim, onde há caminhos não há escolas, e onde há escolas, ou não há professoras ou não há caminhos; e quando há caminhos e professoras, não há livros nem há papel!

Desta falta queixaram-se algumas mestras, cujos recursos não chegam para proverem as suas aulas dos materiais necessários ao ensino...

Por tudo isto, vê-se que era realmente tempo de se fazer esta inspeção, em boa hora iniciada no último sábado.

E para ela houve tão boa vontade, que para levá-la a efeito se reuniram partidários de duas facções políticas opostas, na certeza de que da unidade do seu esforço e da sua cooperação dependerá o bom êxito do seu nobre e patriótico empreendimento.

Ainda bem. E ainda bem e ainda bem!

13 de julho de 1909

Para que este inverno seja delicioso só nos falta... o frio! Acabo de fazer um lindo passeio matinal e chego à casa fatigada e afogueada. Não era esta a temperatura que o último verão tão extremado nos anunciou. Mas se os dias não nos arrepiam a pele, nem nos fazem apetecer lãs pesadas e pelúcias macias, são, em compensação, muito lindos e com uns poentes pincelados desordenadamente, doidamente, de tons fortes, como nas tintas do mais ardente estio. As manhãs, rasgadas as suas neblinas opacas, têm uma doçura incomparável, uma doçura de olhar de menina ingênua. A manhã deste sábado então esteve maravilhosa, e tão maravilhosa, que não resisti à tentação de ir apreciá-la na plena e vasta planura da nossa fascinadora Guanabara.

Já sabem: esta nossa baía obriga-me à abundância da adjetivação. É fatal; é aludir a ela e desencadear-se-me em tumulto um infinito número de vocábulos que tenho por costume trazer encadeados, como animais perigosos.

Haverá muito por aí quem vá a Niterói, por passeio, entre as sete e as oito horas da manhã?

Talvez não. Em matéria de divertimento, esse poderá parecer à nossa sociedade um tanto extravagante...

Pois vale a pena. Os efeitos da luz que de instante a instante aumenta de intensidade, desnudando montanhas de que fugimos ou a que nos aproximamos, esgarçando névoas, pondo barras de ouro pálido em areais de praias e envolvendo os vultos negros das embarcações de todo o gênero em um nimbo diáfano que os desmaterializa, bastaria já para entreter os olhos e a imaginação dos viajantes, se ainda na cidade fronteira não houvesse motivos muito dignos da nossa curiosidade.

Tinham-me falado de uma avenida nova na capital fluminense, de 33 metros de largo por 3.140 metros de extensão, e, sabendo que essa alameda era percorrida de extremidade a extremidade pelos excelentes bondes elétricos de Niterói, não hesitei em ir vê-la. É mais do que uma promessa, pois que está em parte realizada: alinhada, nivelada e com os trilhos em linha dupla assentes. Mas o seu aspecto é ainda o de uma estrada, no centro da qual abrem um canal, atravessado aqui e além por pontesinhas elegantes e margeado por uma tira de gramado que só existe no plano e de filas de magnólias que ainda não se plantaram.

Parece absurdo dizer-se que no país das florestas, de lindíssimas árvores nativas, nós recorramos quase sempre aos mesmos espécimes, quando tratamos de arborizar uma rua! Que esperam as municipalidades, a quem a variedade de aspectos e a beleza dos locais públicos interessam, que não estudam essa questão e

não animam os horticultores a auxiliá-las com novas experiências de adaptações ou culturas? Temos uma variedade riquíssima de palmeiras. Só se plantam as imperiais. Por quê?

Dizia-me alguém, recentemente chegado de São Paulo, onde não vou há anos, que a arborização dessa cidade é hoje variadíssima. Cada alameda tem uma plantação especial, de tal modo que poderiam ser denominadas pelo nome das árvores que as caracterizam, tais como: alameda das Magnólias, alameda das Cássias, etc. Já eu deste lugar requisitei o nome de alameda das Cássias ou das Murtas para a estrada em que moro, mas ninguém me ouviu.

Passemos adiante; ou antes, voltemos para trás, ao meu passeio desta manhã, meio bucólico, meio industrial! O bucolismo encontrei-o no velho parque abandonado que circunda a caixa d'água do Fonseca, no extremo da avenida. O chão estava ainda orvalhado e a sombra larga das mangueiras, que mangueiras formosas! e de outras árvores de pomar e de ornamentação, punham ainda borrões de treva, trechos de noite, na imensa tela luminosíssima da manhã. Um magro burro branco roía filosoficamente as ervas frescas daquelas paragens silenciosas, no doce sossego de quem se sente cada vez menos necessário no mundo. Não fosse a eletricidade, que transformou a tração animada em tração... mais animada ainda, porque afinal eletricidade é alma, é vida, é fogo, ele, o mísero, estaria ainda puxando bondes ou carroções de carnes verdes do matadouro para a cidade... Em Niterói até

os bois mortos viajam em carros elétricos; ao menos têm essa compensação à atrocidade do seu destino. De volta à cidade, tive curiosidade de entrar nas usinas dos bondes, galpões enormes onde me perdi num dédalo de oficinas, de máquinas, de estradas movediças, de poços em que a água do mar gorgolejava furiosamente, ou de forjas e fornos de fundição. Estaria eu realmente na pacata cidade vizinha, outrora tão embiocada na sua mantilha feia de barata ou no St. Pancrace²² de Londres?

Não era tudo: o meu relógio consentiu que eu tivesse tempo de ir dali ao estaleiro, onde, entre rumas colossais de madeiras e ferragens de vários feitios, formigava uma população de trabalhadores. A irradiação de trabalho dessas empresas industriais é um verdadeiro poema de consolação! Uma barrica de piche ou de graxa pode, como um canteiro de violetas, sugerir ideias sublimes... isso pensei eu hoje, vendo a azáfama de tantos trabalhadores nas oficinas da Cantareira.²³ Para que nada faltasse à satisfação da minha curiosidade, a barca que encontrei na ponte, querendo voltar à casa, foi a Martim Afonso, feita pela Cantareira, com madeiras nacionais e por artífices nacionais também. O mundo marcha. Niterói caminha.

E, com tão fáceis meios de locomoção, não será de estranhar que as suas famílias venham engrossar

22. Antigo bairro da capital inglesa.

23. Antigos estaleiro e estação das barcas da Companhia Cantareira, responsável na época pelos serviços de transporte de passageiros entre o Rio de Janeiro e Niterói.

a onda, por ora ainda baixa, dos frequentadores das quintas-feiras do maestro Elpídio Pereira,²⁴ no salão dos Empregados do Comércio, da avenida Central. Tenho ainda nos ouvidos um adágio de sonata de Beethoven, o meu adorado Beethoven, tão cheio de pensamento e de comoção profunda, executado por violino e violoncelo; e a voz de veludo, ardente e moça de Stella Parodi Magalhães, e os números compostos por Elpídio Pereira, maestro digno de toda a simpatia e de todo o acoroçoamento do nosso público. Além da parte musical, Bianca Pappacena falou com extrema naturalidade e muita graça sobre o Amor nos cantos dialetais do povo italiano. E ouvir uma mulher de talento e assim formosa e moça é, para quem preza a palavra e a formosura, um verdadeiro regalo.

As sessões das quintas-feiras devem resumir a sua parte literária à recitação de uns versos, leitura de um canto ou outra qualquer coisa assim, fácil de dizer e de ouvir. Engasgada entre duas partes musicais, em poucos minutos, ninguém pode fazer uma conferência que desenvolva mais ou menos bem o seu assunto; e fazê-la grande, prejudica a última parte musical, que, por muitos motivos, deve encerrar-se antes do acender das luzes...

24. Elpídio de Brito Pereira (1872-1963), natural de Caxias, no Maranhão, compôs valsas, peças históricas dedicadas a Tiradentes e Calabar, marchas militares e música sacra. Entre suas composições estão o bailado *Les pommes des voisins*, que fez grande sucesso no Théâtre de la Gaité, em Paris, onde estudou durante longo tempo, e *Minha Terra*, a partir do célebre poema do também maranhense Gonçalves Dias.

Essas festas são principalmente para as senhoras, e geralmente as senhoras não levam ainda a sua independência ao ponto de andarem sozinhas pelas ruas ao doce clarão... das lâmpadas elétricas ou dos bicos de gás. Depois, o trabalho dos escritores nessas festas deve ser equiparado ao dos músicos. Estes não queimam os miolos inventando motivos novos para as suas sessões... de 2 mil réis por cadeira; o artista da palavra por que há de dar contribuição mais penosa? De mais a mais, na boa arte não há nada velho. Um soneto de Camões, isolado, brilhará mais que a estrela Vênus no firmamento!

Profetizo que a próxima quinta-feira será um dia de triunfo para os executantes da sessão literário-musical de Elpídio Pereira. Lá nos encontraremos, leitoras!

—

Finalizo em uma carrancuda manhã de segunda-feira este artigo, começado e interrompido em um belo sábado de sol. A invasão turbulenta de algumas amigas na minha sala de trabalho suspendeu-me a pena do papel. Vinham ansiosas por me comunicarem as suas impressões sobre o teatro Municipal; queriam ouvir a minha.

E a minha era, como a de todas, de satisfação completa.

Abençoado dinheiro o que se gastou naqueles mármore, naquelas pinturas, no ônix esmeraldino daqueles corrimões, nos bronzes e nos cristais daquelas lâmpadas e na execução do seu plano belíssimo.

A cidade está radiante; tem mais um título de glórias para a admiração do estrangeiro e de orgulho para a satisfação própria.

Foi bem sincera, bem apaixonada, bem vibrante, a ovação feita ao dr. Oliveira Passos na noite inolvidável da entrega do teatro à cidade.

O que na minha opinião não foi tão aplaudida quanto merece foi essa forte e moderníssima comédia *Le refuge*, de Dario Nicodemi.²⁵ Essa obra, em que as personagens falam-se sem máscara, de alma nua, em um formidável debate de ideias e de sentimentos, acrescentaria a glória de P. Hervieux,²⁶ o mais considerado dos autores dramáticos contemporâneos da França, se estivesse assinada pelo seu nome. Assombra pensar que essa obra de arte tão francesa e escrita em tão bom francês... seja de um italiano.

Dario Nicodemi dá-nos a honra da sua visita, e seria justo chamá-lo à cena do Municipal para o saudar com entusiasmo.

20 de julho de 1909

25. Dario Nicodemi (1874-1934), romancista e teatrólogo italiano. Gabrielle Réjane era o destaque da companhia francesa.

26. Paul-Ernest Hervieu (1857-1915), romancista e autor dramático francês, eleito para a Academia Francesa em 1900.

Quando às seis horas e meia da manhã de sábado abri a janela do meu quarto, já o sol beijava a terra com ardor de namorado e na mangueira próxima uma cigarra estrídula anunciava o calor.

Interroguei o espaço com um olhar de susto. Que seria de mim, nesse dia em que me veria obrigada por várias solicitações a ir à rua mais de uma vez? Poderia eu, mísera mortal, chegar à noite sã e salva, expondo-me desde manhã à afronta daquele sol? Não.

O melhor seria ficar em casa, à doce sombra das amadas telhas, ouvindo cantar a cigarra,

*Dont le chant invite à clore les yeux,
Et qui, sans l'ardeur du soleil attique,
Nayant chair ni sang, vit semblable aux
[dieux,²⁷*

27. “Cuja canção convida a fechar os olhos./ E que, sem o ardor do sol ático,/ Não havendo carne nem sangue, vive semelhante aos deuses.”

segundo a expressão de Leconte de Lisle,²⁸ e zumbir as abelhas nos ranúnculos multicores do jardim, ao mesmo tempo que, balouçando-me na minha *rocking chair*, eu lesse os artigos dos jornais do dia, o que é, posso afirmá-lo, bem mais agradável do que fazê-los... Mas ante essa pacífica perspectiva levantou-se o espectro da minha modista, reclamando a minha presença no seu ateliê essa manhã, às nove horas, para uma última prova! Sabe Deus e talvez também o diabo quanto as modistas são implacáveis e como nós, as mulheres, as tememos. Esta, se não me visse ali submissa à hora marcada pela sua deliberação, poder-se-ia vingar depois da minha indolência, negando-me o vestido na hora exata em que eu dele carecesse.

Cantasse a cigarra, flamejasse o sol, eu iria dar as minhas voltas matinais, tornasse depois embora derretida para casa. E assim quis o destino, senhor autoritário e que não admite contraditas, que nessa manhã de fogo eu descesse à cidade! Desci e não voltei para casa derretida, mas com duas cestinhas de morangos e um potezinho de creme para o almoço.

O leitor é capaz de perguntar: “Mas que nos importa a nós saber tudo isso? Fale-nos no hino, na bandeira, na parada, nas crianças das escolas, nas discussões dos senhores deputados, na apuração das eleições para intendentess municipais, na inauguração da estátua de

28. Charles Marie René Leconte de Lisle (1818-1894), mais conhecido por Leconte de Lisle, poeta parnasiano francês.

Barroso,²⁹ em mil coisas diferentes, menos nessas frivolidades sem importância.”

Sem importância? Não. É sabido que muitas pequenas coisas somadas dão às vezes resultados estupefacentes! Esta, relatada, demonstra unida às outras que se lhe seguem, o que uma filha dos trópicos pode despende de energia e como pode viver a vida intensa que vivem as europeias nos seus dias de primavera ou de inverno.

Que saiba o mundo quanto as brasileiras são ativas mesmo em dias inclementes em que o céu dardeja lumes sobre a sua cabeça e as pedras da calçada lhes calcinam as solas das botinas. Quando voltei, a cigarra tinha-se calado de cansada ou morrera arreventada.

Não se ouvia nem um pio de ave, mas só o zunir dos elétricos na estrada, em um som áspero, agudo, de gênio irritado pela canícula. Pois acabados os moranginhos e dadas umas voltas pela casa, eis-me de toa-lete transformada e descendo de novo da montanha à planície, à fornalha, ao desespero, à vida!

Os meus primeiros passos levaram-me a cumprimentar Carmen Dolores,³⁰ a intrépida e brilhante cola-

29. Criado por José Otávio Correia Lima, o monumento em homenagem a Francisco Manuel Barroso da Silva (1804-1882), o Almirante Barroso, comandante da esquadra brasileira na Batalha do Riachuelo, durante a Guerra do Paraguai (conhecida também como Guerra da Tríplice Aliança), foi inaugurado no dia 19 de novembro de 1909 e transferido para a praça Paris.

30. Pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1911), romancista, cronista e crítica literária. Nasceu em São Paulo e cedo se mudou para o Rio de Janeiro, onde foi colunista em *O*

boradora desta folha, a quem felizmente encontrei já convalescente, sentada ao lado das filhas no seu quarto do hospital de São Sebastião. Felicitada a escritora ilustre, que espero ver em breve reassumir o posto que tão valentemente e tão dignamente ocupa neste lugar, desci a rampa do jardim e consultei o relógio. Duas horas. Era exatamente o momento designado para a inauguração do Círculo de Belas-Artes, no palácio Monroe.

Parti para o Monroe. A fundação do Círculo de Belas-Artes veio reavivar-nos as saudades do extinto Centro Artístico,³¹ que tantos serviços prestou às artes e tinha, aliás, um programa mais vasto e mais complexo, a começar pelos jantares em comum de artistas de todos os ramos de arte com jornalistas, críticos e amadores, que, postos assim frequentemente em contato, radicavam amizades, acendravam estímulos, engendravam dedicações e de tal modo difundiam o gosto pelas artes, tão tívio ainda e tão desorientado no nosso país. Por que acabou o Centro Artístico?

Paiz, além de escrever para outros jornais. Seu livro mais conhecido é o romance naturalista *A luta* (1911).

31. Associação criada em 1897, na capital federal, por um grupo de literatos, jornalistas e artistas com a intenção de renovar as artes nacionais. Organizavam exposições (destinadas a educar o público para as artes), récitas e concertos, como o realizado no Instituto Nacional de Música, então na rua Luís de Camões, que apresentou o poema dramático “Pelo amor!”, de Coelho Neto, com regência de Leopoldo Miguez, além de composições de Alberto Nepomuceno, padre José Maurício, Liszt e Wagner.

Nunca eu o soube, apesar de ter em casa quem dele fizesse parte. Acabou como tudo acaba, pela ação corrosiva do tempo, que destrói até as coisas mais úteis!

A exposição de arte no palácio Monroe, com a qual o novo Círculo inaugurou a sua bela campanha, e que aí está franca ao público, trouxe-me à lembrança a maravilha que foi a exposição de arte retrospectiva do antigo Centro, devida principalmente à prodigiosa atividade, ao comovente entusiasmo de Luiz de Castro.³² A exposição atual é mais restrita, mas interessantíssima, e os seus organizadores devem ser louvados pelo esforço com que conseguiram reunir um número considerável de bons trabalhos, principalmente de pintura. Lá fomos encontrar algumas telas nossas conhecidas antigas, de que nos lembrávamos com saudades; outras também antigas, mas que não conhecíamos, e outras novas em folha, algumas das quais figuraram ainda na exposição oficial de setembro. É admirável como conseguiram em um salão de luz tão descontraída, colocar as telas em situação adequada, sem prejudicar nenhuma, e dando uma variedade encantadora de agrupamentos. O salão ficou por entre aquelas colunas brancas como um jardim de arte.

32. Luís Joaquim de Oliveira Castro (1863-1920), crítico musical, cronista, teatrólogo, foi grande animador das artes no Rio de Janeiro. Escreveu críticas nas colunas “Crônica musical”, no jornal *A Notícia*, e “De viseira erguida”, na *Gazeta de Notícias*, de onde polemizou, ao lado de Alberto Nepomuceno e do escritor Coelho Neto, com o crítico Oscar Guanabary, ferrenho opositor do nacionalismo musical.

E tudo que lá está pode ser visto sem grandes sobressaltos para o gosto de cada visitante. Não citarei este ou aquele quadro, que mo não permite a exiguidade do espaço de que disponho, pouco mais vasta que a da minha competência, mas não me resigno a esquecer uma novidade que lá, pela primeira vez, aparece e é a pintura a fresco do mestre Henrique Bernardelli.³³ Pintura a fresco, a *têmpera* e um quadro de cavalete. Bernardelli fez um reboco de muro sobre uma tela e pintou-lhe em cima um belo e arrogante mosqueteiro, a largas pinceladas, em um tom mais claro e mais simpático, talvez por mais leve, do que os seus retratos dos últimos anos. Além do mosqueteiro fez, pelo mesmo processo, uma admirável cabeça do seu irmão Rodolfo, cabeça de impressão que ficará sendo o mais intelectual dos retratos do grande escultor de Pedro Álvares e de Pero Vaz de Caminha.

Que o público visite largamente essa exposição e que compre algumas telas é o meu fervoroso apelo, não só pelos artistas que por aí vegetam sem estímulo de

33. Henrique Bernardelli (1858-1936), natural de Valparaíso, no Chile, veio para o Brasil com a família (seus irmãos Rodolfo e Félix Bernardelli também foram grandes artistas). Estudou e lecionou na Escola Nacional de Belas Artes (antiga Academia Imperial de Belas Artes), da qual se afastou em 1905 alegando que a instituição precisava se renovar. Fez retratos, pinturas históricas, nus, pinturas decorativas, como os painéis “O domínio do homem sobre as forças da natureza” e “A luta pela liberdade”, ambos criados para a Biblioteca Nacional. No acervo da Pinacoteca de São Paulo há um bico de pena intitulado “O Mosqueteiro”, que pode ter sido um estudo para o afresco comentado pela autora e exposto no Palácio Monroe.

nenhuma espécie e que apesar disso não desanimam nunca, e também por ele, público, isto é, pela nossa sociedade, ainda tão aferrada ao camelô, à fancaria, à pacotilha da *arte* de comércio, que tantas vezes escandaliza e molesta por esses salões o nosso gosto.

Eu não me farto de repetir o que várias vezes tenho escrito nestas colunas acolhedoras: de tudo que a gente compra para adorno próprio ou da nossa casa só o que é obra de arte aumenta de valor com o tempo.

Sei de uma pessoa que há uns quinze anos comprou na Europa dois quadrinhos, de preço modesto, de um pintor que morrerá havia pouco. Hoje esses dois quadrinhos valem algumas centenas de libras. Comprei uma joia esta manhã, ide vendê-la logo à tarde – dar-vos-ão metade do seu custo. E tudo mais é assim, exceto obras de arte. Meus leitores, não deixeis de visitar a exposição do palácio Monroe e esforçai-vos por levar para vossas casas a obra que nela mais vos agradar. Será de algum modo uma economia. Uma pequena galeria pode vir a ser um bom patrimônio.

Advertiu-me o meu relógio que eram quase quatro horas e que se eu não me apressasse não encontraria bom lugar no salão em que Medeiros e Albuquerque³⁴ discorreria sobre o ciúme e os ciumentos.

34. José Joaquim de Campos Medeiros e Albuquerque (1867-1934), natural de Recife (PE), foi jornalista, ensaísta, crítico, memorialista, ficcionista e poeta de extensa atividade literária, o que o tornou bastante conhecido na época. Republicano de corte positivista, recebeu também passageira influência simbolista, de que são exemplos os livros *Pecados e Canções da decadência*.

Não só pelo conferente, como pelo assunto, era de prever que o salão se enchesse. A previsão realizou-se. Belo auditório e bela conferência. A hora deslizou com uma rapidez de adestrado patim sobre o plano liso e sem obstáculo. Apesar do calor e da sede que me mortificavam, achei a conferência curta e, arrastando duas amigas, atirei-me para a Cavé,³⁵ na ânsia do sorvete! Toda a gente tinha tido a mesma ânsia e sofri uns minutos tantálicos vendo, de goela seca, os outros deglutirem *punchs* e refrescos! Quando, finalmente, entrei em minha casa, encontrei hóspedes inesperados para o jantar. Arranquei as luvas, abri os braços, sorri, circulei da sala à cozinha e às seis e meia fomos para a mesa, porque eu à noite tinha um concerto a que seria uma barbaridade faltar.

E às oito e meia eu entrava no salão do Instituto Nacional de Música, meio morta de cansaço e agitando o leque furiosamente... Era o primeiro concerto de música de câmara executado este ano nesse estabelecimento de ensino, a que uma nova lufada de energia e de talento dá uma forte e animadora palpitação de vida.

O que foi esse concerto, infelizmente, não o poderá dizer muita gente, porque a ele assistiu um auditório diminuto; mas os poucos que tiveram essa fortuna, com que entusiasmo e com que ardor o aplaudiram! O programa, belíssimo e executado primorosamente, fez-nos esquecer cansaço e calor para nos manter em

35. Casa Cavé, ou simplesmente Cavé, uma das mais tradicionais confeitarias do Rio de Janeiro, situada na rua Sete de Setembro, no centro da cidade.

uma atmosfera de deleite, que só a boa arte sabe criar. Renovo os meus parabéns a Alberto Nepomuceno³⁶ e chamo a atenção dos meus leitores para o concerto que sábado, no teatro Municipal, dará a grande artista, essa admirável Paulina d'Ambrosio,³⁷ que deve ser e é um verdadeiro ídolo na nossa sociedade.

Quando, nessa noite de sábado, me recolhi ao quarto, perguntei a mim mesma se a mais mundana e a mais ativa das parisienses, em contínua febre e em contínuo movimento, aguentaria sem desanimar um dia assim, sob tal temperatura. Imaginei que não, e adormeci, já sonhando com as harmonias do quarteto de Haydn em ré maior...

23 de novembro de 1909

36. Alberto Nepomuceno (1864-1920), compositor, pianista, organista e regente, autor de *Série brasileira* (1891), da qual faz parte a peça “Batuque”, é considerado o iniciador do nacionalismo musical brasileiro. Diretor em duas ocasiões do Instituto Nacional de Música (atual Escola Nacional de Música, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi responsável pela transferência dessa instituição para o prédio da rua do Passeio, que até 1910 fora ocupado pela Biblioteca Nacional.

37. Paulina d'Ambrósio (1890-1976), natural de São Paulo, foi musicista e violinista (“a predileta de Villa-Lobos”), e professora durante vários anos na Escola Nacional de Música, onde teve como alunos os maestros Guerra Peixe, Henrique Morelenbaum e Ernani Aguiar.

A entrada do Rio de Janeiro por terra, isto é, para quem vem pela Central,³⁸ é de uma fealdade verdadeiramente inqualificável! Aquelas casinholas dos subúrbios, desproporcionadas no feitio e de cores variegadas e vistosas, gaiolas de grilos borradas a anil vivo e encimadas por platibandas furiosamente horripilantes, são de um efeito aterrador, principalmente para quem traz na retina, ainda viva e fresca, a visão das casas de São Paulo, já não digo os palácios, de que tanto se ufanam os paulistas, e em que talvez haja um pouco de excesso na fantasia de sua arquitetura; mas principalmente nas casas de residência particular, riscadas com habilidade por arquitetos de bom gosto e que dão às alamedas da cidade um aspecto novo e muito interessante. É bem possível que eu esteja dizendo uma heresia, preferindo o estilo paulista na arquitetura das habitações de menos opulência, por apreciar nos grandes edifícios linhas serenas, menos revoltosas e mais clássicas, mas na verdade, o que principalmente me seduziu na capital do grande esta-

38. Estação inicial da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Supervia), inaugurada em 1858 para ligar o Rio de Janeiro aos estados de Minas Gerais e São Paulo.

do vizinho, foi o estilo original, novo, misturado, das suas *cottages*... cosmopolitas. Digo assim, porque não me parece que o estilo da arquitetura paulista tenha sido procurado no de outra qualquer nação; parece-me antes um produto da terra, criado pela influência de várias nacionalidades conjuntas e que transparecem nesta e naquela fachada, em um arco de janela, em um beiral estendido de telhado, ou na combinação das cores, vermelha dos tijolos, com o reboco e a cal amarelada das paredes.

Há casas que em certas particularidades nos fazem lembrar as habitações campestres da Bélgica e da Holanda, ao mesmo tempo que acordam a lembrança das da Alemanha ou da Inglaterra. Resulta de tudo isso um tipo novo, que, se não dá suntuosidade à cidade, dá-lhe poesia e distinção. É talvez devido a essa circunstância que a mesquinha, mas agressivamente feia casaria dos nossos subúrbios dá, a quem vem de São Paulo, uma ideia tão desagradável e tão triste do Rio de Janeiro.

Está claro que não se pode exigir que os subúrbios, lugares da cidade habitados exatamente pela parte mais modesta da sua população, resplandeçam pela magnificência dos seus parques floridos e dos seus palacetes, mas o que já se pode exigir é que na sua simplicidade esses arrabaldes não ofendam a vista de ninguém pelo mau gosto dos seus prédios, mesmo pequenos e insignificantes. Cada bairro precisaria estar sujeito à jurisdição técnica de um consultor de arquitetura, de modo a poderem ser evitados tantos disparates que por

aí se dão. Cada bairro tem a sua feição própria, com a qual deve estar de acordo a arquitetura das suas casas, grandes ou pequenas, guardando entre si uma certa harmonia de forma e de colorido, que antes acalme do que irrite os nervos de ninguém.

Se ao menos todas as ruas dos subúrbios fossem arborizadas! Mas se não o são nem mesmo as de outras partes mais luxuosas da cidade, como poderíamos impor que o fossem as dessas bandas tão descuidadas?

A árvore é, entretanto, um recurso maravilhoso para o embelezamento fácil e barato das vias públicas, e Deus sabe quanto as dessa zona batida de sol se sentiriam refrigeradas e agradecidas, se as ensombrassem com as copas redondas de arvoredos bem escolhidos.

Aí está outra coisa muito bem estudada em São Paulo e muito digna de chamar a atenção de todo o viajante curioso e de apurado gosto: a aplicação das árvores no embelezamento da cidade. Parece-nos que não temos aqui senão o oiti, que é a variedade mais aplicada nas nossas praças e ruas; lá, a cada alameda, a cada rua ou a cada avenida, corresponde, como toda a gente sabe, uma espécie de planta diferente, o que dá a cada uma delas um aspecto diverso e encantador. Se uma rua é toda plantada de eucaliptos, magnificamente dirigidos e bem cuidados, já outra ostenta só magnólias, ou plátanos, etc. E todas essas árvores, que inquestionavelmente representam um dos maiores encantos da cidade, estão limpas, corretas, escovadas, como quem acaba de fazer a sua toalete com todo o esmero e vaidade.

É provável que a arborização de São Paulo consuma uma boa verba à sua prefeitura, mas ninguém que a veja considerará mal-empregada semelhante despesa.

Ora, nós precisamos muito mais do que São Paulo de um sistema, o mais aperfeiçoado e o mais disseminado que nos for possível de arborização, primeiro, porque o nosso clima ardente precisa mais de sombras refrigerantes do que o clima frio da cidade a que aludo; segundo, porque as nossas edificações, mais também do que as de São Paulo, lucrariam com o disfarce piedoso do véu de folhagens verdes das mimosas ou das acácias, que lhes atenuasse a deformidade de certas cimalthas pesadonas...

Felizmente, o amor à árvore começa a revelar-se também entre nós. Acabo de ler em uma das nossas folhas que a formosa Paquetá, onde há as mais belas e mais frondosas mangueiras que tenho visto, pérola da Guanabara, ilha nascida para os sonhos da mocidade em um idílio de amor, vai celebrar em um destes dias a sua festa das árvores.

Nesse dia aquelas águas, que na sua placidez mais parecem doces que salgadas, refletirão certamente, no tumulto das cores variegadas, as centenas de sombrinhas com que as cariocas se resguardem, debruçando-se das amuradas das barcas, para verem as praias brancas onde se estrelam altos coqueiros e as redondas e grandes pedras postas aqui e além sobre o cristal das águas pela mão misteriosa e artística de algum deus marinho ainda ignorado. Mas já Paquetá se não contenta só com as belezas da sua natureza privilegiada;

quer também gozar as sensações da arte e reclama condução para, em noite de espetáculo, vir aos teatros!

E tem razão, porque a temporada que se anuncia para este ano deve abalar a curiosidade até do Dedo de Deus! Para ver Augusto Rosa,³⁹ o finíssimo ator de comédia, que aí nos chega com a companhia do D. Amélia, de Lisboa, vale a pena sujeitar-se uma criatura de bom gosto aos mais árduos sacrifícios. Eu já estou antegozando o prazer intelectual de o ver e de o ouvir e, embora fosse moradora de Paquetá ou, ainda de mais longe, da Piedade ou de Mauá, reclamaria condução aos berros, só para vir aplaudir nos seus papéis e nos seus monólogos esse artista, considerado em sua terra como o mais ilustre de todos os artistas dramáticos da atualidade no seu país.

E, além do teatro dramático estrangeiro, nós teremos o nosso, peças escritas no influxo dos nossos costumes e do nosso clima, peças brasileiras destinadas a enriquecer a nossa literatura em um novo filão, ainda pouco ou quase nada explorado. E, além dos dramas e das comédias, eis que se abrem também as portas do Lírico para a companhia Sanzoni, em que o barítono Eugenio Giraldoni⁴⁰ fará estremecer o público ao som da sua voz e da sua arte já famosas...

39. Augusto Rosa (1852-1918), ator português, fundou com seu irmão João Rosa e o ator Eduardo Brazão a companhia Rosa & Brazão, destacando-se na comédia e no drama moderno.

40. Eugenio Giraldoni (1871-1924), barítono italiano de projeção mundial.

Realmente, com tantos atrativos, os teatros este ano terão os seus lugares disputados, não nos causando espanto que até as sereias, que por aí se disfarçam em botos, venham do fundo do mar ouvir os cantares inumanos de Tristão e de Isolda...

P.S.: Às pessoas que me perguntam se deixei por completo ou se interrompi apenas a publicação do *Correio da Roça*,⁴¹ respondo que essa correspondência será reencetada logo que se me ofereça oportunidade para isso. A Isabel de Moura (Barbacena) e a João Prado (Belém do Descalvado) agradeço as indicações, prometendo aproveitá-las.

J.L.A.

3 de maio de 1910

41. Coluna da autora no jornal *O Paiz*, em que publicava correspondência entre as personagens Maria e Fernanda, a primeira vivendo no campo e a outra na cidade. Esta última, habituada a viajar pelo mundo, informava e comentava as inovações técnicas na agricultura, o que era louvado pelos leitores por contribuir para o desenvolvimento da lavoura no país. Mais tarde, a autora transformou as cartas num romance epistolar.

– **Passeemos; vejamos** as novidades que me apresenta a cidade depois da minha vilegiatura...

– Por onde queres começar? perguntou a minha amiga, puxando para o queixo o seu veuzinho cor de musgo.

– À tua vontade.

– Então, já que estamos tão perto, comecemos pelo mercado das flores.⁴²

Estávamos no largo da Carioca e um minuto depois na travessa Flora.

Não, não era assim que eu supunha ficar o mercado das flores! Para abrigo das rosas eu desejara um palá-

42. Inaugurado em fevereiro de 1910, na travessa Flora (antiga travessa São Francisco de Paula e atual rua Ramalho Ortigão), entre as ruas da Carioca e Sete de Setembro, o novo Mercado das Flores, com barraquinhas de toldos listrados de branco e vermelho, logo se tornou grande atração da cidade e referência nos anúncios das lojas que ficavam nas proximidades. Versos anônimos, em *O Paiz*, festejaram o acontecimento: “Nós não tínhamos outrora/ Para as flores um mercado;/ Abriu-se a travessa Flora,/ E ficou tudo arranjado./ Nas praças e nas esquinas/ Já não se vê um ratão/ Vendendo as flores mais finas/ Espetadas num mamão.” Em 1922, na administração do prefeito Souza Aguiar, o mercado foi transferido para a praça Olavo Bilac, também no centro, onde está até hoje. Em 1964, ele foi remodelado a partir de projeto do arquiteto Sérgio Bernardes.

cio de rendas, em que os varais de ferro se disfarçassem nas suas linhas encurvadas e airosas, em hastes de tulipas, pés de lírios e gradeados claros, seguros aqui e além por um anelzinho de ouro ou de prata... Eu construía em mente o Pavilhão de Flora todo risonho, leve, com baixos degraus de mármore, chão suspenso de ferro rendado, ao centro um repuxo cantante, para refrigério das plantas, e em cada banquetta uma florista moça com o seu uniforme bem escolhido, claro ou escuro, conforme a estação. Não pode haver profissão mais própria para uma mulher do que essa de vender flores e é com certeza muito mais decorativo e interessante aos olhos de quem passe ou vá de propósito ao mercado de flores, em vez dos homens que lá estão, ver moças nas suas respectivas banquettas, todas emolduradas pelas hastes das glicínias violáceas ou de estrelados jasmims. Um mercado de flores deve ser em tudo diferente de um mercado de peixe, mesmo porque não obedece tanto às regras das coisas práticas como as do luxo, da graça e da elegância. Não se alegue, pelo amor de Deus, que em outras cidades do mundo civilizado os mercados de flores sejam também, como o nosso, servidos por homens. Não temos nada com isso; ao contrário, o que devemos é procurar, sempre que tenhamos de fazer alguma coisa nova, fazê-la e organizá-la de um modo inédito, perfeito, melhor, ou pelo menos tão boa como a melhor da sua espécie conhecida no mundo. Haveria ainda nisso uma vantagem; ir acostumando o povo a considerar as moças que trabalham com respeito, visto que não seria permitido a nenhum rapaz menos educado ofender com

os seus ditos ou a sua insistência as vendedoras mais ou menos gentis.

Em todo o caso, se o novo mercado de flores não é o airoso Pavilhão de Flora que imaginei para abrigo transitório das nossas orquídeas maravilhosas, também não se pode chamar positivamente de feio ou de desajeitado; é decente, os seus portais são elegantes e já não fará sorrirem com desdém as alemãs alegres e as esgalgadas *misses* que ali forem adquirir galhos floridos de cataleias brancas, de estanopias perfumadas ou de oncídios amarelos, para alegrarem com eles os seus camarotes ou as suas mesas de bordo, de passagem pelo Rio de Janeiro.

Toda a gente que tem viajado por mar conhece o alvoroço, a alacridade com que as passageiras de bordo, mal desembarcam em qualquer porto, procuram obter flores da nova terra em que pisem.

Como a nossa flora é famosa, é natural que seja ainda mais intensa aqui do que em outra qualquer parte, essa curiosidade do estrangeiro pela flor a que se mescla talvez inconscientemente a necessidade de matar saudades de terra pela vista e pela posse de alguns dos seus produtos naturais e que mais lindamente a representem.

Enfim, o mercado de flores não é feio, mas ainda não era aquilo o que eu desejava...

A minha amiga olhava para mim com um sorriso amarelo. Percebia o meu desapontamento e para consolar-me travou-me do braço e exclamou:

– Vem ver o monumento!

À ordem imperiosa da minha companheira relanceei ainda a vista pelos tabuleiros das margaridas e dos crisântemos e deixei-me levar. Antes tivesse resistido; a meio caminho, encontro um rancho de moças que me rodeiam como um enxame de abelhas, pedindo-me que eu junte a minha voz às de quem pede para transferirem o Instituto de Música do edifício em que funciona, para o da antiga Biblioteca Nacional⁴³ e Cassino, no Passeio Público...⁴⁴ Que sei eu? Como negar tal favor a quem pede com tamanha convicção e tão cândida persuasão de que a voz de uma cronista literária possa ser distinguida com maior deferência? Quem tem autoridade para dizer tudo que convém ao assunto, e informar diretamente o governo das necessidades do Instituto de Música já o fez. Toda a gente compreende e louva o interesse com que o ilustre maestro Alberto Nepomuceno se tem empenhado para que a escola que dirige funcione em um edifício condigno dela; e tanto a compreende que essa exigência já é da cidade inteira.

43. Em 1910, a Biblioteca Nacional foi transferida do prédio em que funcionava, desde 1858, na rua do Passeio, em frente ao Passeio Público, para o novo prédio da avenida Central (atual Rio Branco). Ao lado do antigo prédio, que desde então foi ocupado pelo Instituto de Música (atual Escola Nacional de Música, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) funcionava o Cassino Fluminense.

44. Situado no centro histórico do Rio de Janeiro, é o primeiro parque ajardinado do Brasil, concebido por um dos maiores artistas do período colonial brasileiro, Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim. Construído na década de 1780, o Passeio Público foi o principal ponto de encontro da população carioca nos séculos XVIII e XIX.

É justo que a música tenha o seu palácio como o têm as outras belas-artes; demos-lhe o prestígio que merece.

Ainda as trêfegas alunas do instituto burburinhavam ao redor de mim, quando um automóvel parou à beira da calçada e de dentro saltou elegante senhora da nossa sociedade para me dar uma novidade em primeira mão: pensa em organizar este inverno um baile de caridade, cor-de-rosa e branco, no pavilhão Monroe.⁴⁵ Em São Paulo tem-se feito ultimamente muitos desses bailes, que são bem-sucedidos, vendem-se os convites, os licores e o chá, pagas as despesas, vai o resto do dinheiro engrossar a bolsa magra de qualquer instituição de assistência pública. Efetivamente, não há razão para que se não faça aqui a mesma coisa, apesar de que há também algumas coisas que nós fazemos sem razão nenhuma; e ali tinha eu para exemplo, diante dos olhos, um trabalho de escultura feito por um pintor! A escultura, de mais a mais a monumental, destinada a afrontar o sol, o vento, a chuva e o juízo das multidões livres de todos os preconceitos e de todos os embaraços, é uma arte muito independente, muito nobre, muito séria, para ser executada para uma praça pública em uma

45. O pavilhão Monroe, projeto do engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar, foi construído, em estrutura metálica e estilo eclético, para ser o pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint-Louis (EUA), em 1904. Depois da exposição, onde foi premiado, foi desmontado e reconstruído no trecho final da avenida Central (Rio Branco). Em 1906, recebeu o nome de Palácio Monroe, em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, James Monroe, e, ao longo do século XX, foi sede da Câmara dos Deputados, integrou a Exposição do Centenário da Independência e abrigou o Senado Federal. Foi demolido em 1970.

homenagem patriótica, por quem se não tenha revelado nela um servidor consciencioso e experimentado...

Bem sei que é geral nos pintores, pelo menos nos nossos pintores, a opinião de que ela é uma arte mais fácil do que a pintura, e de que qualquer artista hábil no desenho e no manejo das tintas pode, sem esforço, fazer escultura. Não creio; e nem creio mesmo que o mais perfeito pintor possa, sem estudo longo, aturado e inteligente, fazer jamais uma estátua que mereça sequer o qualificativo de medíocre. Sei que houve e há ainda artistas igualmente grandes nas duas artes; mas também sei que todos eles lhes estudaram longamente os preceitos e os processos. Para mim, tenho que na escultura é incomparavelmente mais difícil atingir a grandeza da genialidade do que na pintura. Quem entra nos museus de arte em que esses dois ramos estão representados não encontra nunca para cem obras-primas de pintura dez obras equivalentes de escultura. Acredito que seja relativamente fácil a um pintor hábil modelar um boneco ou uma estatueta, mas modelar uma estátua, agrupar várias figuras com grandiosidade e atingir a linha, o aspecto, a imponência monumental, isso não o acredito absolutamente – e mesquinha fora a arte em que tal resultado pudesse ser facilmente alcançado.

Como monumento, o que atualmente ocupa a praça Floriano Peixoto⁴⁶ só não me parece um completo mos-

46. Monumento em homenagem ao marechal Floriano Peixoto (segundo presidente da República), projeto de Eduardo de Sá, inaugurado em 1910. De fortes traços nacionalistas, tem em sua

trengo porque o salva desse qualificativo a composição harmônica da base; tudo, porém, que está no alto da coluna é a meu ver antiestético, confuso, deplorável e o monumento chega a ser tragicômico com o remate daquela cabeça do herói decapitado, pousada muito firme na ourela superior da bandeira desfraldada.

Não entro, está claro, na questão delicada da oportunidade da consagração pelo bronze e pelo mármore do triste fato comemorado pelo monumento em frente ao teatro Municipal. O momento celebrado não é dos que mereçam ficar lembrados perpetuamente na vida de uma nação; não é isto querer amesquinhar o herói que o pintor pretendeu celebrar sem de nenhum modo conseguir mais que plasticamente diminuí-lo, cobrindo-o todo na sombra da bandeira, onde ele fica esbatido no fundo do mesmo tom, sem relevo e sem destaque. Para mim a questão importante é a da beleza. Se o monumento fosse belo, eu lhe renderia com todo o entusiasmo o meu preito. Mas é pavoroso.

10 de maio de 1910

base indígenas, o padre José de Anchieta, o português Diogo Álvares Correia, o “Caramuru”, e um casal de negros; no alto, o marechal e a bandeira brasileira, da qual emergem os rostos de Tiradentes, José Bonifácio e do positivista Benjamim Constant.

Fosse eu desenhista e em vez destas tiras palidamente rabiscadas faria agora aqui a figura da nossa querida cidade, oferecendo um ramo de flores ao dr. Francisco de Sá,⁴⁷ pela solução que ele deu ao caso do morro de Santo Antônio.⁴⁸ A linda enseada da Glória permanecerá como é e como foi, respeitada por quem planejou e executou a avenida Beira-Mar; e o pobre morro, ainda tão desprezado, pode ter a esperança de se ver transformado no mais lindo bairro do Rio de Janeiro central. De borrão de terra que ele é hoje, à noite, ver-se-á tresmudado em foco luminoso. A luz elétrica irradiará das suas alamedas arborizadas

47. O engenheiro Francisco Sá (1862-1936), natural de Brejo de Santo André (MG), atual município de Francisco Sá, era na época ministro da Viação e Obras Públicas do governo Nilo Peçanha.

48. Um dos marcos da cidade, o Morro de Santo Antônio foi o local escolhido pelos franciscanos, no início do século XVII, para construir a sua sede no Rio de Janeiro, o Convento de Santo Antônio. Em sua frente havia uma lagoa que, depois de aterrada, deu origem ao largo da Carioca. A partir das últimas décadas do século XIX, tornou-se área de densa habitação popular. No final da década de 1950 e início da seguinte, o morro foi arrasado, só restando a extremidade onde ficam o convento e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

a capricho pelo dr. Júlio Furtado,⁴⁹ sempre tão desvelado na ornamentação dos nossos parques e jardins; os nossos mais afamados engenheiros e arquitetos podem ir pensando desde já em esboçar planos, levantar mapas, organizar os aclives e declives das ruas, de modo a poderem ser percorridas até o alto de bonde e de automóvel; os capitalistas preparem-se para a compra de terrenos e construção de hotéis, colégios, belas residências, casas para o Congresso, clubes, etc., porque não é possível permanecerem por muito tempo as coisas no feio pé em que agora estão.

O dr. Serzedelo Correia,⁵⁰ se quisesse tomar a si a tarefa dessa transformação imprescindível, prestaria à população carioca um serviço de extraordinário alcance, que ele bem compreenderia quando mais tarde, partindo de qualquer dos pontos que circundam o morro, que está no centro de nossa cidade como um mendigo imundo no centro de um salão luxuoso, subisse até o seu cume, sem cansaço, com a pituitária acariciada

49. Júlio Gonçalves Furtado foi inspetor de Matas e Jardins do antigo Distrito Federal de 1894 a 1929, tendo atuado fortemente para o embelezamento da cidade com a criação ou remodelação das praças Saenz Peña, na Tijuca, e 7 de Março (depois praça Barão de Drummond), em Vila Isabel, e também do Parque da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. O prefeito Pedro Ernesto homenageou-o dando seu nome ao antigo Campo de Santana – a homenagem não vingou e seu nome passou a designar uma das ruas centrais do bairro Grajaú.

50. Inocêncio Serzedelo Correia (1858-1932), militar e político, natural de Belém (PA), era na ocasião o prefeito do Distrito Federal.

pelo aroma saudável do arvoredo, a vista deslumbrada pelo panorama da cidade e do mar, os pulmões cheios de ar puro e renovado.

O abandono do morro de Santo Antônio é uma das coisas mais absurdas que eu tenho visto em toda a minha vida, tanto mais que me parece que todo o dinheiro que se gastar no aproveitamento dos seus terrenos será dinheiro empregado a juros certos e infalíveis. E é por isso que me espanta tão longa hesitação. Que o arrasamento do morro fosse para uma empresa qualquer que o explorasse mais lucrativo que o seu embelezamento, tal como o temos preconizado, de acordo. Ainda assim uma empresa bem organizada que tratasse de o aproveitar sem o suprimir, não perderia nada com isso... Em todo o caso a cidade não cogita de lucros particulares, cogita do seu interesse, que é o de toda a sua população, rica ou pobre, nacional ou estrangeira, amarela, branca ou preta. E tenho comigo provas de que este assunto interessa a muita gente e de que a minha opinião é a que prevalece na maioria dos habitantes do Rio de Janeiro. Quais essas provas? As cartas.

Ninguém ignora que sempre que algum jornalista expõe uma ideia de interesse público, esse jornalista recebe, consubstanciado em cartas, o desabafo colérico ou o acoroçoamento fervoroso dos que são contra ou a favor da sua opinião. Pois embora não pareça a muita gente que este caso possa agitar curiosidades, a verdade é que, como disse, tenho recebido a seu respeito grande número de cartas, algumas das quais bem inte-

ressantes, e em quase todas essas cartas se manifesta o desejo de que o morro desmazelado, o morro triste, continue no seu posto, mudando, porém de aspecto, como convém a quem ocupa a posição que ele ocupa.

Vejo agora que se eu fosse desenhista, teria de reproduzir a figura do Rio de Janeiro oferecendo também as flores da homenagem, numa saudação bem sincera, ao dr. Nilo Peçanha,⁵¹ pela vontade que manifestou de não consentir que se fechem escolas no Brasil durante o seu governo.

Não tenho acompanhado com muita atenção as razões por que se desejou acabar com o curso noturno da Escola Normal; mas, tendo lido, não me lembra em que jornal, que ele era frequentado por cerca de setecentas alunas, vejo que esse curso era e é necessário à nossa população. Moças que não podem sair durante o dia, ou por afazeres domésticos, ou por economias de vestuário, ou por falta de quem as acompanhe, bendirão as aulas noturnas que lhes permitirão estudar sem sacrificar a sua vaidade de mulheres ou a ordem do seu lar que esse abandono à noite não perturba, porque o que nele tiver de ser feito já a essa hora está feito.

A alegação de que as saídas à noite podem ser prejudiciais à saúde das moças não tem fundamento. O nosso clima é benigno e a prova de que ninguém tem

51. Nilo Procópio Peçanha (1867-1924), natural de Campos dos Goytacazes (RJ), era na época o presidente da República, cargo que, por ter sido eleito vice-presidente, assumiu em 14 de junho de 1909, após a morte de Afonso Pena.

medo do sereno é que nós todas passeamos à noite em cabelo pelos nossos jardins, quando temos jardins, ou pelas calçadas das nossas ruas, quando os não temos, sem receio de que tal hábito nos faça mal à saúde. E não faz. Nas outras capitais da importância da nossa, ver-se uma senhora em cabelo na rua causa certa estranheza, não só porque se acha isso incorreto, como porque se temem as perfídias da atmosfera noturna. Nós aqui zombamos desses exageros e talvez tenhamos mais saúde do que as inglesas, por exemplo, que se sentam à tarde a ler nos terraços dos seus próprios jardins, enfeitam-se com um chapeuzinho ou um chapelão, conforme a moda... quando fazem caso da moda...

Fechar escolas? Mas não parecerá a todos natural que o nosso empenho seja exatamente de conservar todas as que temos e fundar mais, muitas mais, espalhando-as por todo este Brasil enorme e inculto? Não há dinheiro? Crie-se um imposto para a instrução popular, invente-se qualquer meio que a sustente e a difunda; essa parece-me que deve ser a nossa melhor e principal preocupação. O povo brasileiro é inteligente e a parte dele que vive solapada na ignorância só consente nisso por inércia e falta de estímulo.

Bem sei que a escola de que se trata é de professoras, mas isso não destrói nenhum dos meus argumentos, visto que cada moça, dessas centenas de moças, ensinará no futuro uma centena de crianças pelo menos. E quando não o faça, quando a ciência que tiver adquirido não seja utilizada senão para o seu uso próprio ou,

quando muito, para o ensino de seus filhos, que terá perdido o Estado com o ter-lhe proporcionado os meios de obter essa instrução?

Não terá perdido nada e decerto terá ganhado alguma coisa.

Mas agora o teatro. É justo que eu saúde daqui João Luso⁵² pelo sucesso do seu drama *Nó cego*, com tanto sucesso representado no nosso Municipal, e tanto que depois dele se me afigura que o autor só pensará uma coisa: preparar o papel, pegar da pena, e traçar o plano de uma outra obra em que se confirmem todas as excelentes qualidades desta! Os sucessos incitam no prosseguimento da carreira em que eles se tenham alcançado e é por isso que a estas horas talvez já estejam bailando na mente de João Luso novas personagens de um drama belo e novo.

Quem se seguirá agora? É de supor que o público tenha curiosidade de acompanhar com atenção esse concurso de peças nacionais, e de acoroçoar com a sua presença a coragem dos escritores que nele tomam parte. Deus alimente e fortaleça essa curiosidade!

24 de maio de 1910

52. Armando Erse de Figueiredo (1874-1950), mais conhecido como João Luso, era jornalista, poeta e escritor luso-brasileiro. Veio para o Brasil aos 17 anos, tendo sido um dos fundadores do jornal *A Província de S. Paulo* (atual *O Estado de S. Paulo*). Sua peça *Nó Cego* foi apresentada no Theatro Municipal.

A não ser as pessoas que por desesperos íntimos se ensopam de querosene e ateam fogo às próprias vestes, todas as mais têm medo de incêndios; e devemos concordar que esse é um medo muito justificável, tanto mais que, mesmo quem se queime voluntariamente, ao ver-se entre labaredas, pede quase sempre socorro, aos brados, correndo espavorido pela casa ou rebolando-se no chão.

São raras as pessoas que se deixam morrer estoicamente, sem um grito, sem um apelo, ou sem uma maldição. Todos nós que temos amor à vida – e concordemos que este é também um sentimento muito justificável, porque, seja como for, a vida ainda é a melhor coisa que se conhece – temos naturalmente medo do fogo, mas nenhum de nós, entretanto, ao penetrar em uma casa de espetáculo ou numa sala de cinematógrafo, muitas vezes cheia como um ovo, pensa nas condições que esse recinto nos oferece de salvamento em caso de perigo real ou imaginário. Seria ridículo pensar que um perigo imaginário matasse ou molestasse alguém, se não se soubesse que o horror dos atropelos nas fugas tumultuárias dá causa frequentemente a incidentes mortais.

Embasbacados diante de uma fita que reproduza paisagens nunca vistas: canais da Holanda, com as suas margens cultivadas de cereais e bordadas aqui e além por moinhos de vento; ou os fiordes da Noruega e da Suécia, com os seus montes rochosos, emergindo do mar azul, franjado a prata, ou uma estrada branca da Rússia, velada pelas filas negras de pinheiros esguios; encantados pela novidade dessa viagem fácil, feita sem os vômitos do enjoo e sem as lágrimas da saudade, quem se lembrará de cogitar se os cinematógrafos são aparelhos perigosos, com elementos facilmente inflamáveis, ou se as casas em que eles funcionam nos oferecem todas as garantias de segurança, em caso de incêndio? Está claro que todas as salas de espetáculo obedecem a certas regras impostas e fiscalizadas pela polícia local e conhecidas pelo público para recurso de salvamento num instante de pavor alucinante, motivado por qualquer acidente, e as salas dos cinematógrafos não escapam certamente a tal imposição; mas quantos dos seus frequentadores estão convencidos de que tais precauções foram nelas observadas e são mantidas em rigor pelos seus proprietários? Eu, por mim, nunca me lembro disso. Entro com a intenção de me distrair, não quero saber de cuidados nem de indagações. Sei que a sala em que estou tem uma portinha, por onde entrei, aos empurrões, depois de ter feito cauda do lado de fora; que as suas cadeiras são muito unidas e as suas coxias são estreitas; que não há janelas nessa sala porque a claridade exterior prejudicaria a ilusão visual; que assim como há uma portinha ao fun-

do da sala por onde entrei, há outra na extremidade oposta, por onde hei de sair com menos impaciência e completa satisfação; que a atmosfera dessa sala está impregnada do cheiro peculiar das multidões; que a luz ora aparece, ora desaparece, que as explicações e letreiros são escritos numa língua esquisita, verdadeira salada de idiomas, que devia ser proibida por nociva à inteligência, mas que me faz rir; e é já saber muita coisa, para procurar saber ainda mais alguma!

E assim a principal fica ignorada, visto que as paredes laterais do salão, que se nos afiguram impenetráveis, têm, com certeza, algumas saídas, ocultas aos olhos do espectador, mas conhecidas das autoridades, sem as quais não seria concedida, a quem quer que fosse, licença para a exploração desse gênero de divertimento reconhecidamente perigoso... Essas portas escancarar-se-ão de relance em um momento de angústia, para que ninguém morra sufocado pelo fumo ou pelo apertão, ou seja atingido pela chama assassina, mas, como não se sabe o ponto exato em que elas estão colocadas, haverá ainda assim quem tristemente bata com o nariz nas paredes...

No incêndio do cinematógrafo Rio Branco⁵³ não houve, felizmente, vítimas, porque a hora não era a de grande concorrência. Teria sucedido o mesmo se o

53. O Grande Cinematógrafo Rio Branco, de Cristóvão Guilherme Auler, situado na rua Gomes Freire, próximo ao centro da cidade, era, ao lado do Pathé e do Palace, uma das principais salas cariocas de cinema. Por serem pequenas e decoradas com muitos tecidos e lustres, não eram raros os casos de incêndio.

salão estivesse repleto e se o fogo tivesse sido motivado por explosão no aparelho cinematográfico? Só alguns pobres bombeiros pagaram o seu amargo tributo à profissão humanitária que escolheram e ficaram nesses os desastres pessoais e em cinza o prédio.

Uma coisa que me faz cismar é como em geral os incêndios no Rio de Janeiro, onde muitas casas são feitas com madeiras duras, nacionais, e onde o corpo de bombeiros é uma instituição modelar, apontada como absolutamente perfeita, são quase sempre de prejuízo total!

Qual será o segredo dessa anomalia? Terá a nossa deliciosa e incomparável água carioca qualidades especiais, que, em vez de apacarem, ajudem a atear mais vivamente o fogo que ela pretende apagar... ou será insuficiente a sua quantidade nos registros das ruas, todas as vezes que os bombeiros pressurosos a procurarem para atacar um incêndio? Não sei, mas há com certeza um mistério nesta terra a favorecer o fogo; [e] o explique Vulcano, já que nós [não] temos capacidade para tanto... O que, nem Vulcano, nem todos os deuses pagãos decifriariam nunca são estes belos segredos que dois homens modernos, nossos contemporâneos, dizem ter descoberto agora, para consolação e alegria da humanidade inteira. Há poucos dias ainda publicavam os nossos jornais a notícia de que um médico ilustre da França, o dr. Doyen,⁵⁴ divulgava ao mundo a grátis-

54. Eugène-Louis Doyen (1859-1916), cirurgião francês, fundou um instituto médico em Paris, onde atendia a uma rica clientela, e criou novas técnicas cirúrgicas como a eletrocirurgia. A myco-

sima nova de ter salvado, com um preparado denominado Mycolisina, vários tuberculosos, obtendo curas radicais em enfermos do primeiro, segundo e terceiro período dessa enfermidade terrível e devastadora!

A essa notícia, que vem encher de esperança o mundo inteiro, veio ajuntar-se dias depois outra não menos animadora e esta fornecida por um médico italiano, o dr. Pichora, que assegurou ter descoberto um sistema eficaz para o tratamento do cancro. Também este declara ter conseguido cura completa em diversos doentes já desenganados!

Benditos sejam ambos, quer tenham já, de fato, conseguido o resultado maravilhoso que apreçoam, quer tal resultado não tenha passado de uma ilusão, fácil de compreender, porque todos que se debatem no pavor de tais moléstias já se animam com a certeza de que há quem manifestamente se esforce por debelá-las, pondo nisso todo o ideal da sua vida... Se o segredo não está ainda decifrado, está perto disso. Não se abalam assim os fios telegráficos por suspeitas sem nenhum fundamento.

E que para sempre sejam benditos os homens de ciência que se sacrificam pela humanidade.

Amém.

Pede-me alguém, que indo ao mercado de flores não foi atendido com amabilidade pelo vendedor de rosas que procurou, para insistir sobre a necessidade

lisina, também por ele criada, era um extrato de levedura para tratamento de doenças infecciosas.

de ser esse comércio feito por moças uniformizadas, o que daria um gracioso aspecto ao barracão da travessa Flora e asseguraria ao comprador um trato delicado.

A polícia reprimiria qualquer desrespeito do público, caso tal desrespeito houvesse, pelas interessantes floristas, e a cidade teria nesse seu recanto uma nota pitoresca e gentil. De resto o nosso público não é tão selvagem como muita gente pensa, haja em vista o que se dizia dos jardins sem grades, no tempo em que todos eles as tinham. Temia-se, então, que o povo devastasse os canteiros das praças ajardinadas e sem defesa e, entretanto, que popular arrancou jamais uma planta desses jardins, desde que as suas grades foram suprimidas? Nenhum.

12 de julho de 1910

Extinguir o serviço de profilaxia da febre amarela? *Mais jamais!* como diria um francês que se sentisse fortemente vinculado a essa terra pelo coração ou pela conveniência. E nós então, que diremos? Eu, nascida aqui sob o terror das epidemias, criada ao som das vociferações contra a febre maldita, que uma vez me pôs mesmo à beirinha do túmulo, exatamente na idade em que a vida me parecia melhor; eu, que por causa dela, que tanto nos deprimia e desacreditava no estrangeiro, tantíssimas vezes discuti com estrangeiros sentindo fugir-me todos os argumentos de defesa da minha terra em frente das suas acusações; eu, que tantíssimas noites passei em claro, andando do meu quarto para os quartos de meus filhos, a ver se estariam febris, a fazê-los cheirar fenol ou a enxotar mosquitos, sobressaltada a cada um dos seus suspiros, vendo a inimiga feroz em cada uma das suas mais insignificantes indigestões ou mais inesperados espirros; eu que senti a minha existência tantas vezes estragada pelo medo, um medo covarde, doentio, aniquilador, de que tal moléstia me entrasse em casa, e me roubasse qualquer ente querido; eu, em memória de todos os sofrimentos passados, protesto com a maior veemência, com todo o

ardor, com todos os direitos de brasileira e de mãe de família, contra a medida econômica que o sr. ministro do Interior quer pôr em prática, suprimindo o serviço de profilaxia da febre amarela.

Não, meu senhor; tudo menos isso. Se é verdade, o que ainda não creio, que tal ideia lhe tenha perpassado pelo espírito, conte desde já com a oposição de toda a gente, inclusive as mulheres, que desta vez não ficarão apáticas ante a visão do renascimento, mais tarde provável, talvez mesmo inevitável, de um mal que as afeta a elas muito mais do que aos homens, porque são elas principalmente as responsáveis pela higiene e a felicidade dos respectivos lares.

Seria um desastre político vergonhoso se, após tanto trabalho, tanta luta, tanto estudo, e tanto dinheiro consumido para chegarmos ao resultado a que chegamos de tranquilidade e de salubridade, por um simples decreto, se desmanchasse tudo, e em poucos meses ao primeiro descuido, a cegadora-mestra, cor de gema de ovo, entrasse com atividade pela cidade adentro, como por sua casa, a dizimar a população, a aterrorizar as pobres mães, a impedir a entrada de estrangeiros, a malsinar para sempre, definitivamente, a terra brasileira!

Não! O dinheiro do povo gasto com a saúde do povo é gasto a seu contento. A profilaxia não é inútil. Não deve ser suprimida.

Fique o senhor ministro sabendo, ou quem fez correr esse boato por sua conta, que o espantallo da febre amarela ainda projeta sua sombra nas próprias plagas

do Rio de Janeiro. Não se repara nisso, mas a realidade é que os estrangeiros que aqui aportam ainda não manifestam inteira confiança no nosso clima. Estão sempre de prevenção, com medo ao assalto. A fama abominável que as consecutivas epidemias deram a esta capital provoca ainda um certo receio nos que a visitam.

Os estrangeiros recém-chegados, embora o dissimulem, sentem-se mal a gosto... As nossas frutas saborosíssimas parecem-lhes cheias de traições, olham para os sapotis e para as mangas com ar desconfiado e desdenhoso. O orvalho das nossas noites mais sossegadas goteja bÍlis, como se cada nuvem que se balança no espaço representasse um fÍgado monstruoso atacado por moléstia mortal; o pó das nossas ruas tem mais micrÓbios que o de todas as outras cidades reunidas; o nosso sol, fá-los suar, menos de calor do que de apreensões; a água deliciosa, a água leve e cristalina das nossas fontes, boa e pura como nenhuma outra, é sorvida aos poucos, em goles pequeninos, com precaução, no susto de que cada um deles seja o portador fatÍdico do mal pavoroso, e o mais agradável sopro de brisa que encrespe a superfície da Guanabara ou faça rumorejar docemente as ramas das nossas mangueiras é como um sopro do inferno, bafo cheio de miasmas, portadores de morte...

Em uns mais do que em outros, a verdade é que existe ainda nos estrangeiros, ou mesmo nos nacionais vindos de fora, uma certa apreensão contra o nosso clima. E qual foi a causa dessa apreensão?

A febre amarela. Sim, meu senhor: a febre amarela. Ela já se foi, mas a sua sombra ainda se não dissipou de todo e há razão para que lhe façamos guerra ainda e por muito tempo; e que o exemplo da nossa tenacidade e do nosso esforço sirva a estados brasileiros em que ela se aquartelou para mal deles e... de todos nós. Efetivamente, não basta ter expulsado a febre amarela da capital, é preciso expulsá-la do Brasil todo e redobrar de atividade para chegarmos a tal conclusão.

Estando no Pará, no Recife ou na Bahia, ela continua em casa, e não lhe será difícil vir, por mar ou terra, quando bem lhe parecer, até o cais do porto ou a avenida Central... E então, adeus conquistas abençoadas do dr. Oswaldo Cruz;⁵⁵ adeus benefícios, nunca assaz louvados, do governo Rodrigues Alves;⁵⁶ adeus tranquilidade de espírito das mães que já não andam atrás dos filhos para que eles não comam cajus quentes do sol, ou não brinquem ao anoitecer no jardim, ou vão para a escola à hora do calor pelo lado da sombra, e, sobretudo, adeus propaganda do Brasil na Europa, na Ásia ou na própria África. Tudo ficará comprometido, inutilizado, perdido...

55. Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917), notável sanitarista, epidemiologista e cientista, natural de São Luís do Paraitinga (SP). Pioneiro no estudo e tratamento de doenças tropicais, foi o principal responsável pela criação, em 1900, do Instituto Soroterápico Federal, órgão que coordenou as campanhas de erradicação da febre amarela e da peste bubônica na capital federal e a campanha de vacinação contra a varíola, do qual se originou a Fundação Oswaldo Cruz.

56. Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1910), natural de Guaratinguetá (SP), quinto presidente da República.

Mais uma vez: Não! A obrigação do governo é fortalecer cada vez mais as instituições que zelem pela saúde pública. Uma boa estatística sanitária dá mais valor a qualquer cidade, do que tudo mais que dela possam dizer de bem. Nós ainda gastamos pouco com a higiene. Aí está a tuberculose para o provar. É outra inimiga encarniçada a guerrear, a guerrear sem tréguas nem cansaço. Se para isso for preciso gastar muito dinheiro, gastemos. A economia em tais casos é um crime pavoroso, indigno das nações civilizadas e dos governos hábeis.

Que se tem feito aqui para combater a tuberculose? Não sei; não se contando com a iniciativa particular, não sei nada. Portanto, não há nessa questão da saúde pública despesas a diminuir, mas despesas a acrescentar. Do céu venha o remédio, se não houver outros recursos, mas essa é que é a verdade. Clamemos por ela sem fadiga nem temor.

Tratando de moléstias e referindo-me a estrangeiros, acode-me à ideia a figura do médico italiano dr. Pozzi, que veio mais uma vez vincular em meu espírito a convicção de que nos são muito mais úteis os hóspedes que nos molestem o amor-próprio com uma ou outra censura do que aqueles que não dizem senão bem de nós e de tudo que é nosso...

Foi graças à franqueza do ator Antoine,⁵⁷ falando sem reboço, com sinceridade, das péssimas condições

57. Referência provavelmente ao ator, diretor de teatro, crítico e cineasta francês André Antoine (1853-1943). Criador do Théâtre

dos nossos teatros, em que os artistas não encontravam o menor conforto, que se pensou seriamente em dotar a cidade com um teatro belo e novo, à vista do que o ator Antoine deveria ter um retrato em uma das paredes do Municipal... Agora é, graças a um reparo franco e justo de um homem de ciência italiano, o qual, como o artista francês, não tem o espírito adulator, que a velha Faculdade de Medicina, feia, pobre, indigna da sua aplicação, será substituída por uma outra escola em tudo moderna e em tudo perfeita. A sinceridade das opiniões traz sempre bom resultado. E aí estão estes dois exemplos para o demonstrar. A nossa vaidade nacional arrepiava-se toda em face de certas censuras, mas o bom senso obriga-nos a calar-nos, sempre que elas forem justas, e a corrigir-nos, para que se não repitam.

É o que se vai fazer agora. Do casarão sujo e triste desta velha escola, cheia de tradições e de saudades, mas também cheia de imundície e de inconvenientes de toda a ordem, surgirá uma escola nova e modelar, a melhor do mundo, talvez.

Empenhemo-nos para que seja assim – a melhor do mundo! Para alguma coisa lhe deve servir o ser feita depois das outras...

9 de agosto de 1910

Libre, em Paris, esteve no Brasil em 1903, apresentando-se no Teatro Lírico e no Theatro Municipal.

Há poucos meses, estando em uma importante fazenda do estado de São Paulo, a dois dias da capital, ouvi, em resposta a uma das minhas curiosidades, afirmar que em geral os colonos só se casam religiosamente, evitando por ignorância e por economia o casamento civil. O fazendeiro que me hospedava tinha um trabalho louco cada vez que sabia de um casamento na colônia para convencer os nubentes a se unirem civilmente antes de irem fazer aos pés do altar católico.

E aos olhos dos colonos esses conselhos não poderiam parecer suspeitos de ateísmo ou perversão religiosa, porque todos eles sabem que o patrão tem capela em casa, onde, uma vez ou outra, o sr. vigário vai dizer missa e dispensar, aos moradores da propriedade ou dos arredores, os santos sacramentos do batismo e do matrimônio. Somente como o fazendeiro não admite que tais atos se cumpram em sua presença e em sua casa, sem as prévias formalidades da lei, que assegura à família brasileira todos os seus direitos e privilégios, os noivos dispensam-se da honra de casar na fazenda e vão à cidade mais próxima pedir a qualquer sacerdote que os una para toda a vida. Não podendo, pelos

princípios da sua educação, prescindir do ato religioso e ficando-lhes o casamento em duplicata mais caro talvez uns quarenta mil réis, pela necessidade de alguns documentos que muitas vezes só se podem obter nos seus países de origem, os colonos contentam-se com as bênçãos da igreja, sem pensar nas responsabilidades futuras para com os seus próprios filhos, nem nas prerrogativas, que para todos os efeitos civis lhes concedem as leis do país em que vivem.

Acontece, não raramente, que, passado o primeiro período de ebriedade no casamento e desfeita a ilusão de um amor enganoso, o marido velhaco ache no fundo do seu espírito argumentos que lhe provem que o laço que o uniu para *toda a vida* à sua pobre companheira, na igreja do povoado, da vila ou da cidade, é um laço frouxo, que ele pode desatar logo que se queira escapular! E quantos, por todos esses sertões do Brasil, têm abandonado as esposas, depois de fruïrem as doçuras de uma lua de mel mais ou menos demorada, deixando-as na perplexidade de uma situação inqualificável, dolorosa e sem remédio! Levanta-se então o alarma na família.

Os pais da noiva, tendo de recebê-la de novo em casa, às vezes já com um filho no ventre ou nos braços, desesperam-se por não terem exigido que o casamento se tivesse efetuado com os rigores da lei...

A dor da experiência prova-lhes o que a sua falta de educação cívica e a sua indisciplina não lhes tinham deixado ver na hora da previsão: mas então o mal já não tem remédio e é aguentar com as consequências da

sua ignorância e da sua estupidez, com ombros resignados. Dizem haver muitos marotos que pelos confins dos nossos estados menos cultos se entretêm em exercer este gênero de esporte amoroso e perverso, deixando por onde passam esposas e filhos abandonados e atônitos. Está claro que para essa espécie de indivíduos a exigência do casamento civil é, a par de uma iniquidade, uma ofensa ao nome de Deus!

Uma lei, creio que decretada pelo governo provisório, impunha a obrigatoriedade do casamento civil antes de ser realizado o religioso. Nenhum sacerdote, fosse qual fosse a religião que representasse, poderia jamais unir duas criaturas, sem que essa união tivesse sido antes legalizada pelo pretor. Era uma medida sábia, uma medida necessária no nosso país, nada ofensiva da religião e protetora das noivas menos atiladas ou demasiadamente confiantes.

Contra esse decreto providente levantou-se enorme gritaria, não já entre fanáticos da religião, mas entre os fanáticos da liberdade, como se nas sociedades fosse possível a liberdade sem limites e sem contraste. O fanatismo republicano dos primeiros anos da República e o fetichismo da constituição inflaram as bochechas e descarregaram os pulmões sobre o ministro que decretara a lei, e de tal modo vociferaram que o governo recuou e a lei foi revogada – se me não engano, e os sacerdotes de todas as religiões ficaram com a liberdade maléfica de constituírem famílias fora da lei, desamparadas de todas as garantias, desprotegidas de todo o direito. Deste modo se salvaram os princípios é

verdade, mas se prejudicou enormemente a sociedade nos seus próprios fundamentos, na sua própria base, que é a família.

Mesmo sem ter havido desunião entre eles, há muitos maridos e há muitas mulheres que, sendo casados religiosamente, sem o recurso da lei, e, vendo-se mais tarde esclarecidos sobre as vantagens que lhes proporcionaria uma condição de vida legalizada, quer em face dos interesses dos filhos, quer de outros negócios de família, como transmissão de propriedades, heranças, etc., sentem-se dispostos a corrigir o ato de imprevidência do passado mais ou menos remoto, sujeitando-se a multas e ao cumprimento de um ato, que fora do seu tempo pode ser considerado maçador. Se entre esses casais haverá alguns que podem pagar até multas avultadas, há muitos, e é a maior parte, que são paupérrimos, pela simples razão que, mesmo por serem pobres, foi que em tempo oportuno evitaram o casamento civil... A essas pessoas será utilíssima a medida proposta há dias pelo sr. dr. Francisco Bernardino,⁵⁸ diretor da repartição de estatística, de facultar pelo preço de mil réis a execução de casamentos retardados, em todas as pretorias de todos os municípios do Brasil. Essa proposta, reveladora de um espírito observador e competentíssimo no assunto, vem, sendo aceita e posta

58. Francisco Bernardino Rodrigues Silva (1853-1920), político nascido em Juiz de Fora (MG), presidiu a província do Piauí de agosto a novembro de 1877, candidatou-se à presidência da República em 1894 contra Prudente de Moraes e foi deputado federal por seu estado.

em prática, corrigir muitos desastres e atenuar milhares de preocupações que fervilham de norte a sul por todo este Brasil. É de um enorme alcance social.

—

Deixando as regiões da política administrativa, ouçamos um momento a voz bem nacional e dolente deste instrumento saudoso, inventado pelas mãos da Noite maravilhosa, na hora em que as suas estrelas têm mais brilho, o seu ar mais aroma e o seu luar maior intensidade e doçura... Sim, porque o violão não é criação humana. A guitarra de d. João foi feita pelo amor, para chamar donas e donzelas a varandins e ao pecado. O violão, fê-lo a Noite, para a poesia e para o sonho, fê-lo só para ela, que toda se queria embeber da maviosa harmonia das suas cordas prodigiosas... harmonia simples, como as águas claras das fontes enluardadas, doce, como a voz dos pássaros adormecidos, e enamorada como os beijos de Romeu na face moça e linda de Julieta... Quando o primeiro violão caiu nas mãos do primeiro trovador, a alma deste se sentiu ligada à natureza por um vínculo inquebrantável e misterioso: o vínculo do som, que leva a alma ao infinito e fá-la compreender todo o universo em uma parcela de minuto...

Mas este violão de que vos falo, guardando os seus segredos de nascença, aprendeu muitos mais, de modo que, servindo aos intuitos da Noite amorosa e evocadora, ele interpreta ao mesmo tempo as graças e gentilezas das sociedades humanas! Ouvi-lo em um

minueto é ver girar em voltas airoas, em um nimbo de pós de arroz e de essências finas, umas tantas figuras a Luís XV,⁵⁹ brancas, azuis e cor-de-rosa, salpicadinhas de flores e laços de veludilho... Começa a *gavotte*⁶⁰ e aí vemos os parquês encerados, os madrigais ditos a meia-voz, as cortesias profundas... mas logo após vibra no violão... quê? uma marcha militar! Parece incrível, uma marcha militar ao violão! Pois já lá estão enfileirados os homens do regimento, fazendo vibrar cornetas, rufar tambores, soar tacões compassadamente no chão de estradas em que vão marchando, marchando, marchando, até se unirem muito ao longe, enviando-nos de distância um fio tênue de som, trazido pela aragem... E o mesmo violão geme agora nas lembranças do sertão uns queixumes repassados de nostalgia e sentimento campesino ou goteja as notas com a cristalina frescura de pingos de água caindo compassadamente, brilhantemente, sobre um roseiral em flor. E em tudo isto ele é bem nosso, bem brasileiro, este violão a que o sr. Castro Afilhado confia os segredos da sua inspiração musical! É justo que por isso eu lhe bata daqui as minhas palmas.

—

59. Estilo Luís XV, especialmente em decoração de interiores, mobiliário e vestimenta, criado durante o reinado de luxo deste monarca francês.

60. Dança popular de origem francesa dos séculos XVII e XVIII, muito popular nas cortes de Luís XV e Luís XVI. Em português, gavota.

E agora uma palavra aos senhores médicos, que tão estranhamente interpretaram as palavras escritas por mim sobre a morte de Carmen Dolores.

Até fiquei arrepiada quando li que em uma sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia afirmaram que eu tinha acusado alguém, que, aliás, nem sei quem é, de haver assassinado por grandes doses de morfina a minha colega. Quem me tivesse lido com atenção não poderia imaginar semelhante coisa. Se aludi a uma dose, e não doses, de morfina, ministrada à moribunda para lhe atenuar o horror do passamento, foi para acentuar, com esse fato, o grau de resistência do espírito da escritora e o seu amor à vida.

Em todo caso, fique consignado aqui o meu desejo de ter à minha cabeceira na hora extrema um médico bastante piedoso para me fazer a mim o que o médico de Carmen Dolores lhe fez a ela: deixar-me morrer dormindo...

30 de agosto de 1910

Mudar o nome do largo da Carioca?!⁶¹ Protesto.

Com que direito? Com o que me dá o meu título de carioca da gema, o qual, se me não confere a mim a mesma autoridade que a outra qualquer pessoa conferem, por exemplo, os títulos de intendente, deputado ou senador, é de algum modo também, pelo menos neste assunto, representativo da vontade popular. Porque, podem crer, aqui onde estou, dentro das quatro paredes da minha sala de trabalho, eu adivinho que absolutamente ninguém nesta leal cidade tomaria a sério outra qualquer designação, fosse ela qual fosse, para aquele ponto da cidade, seu verdadeiro coração, onde um chafariz tradicional jorra, de não sei quantas bicas, a água deliciosa do aqueduto histórico da Carioca. Não se quebram tradições respeitáveis e afetuosas, como se

61. Um dos logradouros mais tradicionais da cidade, o largo da Carioca foi aberto com o aterro da lagoa de Santo Antônio, ao pé do morro do mesmo nome. Sua importância histórica deve-se à proximidade do convento franciscano de Santo Antônio e da igreja de Santo Antônio da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, e também do chafariz ali construído em 1723, onde escravos vinham pegar a água do rio da Carioca, graças à construção pelo governador Gomes Freire de Andrade do aqueduto da Lapa. Em 1848, o antigo chafariz foi substituído por outro, projetado pelo francês Grandjean de Montigny, e demolido em 1925.

quebram bugigangas de vidro. Por mais que pareça inerte um nome legado a coisas impassíveis por gerações extintas, a verdade é que pelo hábito de o repetirmos e de o ouvirmos durante largos anos ele adquire como que uma força viva, um prestígio pessoal, qualquer coisa de carinhosa e de estranha psicologia.

As cidades têm alma.

As próprias pedras das ruas embebem-se dos segredos das multidões que as pisam. E tanto no ponto que nos interessa agora, elas parecem ter uma vontade própria e uma opinião muito segura do seu caráter, é que muitas vezes repelem os nomes com que os homens lhes batizam as ruas ou as praças recentemente construídas, para aceitarem outros nomes que esses mesmos ou outros homens lhes dão depois e com que se eternizam na relativa eternidade da civilização moderna...

Não sei se o largo da Carioca teve primitivamente outra designação. Se teve, essa não exprimiu com certeza bem o seu tipo, e a prova é que ninguém a conhece e ela existirá agora apenas dentro do inesgotável tinteiro do ilustre mestre dr. Vieira Fazenda.⁶² Entretanto, Carioca, nome fácil, curto, bem soante, indígena, que estala como um beijo atrevido, adequou-se perfeitamente à sua índole, e tanto lhe dizia bem no seu tempo de fealdade, em que a Jardim Botânico nele despejava

62. José Vieira Fazenda (1874-1917), médico e memorialista, autor de *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, obra em cinco volumes que reúne crônicas pitorescas sobre a cidade publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

as ondas dos povos habitantes de Botafogo, como lhe diz bem agora, que ele asfaltado, iluminado a electricidade, florido como uma cesta de noivado e circundado de prédios luxuosos, se vê transformado, fisicamente, em uma das mais belas praças da cidade. Há pessoas que mudam de gênio conforme o traje que vestem; mas as cidades são mais honestas: mesmo transformando-se para melhor, enriquecendo-se, tornando-se mais garriadas ou mais suntuosas, guardam sempre no seu íntimo um fio de amor inquebrantável e translúcido aos tempos da sua origem. Ai das cidades que não têm caráter. Elas são completamente desinteressantes, mesmo aos olhos dos estrangeiros que as visitem de passagem. Porque, parece impossível, mas essa coisa que se não vê salta aos olhos de quem quer que tenha um pouquinho de espírito e de observação! O ambiente; as fachadas das casas; as agulhas das torres; os mostradores das lojas; o modo por que estão abertas ou fechadas as janelas; tudo tem entre si uma relação especial, curiosa, encantadora e que toda se harmoniza com o tipo do povo e a natureza do seu país.

Os habitantes da cidade, principalmente os que nela nasceram ou nela foram educados de pequeninos, concretizam essas impressões nos nomes das ruas e das praças que lhes são mais familiares.

De modo que mudar um nome já muito popular é, além de uma heresia e um desrespeito pelo povo, uma inutilidade. O largo da Carioca será sempre o largo da Carioca, como a rua do Ouvidor é a rua do Ouvidor, a rua da Quitanda é a rua da Quitanda e a desmembra-

da rua dos Ourives⁶³ é ainda rua dos Ourives! O povo levanta os ombros indiferente a certas homenagens e continua, com o direito do hábito e da amizade que o próprio hábito sugere, a chamar as coisas pelo nome por que as conhecia, já de tradição.

Acredito mesmo que o próprio marechal Hermes da Fonseca,⁶⁴ cujo nome querem que substitua o da praça citada, todas as vezes que tiver de aludir a ela a designará instintivamente pelo seu nome antigo...

Já uma vez, a propósito da mania de porem nomes de homens a estações de estradas de ferro, eu disse aqui tudo quanto sentia a esse respeito. E era com pouca diferença a mesma coisa. Na minha opinião as ruas e praças públicas, para gozo e uso do público que se não pode exigir que seja todo de uma só opinião, deveriam ter nomes impessoais e curtos.

O nome curto é sempre vantajoso, quer como estética para os letreiros, quer como economia de tempo e de dinheiro para os endereços. Em Nova York adotaram praticamente números em vez de nomes de avenidas; não sei se haverá em alguma cidade vinte e cinco ruas que representem as vinte e cinco letras do alfabeto, mas se há, aí estão vinte e cinco endereços fáceis de escrever e de balbuciar. Sim, porque é com certeza muito mais elegante e muito mais cômodo dizer: – Moro na rua A

63. Com a abertura da avenida Central, a rua dos Ourives, que cortava várias ruas do centro da cidade perpendiculares ao litoral, foi dividida em dois trechos: o primeiro, entre as ruas São José e Sete de Setembro, a atual rua Rodrigo Silva; o segundo, entre a rua do Ouvidor e o largo de Santa Rita, a atual rua Miguel Couto.

64. Presidente da República (1910-1914).

ou na rua Z, do que murmurar em um oferecimento muitas vezes apressado, embora amável: – Moro na rua “do Chefe de Divisão Salgado”⁶⁵ ou qualquer outra assim. E aqui temos um exemplo favorável à minha argumentação.

Antigamente esta rua era chamada apenas do Cassiano; há não sei quantos anos já, passou a ser chamada: rua do Chefe de Divisão Salgado, e, entretanto, embora toda a gente ignore quem foi esse Cassiano, e saiba quase toda a gente quem foi o chefe de divisão Salgado, o caso é que ainda a primeira designação é a que prevalece.

Não sei se o presidente da República que remodelou e transformou esta capital tem o seu nome em alguma das suas ruas ou das suas praças; se o não tem, não será desse modo que o Rio de Janeiro lhe pagará a enorme dívida de gratidão que tem para consigo. Pensando bem, essas homenagens, quando principalmente feitas a homens políticos vivos, são muitas vezes perigosas e indiscretas. O vendaval da política transforma muitas vezes o homem adulado no homem perseguido; e, quando isso acontece, não falta infelizmente quem procure destituí-lo de pequenas glórias antes conquistadas. Se não houvesse outras razões menos sentimentais e mais práticas, esta bastaria para que os poderes competentes dessem às ruas e praças da cidade nomes impessoais, ou só dos grandes homens já mortos.

65. Atual rua Hermenegildo de Barros, no bairro de Santa Teresa.

Em todo o caso, se o desejo de prestar por esta forma homenagem ao sr. marechal Hermes da Fonseca é muito veemente e inadiável, deem o seu nome a uma das praças ou das ruas novas de um bairro próspero, e deixem as da cidade central e comercial àqueles por que há tantos anos são conhecidas.

E antes de passar a outros assuntos, gostaria que alguém me respondesse esta pergunta ansiosa: que medidas está tomando o Brasil contra a invasão possível do cólera? Ele está na Itália... e a Itália é um país com o qual já temos relações tão íntimas!

Oh, só a terrível ideia dessa moléstia é de fazer enregelar o ânimo mais ardente e mais forte.

E eis aí uma preocupação bem grave, bem absorvente e que deve estar obumbrando a ventura das autoridades competentes e superiores.

Mas deixemos de parte a maldita peste asiática, que não virá ao Brasil, para antes cumprimentar daqui, com o alto apreço que o seu talento inspira, o ilustrado romancista português Abel Botelho,⁶⁶ que se acha há alguns dias nesta capital.

Os olhos observadores e penetrantes do autor de tantas obras originais e ousadas, como ainda esta última, *Próspero Fortuna*, que acabei de ler, perceberão nesta cidade mais alguma coisa do que geralmente veem os viajantes, mesmo ilustrados, mas que não são

66. Natural de Tabuaço, em Portugal, Abel Acácio de Almeida Botelho (1855-1917), militar e escritor, defendeu em *Próspero Fortuna*, obra da série intitulada "Patologia social", a criação de um estado republicano e laico.

artistas. O Rio apresenta quadros de um pitoresco e de uma beleza inéditos. O pintor José Malh⁶⁷ disse-me dela, com ar de surpresa e muita sinceridade:

– Mas é uma cidade cheia de assuntos!

E, entretanto, nós, de casa, vivemos a afirmar o contrário...

–

E, a propósito de artistas, eu falaria com vivo prazer agora aqui da exposição de Aurélio de Figueiredo,⁶⁸ exposição que sei, por informações insuspeitas, apresentar quadros de uma fatura nova e um efeito delicioso, mas que o meu estado de saúde não me permitiu até agora ir ver. Mesmo assim, não quero deixar de transmitir a estas curtas linhas o desejo de que essa exposição, que é a primeira que, depois da sua volta da Europa, o ilustre pintor brasileiro faz no Rio de Janeiro, seja visitada e compreendida pela nossa sociedade.

20 de setembro de 1910

67. José Vital Branco Malhoa (1855-1933), pintor e desenhista português, ilustrou a revista mensal *Atlântida*, criada pelo português João de Barros e o carioca João do Rio.

68. Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo (1856-1916), pintor, escultor e caricaturista, produziu retratos, paisagens, cenas de gênero, naturezas-mortas e pinturas históricas, como o “Último baile da Ilha Fiscal”. Era irmão mais novo do pintor Pedro Américo.

Há uns cinco anos talvez, passeando eu um dia pela Quinta da Boa Vista,⁶⁹ senti uma tal impressão de abandono e de tristeza, que não resisti ao desafo da minha indignação e reclamei em um artigo socorro para aqueles lagos com mais lodo do que água; para aqueles jardins que desapareciam sob o mato e, sobretudo, para aquelas velhas árvores amigas, a cuja sombra crescia a erva daninha e em cujos braços se enredavam cipós e parasitas. O desenho do parque imenso, para a manutenção do qual era deficiente o pessoal do Museu, sumia-se sob os lençóis de gramão que se alastrava sem receio da enxada ou, o que ainda era pior, apagava-se esmagado pelas patas da cavalaria militar que percorria o parque a galope. Lamentando tal incúria, revivi naquela página apressada de jornal a figura doce e burguesa da nossa velha imperatriz, coxeando vagarosamente entre as suas damas de honor e as suas aias pelas extensas alamedas de bambus,

69. Tradicional parque do Rio de Janeiro, situado no antigo bairro imperial de São Cristóvão, na zona norte da cidade. Nele está situado o Palácio da Boa Vista, antiga residência de d. João VI e dos imperadores brasileiros, que hoje abriga o Museu Nacional de Arqueologia e Antropologia.

agora tão devastadas, pisando um tapete de sombras movediças e de sol, ouvindo o marulho da água límpida entre avencas e fetos e vendo esvoaçar as nossas incomparáveis borboletas azuis, amigas desse recanto de sombras e de perfume... Incitando a conservarem nesse parque histórico, religiosamente, os pontos mais frequentados pelo imperador, o banco de pedra onde ele se sentasse, árvore sob a qual gostasse, nas frescas manhãs de primavera, de ir folhear o seu Virgílio⁷⁰ ou traduzir o seu Horácio,⁷¹ enquanto no alto zumbissem abelhas na fabricação do seu doce mel ou cantassem cigarras estridulamente dentre os florões rubros dos flamboaiãs vizinhos, eu alimentava a esperança de que o meu grito de súplica fosse ouvido e levada a salvação a essas plantas, antes bem tratadas que se finavam agora de fome e de sede...

Mas nem assim. Seria, contudo, feia ingratidão dizer que esse meu artigo não tivesse tido uma resposta. Teve-a: anônima, não me lembra em que folha, mas sei que essa resposta não era simpática às minhas opiniões... Todavia, mais vezes, sob vários pretextos, clamei pelo aproveitamento dessas alamedas umbrosas, verdadeiro refúgio e oásis para os moradores de São Cristovão.

70. Públio Virgílio Maro (70 a.C.-19 a.C.), o conhecido autor de *Eneida*, *Éclogas* (ou *Bucólicas*) e *Geórgicas*, expoente da literatura latina.

71. Quinto Horácio Flaco (65 a.C.-8 a.C.), poeta lírico e satírico, um dos maiores da Roma Antiga.

A sombra das grandes árvores forma-se tão lentamente que seria uma barbaridade desaproveitar aquelas! Mas, bem diz o povo: não há nada como um dia depois do outro! O que eu pedia para então fez-se agora e nem por isso o meu júbilo é menor, tanto mais que isso veio acoroçoar outras velhas aspirações já muito repetidamente manifestadas. Quer dizer que, assim como vi realizado o aproveitamento da Quinta da Boa Vista, e vi efetuadas exposições de flores e batalhas de flores, pelas quais me bati no tempo em que tais empreendimentos parece que eram considerados como coisas fúteis e sem nenhum alcance moral, científico nem comercial, assim espero ver bem organizada a defesa das nossas orquídeas, tesouro que desperdiçamos estupidamente, sem pena nem cuidado, e assim espero ver pimpão, engrinaldado de terraços, de acácias e de palacetes, este nosso triste e andrajoso morro de Santo Antônio!

Coitado. Todo ele se enruga e envelhece em sulcos fundos quando as chuvas torrenciais lhe arrastam para a cidade baixa o barro vermelho da sua crosta. É como se o sangue lhe escorresse da epiderme ferida em grandes lanhos. Até faz pena ver. Se vem uma epidemia, do que Deus nos guarde, ai dele! Aquela pobre gente que ali se aglomera, sem água, sem esgotos, sem conforto, será devorada de uma só vez, como uma pedra de açúcar por um elefante!

Este assunto deve estar prestes da sua solução. Será naturalmente, pela sua importância, um dos primeiros cuidados do futuro prefeito. Agora, quanto ao das orquídeas, mal posso imaginar quando e o que se fará

por elas. E, entretanto, temos nesta remodelação de jardins ocasião de as proteger contra a ganância do estrangeiro e o seu bom gosto...

Em outros tempos, em que os poderes públicos não perdiam o seu precioso tempo cogitando sobre a sorte dessas joias das nossas florestas, de que os espécimes mais raros iam encaixotados para a Europa, sem que nem ao menos tivéssemos o direito de exigir dos exportadores uma simples muda dos exemplares que expediam – por que pedir, para quê, e com que direito? –, escrevi sobre a vantagem de organizarem os colecionadores de orquídeas no Rio de Janeiro uma sociedade, obrigando-se a exposições permanentes e a grandes culturas dessas flores delicadas; sociedade que tivesse correspondentes em todos os estados e adquirisse o direito de não deixar sair do Brasil senão exemplares, vulgares ou repetidos, de orquídeas, procurando por todos os meios desenvolver a produção das mais belas e mais raras.

Em Londres, em Berlim, em Paris e em outras grandes capitais do Velho Mundo encontraria a seu tempo a sociedade excelente mercado para os produtos repetidos das suas coleções, e, entretanto, o nosso pavilhão de orquídeas seria, com certeza, principalmente nas épocas da sua melhor floração, uma das mais finas e mais belas curiosidades do Rio de Janeiro.

Não estive sozinha nesta pretensão. O sr. Sidney Barnett⁷² aventou, no *Jornal do Commercio*, por esse

72. Representante no Brasil do periódico londrino *South American Journey*.

tempo, a ideia de se fundar no Rio de Janeiro um suntuoso jardim de orquídeas que seria, no gênero, o único do mundo e que, além das vantagens científicas e artísticas, insuflaria com justiça a nossa vaidade. Escrevi acerca desse projeto com entusiasmo, lembrando-me de ter dito aos nossos colecionadores que “não é cultivando só para regalo egoísta, em jardins que ninguém vê, umas tantas variedades de orquídeas, que eles podem demonstrar paixão por essas flores curiosíssimas. Essas concentrações merecem mais o título de manias, em que não figura senão o interesse pessoal. O entusiasmo induz à propaganda e à difusão.”

Se me não falha a memória, o sr. Barnett lembrava o Jardim Botânico para a realização da sua ideia – que tem agora oportunidade de espanejar-se ao sol.

Assim como nas estufas de Kew Gardens⁷³ vi maravilhosas orquídeas brasileiras que jamais contemplei no Brasil, orquídeas dos estados do norte e dos estados do sul, por que não conseguiremos vê-las em lugar público no Rio de Janeiro?

Mas ainda a questão principal não é esta. A questão principal é conseguir-se o meio de conservarmos no país, e de reproduzirmos os exemplares mais ricos, mais belos e mais raros dessas flores.

Afinal, o caso talvez não seja tão difícil como à primeira vista parece.

73. Também conhecidos como Reais Jardins Botânicos de Kew – complexo de jardins, arboretos e estufas situados num vasto parque localizado entre Kew e Richmond upon Thames, na periferia sudoeste de Londres.

*

O que é difícil, o que é mesmo impossível, a não ser que se tenha nascido já iluminado pela centelha divina do talento, é escrever-se um livro que reproduza com tamanho sentimento de verdade a alma das coisas e a das criaturas humanas, como este romance de Xavier Marques,⁷⁴ intitulado *O sargento Pedro*.

Desde a primeira página que o leitor sente nos seus períodos a sinceridade de um espírito apaixonado pela sua arte e pela natureza da sua terra praiana. Todo o livro cheira a mar, é varrido pelos ventos do oceano, iluminado pelas espumas das ondas prateadas ou pelo seu largo fulgor azul. O seu estilo é claro, é simples e é pitoresco e tão empolgante, que, lido o primeiro capítulo, o leitor deseja ir sem interrupção até o fim. A Bahia tem razão de se orgulhar de tal escritor, como nós temos razão de orgulho por ser o nosso país, entre tantos países onde a arte é mais estimada e bem recompensada, o escolhido para habitação de um artista como Julião Machado,⁷⁵ de quem vi ontem uma comédia, na matinê do Municipal. A comédia é tudo quanto há de

74. Francisco Xavier Ferreira Marques (1861-1942), jornalista, escritor e político, autor de romances como *Boto e companhia* (1897), *Jana e Joel* (1899), *O sargento Pedro* (1910), além de estudos sobre crítica literária, filologia e história. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

75. Julião Félix Machado (1863-1930), ilustrador português, chegou em 1894 ao Brasil, onde criou com Olavo Bilac as revistas ilustradas *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896).

mais desprezioso, mas o assunto, de pura fantasia, é apresentado com tanta naturalidade, com tanta ciência das proporções desenvolvido, tão leve, tão gracioso e tão singelo, que revela desde as primeiras cenas um ótimo escritor de teatro. O bom humor de todo aquele excelente ato mantém constante nos espectadores um sorriso satisfeito que por vezes se dilata e explode em riso franco, nas crises da situação das personagens e no momento dos seus frequentes ditos de espírito. O caricaturista filósofo que é Julião Machado atenua-se no escritor leve e desopilante da *Influência atávica*. É uma comédia escrita com o lápis do caricaturista, risonho, amável, sem nenhum dos amargores do filósofo nem das impertinências do censor. O episódio decorre sereno, e o ridículo da estranha situação não esmaga nem fere a vítima resignada, que a aceita com paciência a princípio e que termina por considerar-se feliz com o resultado da aventura, em que entrara sem vontade nem consciência.

Como somos ainda, neste início balbuciante de civilização, um país sem curiosidade e um povo sem o culto dos homens notáveis, que o honram com o seu talento e o seu espírito, não estranhei que a nossa capital tivesse deixado o teatro Municipal quase vazio, quando nele aparecia como escritor dramático, aliás já provado em outra comédia de sucesso, um artista como Julião Machado, que deveria, por tantos títulos brilhantes, ser querido da nossa sociedade.

Um povo que não ama os seus poetas, os seus escritores, os seus artistas, faz-me pena. É que não alcançou ainda o grau de civilização em que as sociedades

chegam a compreender o que devem a esses infatigáveis e desinteressados trabalhadores do pensamento.

Tenho pena, mas bem sei que não pode ser de outro modo. Em que idade atingirão as nações sua maioridade?

Isso leva tanto tempo!

*

Acabo de ler no *Paiz*, de hoje, segunda-feira, que o sr. Sebastião Rios⁷⁶ desenvolveu mais amplamente o assunto do meu artigo da semana passada sobre a nomenclatura das ruas. Apoiado. Se me fosse permitido pediria ao mesmo brilhante colaborador desta folha que desenvolvesse ainda o mesmo tema das nomenclaturas absurdas de povoados e estações das nossas estradas de ferro, as quais com o tempo se desdobram em vilas e cidades, que vêm a ter nomes de cidadãos obscuros ou notáveis, mas que devem ver os seus nomes glorificados por outras formas.

Também já discuti este assunto, mas até agora tal discussão não teve nenhum efeito. Venham, portanto, outros e outros combater nestas pequenas campanhas, que são, às vezes, muito mais importantes do que parecem.

27 de setembro de 1910

76. Sebastião Rios tinha uma coluna em *O Paiz* intitulada "Os nomes das ruas", também denominada "Nomenclatura das ruas".

Em um destes últimos dias tomou lugar em um bonde da companhia Vila Isabel uma pobre senhora sexagenária, de modo tímido e trajas modestíssimos.

Não conhecendo bem o bairro para onde se dirigia, pediu ao condutor que a instruisse e guiasse de modo a fazer parar o bonde no ponto mais próximo de uma certa rua interior, cujo nome me escapa. Mas o condutor, coitado, estava nas mesmas circunstâncias: ignorava por completo a existência de tal rua, prontificando-se, entretanto, para, por sua vez, ir pedir ao motorneiro que os elucidasse. Mas, coitado do motorneiro, também ele estava imerso na mesma doce ignorância dos outros dois.

Em tais emergências, mais frequentes do que se pode imaginar, acontece quase sempre haver no bonde um passageiro providencial, que intervém gratuita e amavelmente na questão e esclarece tudo. Pois desta vez nem isso. Foi em vão que a pobre senhora relanceou o olhar interrogativamente por todos os companheiros de viagem. Ninguém a acudiu, e o bonde zunia por sobre os trilhos indiferentemente. Era evidente que aquela senhora não ia passear por mera distração, nem ia a uma visita superficial, destas que tanto podem ser

feitas em um dia como em outro. O seu chapeuzinho ruço, os seus sapatos de lona pardos, a sua magra bolsinha de couro puído, informavam de que ela ia procurar alguém, talvez por sacrifício, certo por necessidade ou por dever.

Tal cena fez-me acudir à ideia a vantagem que haveria para o público se as companhias de bondes do Rio de Janeiro fornecessem aos seus condutores e motorneiros pequenos guias ou dicionários de nomes das ruas e praças de cada bairro a que eles têm de servir. O uso fácil dessa carteira portátil cortaria de uma vez qualquer embaraço de informação e esse dever de gentileza da companhia para com o público ficaria para sempre cumprido! Meditem os senhores diretores das empresas de viação neste alvitre que aqui lhes lembro e que é de fácil realização e pequena despesa, e tratem de adotar sem demora, na certeza de que prestam com isso um serviço, mais importante do que lhes parecerá talvez, à população da nossa capital. Qualquer condutor, folheando meia dúzia de vezes o pequeno dicionário de ruas e praças de um só bairro, ficará depressa com elas de cor para dar uma resposta rápida a quem lhe pedir uma informação; e, quando a sua memória for tão empedernida que se negue a esse trabalho, não lhe será penoso consultar na ocasião o seu livrinho para uma indicação positiva e indispensável.

O Rio é uma cidade enorme e onde o bonde tem a magna importância; tudo o que se fizer para o melhorar não é demais, porque talvez em nenhuma outra cidade do mundo ele tenha do público a concorrência e

o favor que tem aqui. Vendo os sapatos velhos, o xale ruço, o rosto aflito daquela pobre senhora, prometi a mim mesma fazer-me sua advogada, embora a defesa da sua causa em nada lhe pudesse ter aproveitado na situação em que a vi. Para que tal situação não se repita é que, entretanto, escrevi estas linhas, que aqui ficam como sementes em um areal.

Por falar em sementes: gostei de ler, a semana passada, o que disse o *Jornal do Commercio*⁷⁷ sobre a cultura das orquídeas em São Francisco da Califórnia.

Era aquilo mesmo que eu desejava para o Rio de Janeiro e em prol do que tenho gasto inutilmente a minha tinta! Os nossos colecionadores são de um egoísmo atroz, abafando no fundo dos seus jardins ou das suas estufas os exemplares das suas orquídeas mais raras ou mais lindas. Entre nós não há propaganda; não há viveiros, não há disseminação de gosto nem de interesse por essas plantas tão singularmente belas, tão singularmente expressivas e tão nossas!...

Arrelia-me, afinal, essa terra de São Francisco da Califórnia perfumando-se com os laranjais que lhe dão fama universal, laranjais opulentos, filhos dos nossos humildes laranjais da Bahia, e agora ostentando o

77. Importante jornal de economia fundado em outubro de 1827 pelo francês Pierre Plancher, o *Jornal do Commercio* era, até o dia 29 de abril de 2016, quando deixou de circular, o segundo periódico mais antigo em circulação no Brasil, só superado pelo *Diário de Pernambuco*, criado em 1825. Desde 1959, pertencia aos Diários e Emissoras Associados, rede criada por Francisco de Assis Chateaubriand.

luxo magnificente das orquídeas, naturalmente nossas também, e que lá, engordadas por um tratamento especial e inteligente, são vendidas como joias, dando, ao mesmo tempo que dinheiro, fama e brilho aos jardins e às estufas dos parques americanos em que se trata da sua cultura e da sua vasta reprodução. Para isso não nos faltam jardins; podem fazer-se viveiros de orquídeas até nos cemitérios, onde, se já em todo o caso temos flores bonitas, ainda não temos iluminação à noite, nem nas aleias principais. Vi, na quarta-feira passada, pessoas que foram acompanhar um enterro a São Francisco Xavier voltarem para casa com os sapatos farrados de lama e os fatos encharcados. Chovia copiosamente. Fizera-se escuro antes das seis e meia da tarde. Os amigos do morto, no trajeto para o portão do cemitério, onde os aguardavam os carros, caminhavam ao acaso, afundando os pés aqui e ali, na terra empapada do chão.

Não sei se nas outras cidades do mundo há ou não há luzes no próprio recinto dos cemitérios; parece-me ainda assim que, não as havendo fixas, seria de bom aviso havê-las conduzidas pelo pessoal de serviço do próprio cemitério, em ocasiões como a que acabo de citar. A luz em nada perturbaria a paz dos mortos e seria sempre de boa vigilância à tranquilidade dos vivos. Bem sei o pavor que, em lugares muito menos sugestionadores, a treva infunde!

A estrada em que moro, por exemplo, não goza da claridade nem da mais tênue lamparina, apesar de estar no centro da cidade. O nosso lampadário é o

firmamento. Quando o céu quer, a estrada branqueja a nossos pés; quando não quer, caminha-se às apal-padelas. Que acontece com tão delicioso sistema? Os soldados de polícia têm medo de fazer a ronda à mera claridade das estrelas e cá não vêm. De cada touceira de mato de um ou de outro lado do caminho esperam a cada momento ver irromper uma multidão de bandidos que os aniquilem. Assim, morrer por morrer, que morram os moradores do lugar!

Nós estamos resignados; à espera. Compreendemos a situação, que diacho! Não são só as criancinhas que têm medo do escuro... A treva está cheia de coisas desconhecidas e ameaçadoras... e seus mistérios!

Prefiro falar de claridades, referindo-me ao espírito luminoso da poetisa e cronista pernambucana Edwiges de Sá Pereira,⁷⁸ que acaba de regressar ao Recife depois de alguns dias de repouso entre nós. Repouso, a bem dizer, não. Enquanto estive no Rio de Janeiro, esta senhora, que é também professora pública no seu estado, não cessou de visitar as nossas escolas municipais, estudando-as, em todas as suas práticas, com um interesse apaixonado e a ânsia de levar para a sua terra o exemplo de tudo quanto nelas viu de melhor. Já de há muito tempo esta escritora faz uma bela e corajosa campanha a favor da instrução pública em Per-

78. Edwiges de Sá Pereira (1884-1958), jornalista, poeta e educadora, foi pioneira em Pernambuco da luta pela emancipação da mulher, onde criou a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. É autora de *Eva militante* e *A influência da mulher na educação pacifista do pós-guerra*.

nambuco. É esse o assunto predileto das suas crônicas semanais.

Não pode haver nenhum mais patriótico. Não há de estar longe o dia em que os poderes do seu estado a ouçam com atenção e cedam às suas súplicas de reforma e criação do ensino primário na sua terra. E ela terá, então, o inefável gozo de ver triunfar a ideia por que se tem batido tão desveladamente, tão amorosamente!

1 de novembro de 1910

Praza aos céus que esta anunciada banda de música de um regimento austríaco de infantaria que, segundo li nos jornais, virá dar uma série de concertos no Rio de Janeiro, estimule o gosto e os brios dos nossos músicos militares no estudo dos seus respectivos instrumentos. Porque a verdade é esta: nesta cidade de jardins públicos ouve-se pouca música ao ar livre. Os coretos ficam às moscas. Nem sei para que se fizeram os coretos... talvez para afirmarmos a quem queira visitar-nos que o povo brasileiro adora a música. E, como música não é só esta apreciada música mecânica dos pianos automáticos que tanto nos seduzem; nem só a cênica; nem só a adaptada aos dizeres litúrgicos do cantochão, ou a do piano da nossa vizinha, forçoso é que tenhamos espalhados, aqui e além, por toda a imensa área da cidade, para delícia e regozijo do seu povo, estes tablados de concertos ao ar livre. E se eles estão, mesmo nos dias feriados, silenciosos e vazios, a culpa não é de quem os fez. A culpa não é de ninguém, porque o povo brasileiro adora a música. Conta-se mesmo por aí, nas mesas dos botequins, que um inglês um dia (não, desta vez não era um inglês, era um alemão), reservando uma semana para ver o Rio e contratando

do para mostrar-lho um cicerone carioca, ouviu deste que nesta terra todos nascem com prononciadíssima tendência para as artes, principalmente para a música.

O alemão arregalou os olhos encantado, também essa era a arte preferida no seu país; *seher shone...* e manifestou logo vontade, como bom tocador de trompa que fora em tempo em uma filarmônica de Stuttgart, de ouvir um concerto de qualquer uma das nossas bandas, em qualquer uma das nossas praças públicas.

O cicerone respondeu-lhe logo amavelmente com um dos nossos habituais:

– Pois não...

E nessa tarde levou-o ao campo de São Cristóvão. O alemão queria ouvir a marcha do Tannhauser⁷⁹ e ele mostrou-lhe a fachada do Ginásio, o leão de mármore, o Asilo Gonçalves de Araújo.⁸⁰ Que benemérito, aquele Gonçalves de Araújo!

Um cicerone carioca, se não for dotado de muita imaginação inventiva, está perdido. Entreteve o hóspede passeando entre os gramados do campo até a noite, e interpelado afinal sobre o silêncio e a solidão do local destinado à banda, respondeu que ali só havia música às quartas-feiras. Reparasse que era terça. Às terças

79. Trecho da ópera homônima do compositor alemão Richard Wagner (1813-1883).

80. Uma das mais antigas instituições de ensino do Rio de Janeiro ainda em funcionamento, esse educandário foi fundado em 1898, no bairro de São Cristóvão, com recursos legados à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária pelo milionário português Antônio Gonçalves de Araújo.

só havia concerto de banda militar na caixa d'água do França, em Santa Teresa! Ficou esse prazer adiado para o dia seguinte, das 6 às 8 horas da noite, no parque da República.

O alemão gostou do parque; não houve palmo de terreno que o cicerone não lhe mostrasse com especial cuidado. A gruta então foi percorrida em todas as direções, por dentro e por fora, e o guia instruiu o estrangeiro sobre o apreço extraordinário consagrado pelos imperantes mortos a essa parte da cidade... e, quando, por fim, teve de explicar ao patrício de Beethoven a solidão e o silêncio em que jazia o coreto da música, fingiu também ele estranhar o fato, dirigiu-se em português a um guarda a quem perguntou que horas eram, e voltando-se muito contristado para o alemão, disse-lhe que o programa fora transferido e nessa tarde o concerto devia estar sendo executado no Jardim Botânico! Na impossibilidade de irem ao Jardim Botânico, já fora de horas, foram à Brahma, onde uns chopes gelados abrandaram a decepção da curiosidade musical do estrangeiro, que logo ali combinou ir no dia seguinte ouvir a banda dos bombeiros no Passeio Público.

Oh, a banda dos bombeiros! nem as famosas bandas húngaras; nem as de Berlim ou de Viena lhe poderiam ser superiores. Essa, se fosse dar concertos na Europa, poria boquiabertos aqueles povos! O alemão contentou-se com dizer:

– Veremos... julgarei amanhã...

E no dia seguinte embarafustou com o cicerone pelo Passeio Público. Foi em vão que o carioca procu-

rou interessar o europeu pelos camarões do aquário; foi em vão que lhe quis imprimir no cérebro a ideia do primitivo terraço do Passeio, até onde as ondas escuras vinham rebentar à noite, enchendo de vozes misteriosas e soturnas a doçura daquele recanto amável. Mas com isso pouco se importava o alemão. Zangou-se, por fim. Exigiu música. Perguntou avermelhando-se se estariam caçoando com ele.

O cicerone não se arreliou; tinha a consciência tranquila. Fizera já o viajante ver a Tijuca, o Corcovado, a Candelária, as avenidas, o Teatro Municipal e a Caixa de Conversão,⁸¹ a Biblioteca e a Escola de Belas-Artes.

Não era pouco; em todo caso prontificou-se a ir indagar qual a razão daquela anomalia de não haver nesse dia concerto da banda dos bombeiros no Passeio Público. Foi e voltou contristado. A banda tinha sido obrigada a ir tocar no enterro de um oficial superior. Que belas marchas fúnebres estaria ela executando àquela hora no cemitério do Caju!

De tal modo o cicerone se mostrava compungido por aqueles desencontros, que o alemão acabou por acreditar na sua sinceridade e, a par das qualidades de

81. A Caixa de Conversão foi criada em 1906 para sustentar o valor da moeda nacional no comércio externo face às dificuldades decorrentes da crise de exportação do café. Seu prédio, o de número 38, próximo à praça Mauá, foi um dos 115 construídos nos primeiros anos da avenida Central (atual Rio Branco). Em estilo neoclássico, foi inspirado no projeto de Claude Perrault para a fachada leste do Museu do Louvre, em Paris. Um dos últimos remanescentes da primeira geração de prédios da "Avenida", é ainda hoje a sede no Rio do Banco Central (uma nova está sendo construída) e foi tombado pelo Patrimônio Histórico.

verdadeira sedução que observou no Rio de Janeiro, e de que fez menção no seu caderno de notas, registrou o entusiasmo do povo carioca pela música; entusiasmo tão delirante, que chega ao ponto de se contentar com os coretos vazios, para os concertos públicos!

—

Ora, eu não direi todas as tardes, como insinuava o cicerone ao alemão, mas nas das quintas-feiras, dias em que a pequenada das escolas públicas tem sueto, e nas dos domingos, em que o operariado folga, seria bem justo que os coretos dos nossos diferentes parques, da Avenida e dos jardins dos arrabaldes tivessem música. A frequência dessas audições despertaria o nosso povo da sua apatia ou o animaria e distrairia das tristes preocupações do seu trabalho e seria para os músicos um incentivo de grande alcance.

Se o cicerone mentiu dizendo, no intuito de salvar a nossa reputação artística, que adoramos a música, quando em boa verdade não fazemos assim tanto caso dela, é porque sentiu instintivamente que essa adoração nos tornaria mais dignos da consideração alheia. Só amam e só professam as artes os povos civilizados. Diz muita gente que, se as condições da nossa vida fossem outras, os salões de concerto e as salas de ópera estariam sempre cheias. Mas a música é um prazer muito caro no Rio de Janeiro.

Nem toda a gente pode dispor de 10\$000 — principalmente quando esses 10\$000 têm de se multiplicar

por várias pessoas da família – para ir ouvir em um salão, mesmo os melhores artistas! Sabe-se o resultado. Os concertistas cantam e tocam para as cadeiras vazias desde que se não deem ao trabalho, de algum modo humilhante, de passarem os seus bilhetes de mão em mão, ou de se esfalfarem antecipadamente em sucessivos reclames. Façam-se ouvir por menos preço e verão.

Também já pensei assim, antes de ver vagas muitas cadeiras a 2\$000 dos concertos populares, e dos gratuitos, concertos sinfônicos do Instituto...

Para que a música se torne um hábito, uma necessidade para o público em geral, é preciso trazê-la para a rua. As mulheres, os rapazes pobres não deverão ouvi-la só como a ouvem, raramente, de passagem, quando segue em um bonde especial a comitiva de qualquer festejado para algum piquenique. Assim mesmo reparem: dos fundos das casas mais modestas e dos cortiços, corre sempre gente às janelas ou ao portão, atraída pela alegria dessas vozes passageiras, na ânsia de compreender e de ouvir melhor; e afinal mal pode apreciar meia dúzia de compassos, porque o elétrico desliza com velocidade e nem sempre o vento está de feição para lhes trazer os sons que se perdem ao longe...

Houve em tempo o projeto de se realizar no Rio de Janeiro um concurso de bandas. Em que teria ficado essa tentativa? Em todo o caso, se ele fracassou uma vez, não é razão para que não tentem realizá-lo em outra. O esforço de melhorar é, como dizia o conselheiro

Acácio,⁸² sempre digno e louvável; e os concursos obrigam a um estudo em que não há nada a perder.

—

Antes de pôr o ponto final neste artigo, e ainda a propósito de música, lembrarei ao leitor que há no sábado próximo um concerto de Charley Lachmund,⁸³ o pianista apaixonado de Schumann e por quem Schumann teria adoração se ouvisse por ele tocadas as suas músicas...

Ao menos nós, que podemos gozar as delícias da música de câmara por tais intérpretes, somos felizes.

Mas o povo das ruas?

8 de novembro de 1910

82. O personagem criado pelo escritor português Eça de Queirós no romance *O primo Basílio*, conhecido por dizer obviedades de forma pomposa e pretensamente intelectualizada.

83. Carl Valentine Lachmund (1853-1928), pianista norte-americano, foi aluno do compositor húngaro Franz Liszt.

Não, enquanto a nossa Biblioteca Nacional se encolhia envergonhada e triste naquele sombrio casarão da rua do Passeio, nunca me apeteceu ir ver as suas coleções de gravuras, de mapas, de livros iluminados, de numismática, etc., e quando uma vez, urgida pela necessidade de uma indagação, tive de ir consultar uma das suas obras, fi-lo sem outra curiosidade senão a que expressa e obrigatoriamente me levava ali. O ambiente não convidava a demoras nem sugeria desejos de futuras visitas.

Hoje, que diferença!

Venho exatamente de percorrer todo o edifício da nova Biblioteca, desde as oficinas tipográficas e de encadernação e da sala dos motores elétricos, no porão, até os seus mais altos terraços, aos seus salões e galerias nobres, e a impressão recebida a cada novo aspecto dos vários compartimentos superiores era idêntica à de quem, saindo de um lugar acanhado e de atmosfera pesada, se visse de repente em plena clareza, bafejada pelo ar livre do mar; em uma atmosfera sã, que desperta a vontade para as energias e para o gosto do estudo.

O edifício, cuja fachada é, a meu ver, uma das mais belas, mais grandiosas e mais serenas dentre todas as do Rio de Janeiro moderno, correspondia internamente ao que prometia no exterior: luxo e conforto.

Isto é, para mim que já não galgo degraus com a lepeidez e a pressa com que o fazia aos vinte anos, há nesse palácio uma particularidade extremamente desconfortável para o público: a sua larga escadaria exterior. Porque nós não podemos imaginar que os frequentadores da Biblioteca sejam só os estudantes ainda não acometidos de canseiras físicas; parece-me lícito supormos que, neste clima em que se envelhece tão cedo, muita gente idosa (que é quase sempre a mais amiga de leituras) e muita gente reumática lá lhe vá pedir uma hora de distração ou de elucidação. As escadas para os míopes, para os gotosos ou para os que tenham de recorrer a muletas, são sempre um motivo de susto, principalmente as largas escadarias sem corrimão, expostas à claridade, às vezes estonteadora, do sol pleno. Não há dúvida que o edifício da Biblioteca lucra em beleza arquitetônica com esses três lanços de escadas, que lhe dão imponência; mas nada impedia que, deixando essa entrada aos que a preferissem, o ilustre arquiteto de tão provada competência, como é o sr. general Sousa Aguiar,⁸⁴ a quem saúdo efusivamente pela beleza desta sua obra, tivesse pensado na

84. Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (1855-1935), natural de Salvador (BA), era militar e engenheiro, e foi autor do projeto arquitetônico do atual prédio da Biblioteca Nacional. Foi também prefeito do Distrito Federal de 1906 a 1909.

desventurada sorte dos hemiplégicos e dos cardíacos, que por sê-lo não deixam de amar e de procurar a convivência dos livros, e lhes tivesse fornecido, por uma entrada lateral, com ascensor, acesso fácil até o mesmo vestíbulo grandioso onde agora se sentam o porteiro e o empregado das informações.

À parte esta impressão de pessoa comodista, tudo mais me encantou, positivamente encantou, nesse edifício que é o melhor orgulho da cidade porque, além de ser belo, atesta a quem o visite a nossa cultura e o nosso interesse espiritual. Não creio que haja no mundo muitas bibliotecas em que o acordo das coisas materiais com as intelectuais seja tão perfeito como na nossa. O leitor encontra com o livro uma atmosfera preparada para entendê-lo; tudo é nítido, prático, fácil, cômodo e bem combinado. Vê-se que a mão que a dirige é forte e competente; mas disciplinada por uma vontade robusta e um espírito metódico. Já no modo por que está distribuído o mobiliário das diversas seções, denota a quem observe as coisas com um pouquinho de atenção, que o sr. dr. Cícero Peregrino⁸⁵ sabe ser dono de casa. E como esse mobiliário de ferro, invencível à fúria das labaredas e à voracidade dos bichos, acorda em quem o vê o desejo de transformar os trastes que em casa des-

85. Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), natural de Recife (PE), escritor, advogado e bibliógrafo, foi o diretor da Biblioteca Nacional (1900-1924) responsável pela construção da atual sede. Foi também reitor da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e prefeito interino (1918-1919) do antigo Distrito Federal.

tina à sua papelada! Que de móveis simples, práticos, sólidos, bem pensados e bem executados!

Na grande sala de leitura, magnificamente decorada por Amoedo, Brocos e Visconti,⁸⁶ eu senti uma verdadeira surpresa, de tal modo a tinha imaginado diferente do que ela realmente é. Supunha uma sala em que só houvesse conforto; encontro um salão luxuosíssimo e brilhante. Está claro que eu não quero aqui descrever uma casa que toda a gente pode e deve ir ver com os seus próprios olhos, mas afirmar unicamente a excelente impressão que ela me causou, e felicitar por isso a população que a vai gozar. Uma das coisas que me impressionaram agradavelmente foi ver que para cada leitor há uma carteira, evitando-se assim a mesa comum e dando a cada leitor mais comodidade e mais independência. Estavam algumas carteiras ocupadas. Entre os leitores havia uma senhora tomando notas. Esta circunstância que talvez pareça destituída de interesse, encheu de júbilo o meu coração. Uma senhora, e de mais a mais uma senhora chique, dessas que a gente pensa, quando as encontra na rua, que não pensam em nada, a ler na biblioteca pública e a tomar notas? Mas é o progresso! Mas é a mais alta e mais inequívoca prova de adiantamento intelectual de uma cidade da população da nossa! E mais, muito mais

86. Os pintores Rodolfo Amoedo (1857-1941), natural de Salvador, na Bahia, Modesto Brocos (1852-1936), natural de Santiago de Compostela, na Espanha, e Eliseu Visconti (1866-1944), de Giffoni Valle Piana, na Itália, autores de alegorias que ornamentam o prédio da Biblioteca Nacional.

gente, iria a essa casa fazer leituras que não pode fazer na sua, se a Biblioteca estivesse aberta até as nove ou dez horas da noite; mas fecha-se às quatro! Eu não sei nem me importa saber o regime por que se mantêm as outras bibliotecas públicas do mundo. Cada terra tem o seu uso. Na nossa há muitas classes que só à noite podem ter vagar para leituras e para estudo. Os empregados do comércio, rapazes sem lar, sem conforto que lhes proporcione à noite uma hora para ler em paz, só na Biblioteca poderiam dar ao seu espírito o alimento que ele lhes suplica e cultivá-lo sem sacrifício. O sr. ministro do Interior tem de resolver esse problema quanto antes; já que temos uma biblioteca pública, é forçoso que ela sirva ao público, sem exceção.

E como deverá ser consolador e belo ver-se do alto da grande galeria circundada pelo gradeamento de bronze dourado, entre os painéis dos nossos artistas mais considerados, e à luz difundida de tantíssimas lâmpadas, todo aquele recinto de silêncio e de paz, repleto de gente calada, inclinada para os livros, os grandes amigos de sempre, os amigos que nos consolam e não nos traem jamais.

E para sentir bem o livro é preciso debruçar-nos do último andar da sala da biblioteca, a que chamam armazém dos livros, e olhar para baixo. É ali que palpita a alma que anima toda a casa, verdadeiro templo consagrado ao pensamento humano, glória da criação.

Eleva-se desse recinto qualquer coisa que nos sensibiliza; ele é mudo e afigura-se-nos cheio de vozes; de todos aqueles armários verde-negros, alinhados como

túmulos, se irradia uma expressão de doçura e de consolação. São os velhos irmãos de séculos passados, são os de hoje, são os de todos os tempos que nos envolvem com a sua filosofia, a sua sabedoria, ou a sua ilusão... Não se entra nem se sai da biblioteca como de uma casa qualquer; entra-se só, sai-se acompanhado por uma sombra do passado ou pelo fulgor de uma ideia nova.

Antes de voltarmos para a rua, temos ainda uma reverência a fazer a alguém que olha de face, na sua serenidade de mármore, para a larga porta da entrada principal do vestíbulo. Não será preciso muita perspicácia para adivinhar que esse alguém seja dom João VI, o fundador da primitiva biblioteca. E, embora lhe seja indiferente a minha cortesia, faça-a com toda a veneração, sem me esquecer do sr. dr. J. J. Seabra,⁸⁷ que ao legado desse que para o nosso Brasil foi um grande rei, mandou, quando ministro do Interior e da Justiça do benemérito governo Rodrigues Alves, dar o abrigo condigno do mais grandioso monumento arquitetônico da capital, e a quem por isso todos devemos gratidão, que a mim nada me custa render-lhe e que lhe rendo com jubilosa sinceridade.

A valiosíssima fundação de dom João VI, hoje consideravelmente aumentada e que forma um patrimônio inestimável da Nação, está definitivamente livre dos

87. José Joaquim Seabra (1855-1942), político baiano, foi várias vezes ministro e governou seu estado de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924.

perigos iminentes que por todos os lados a cercavam no velho edifício da rua do Passeio.

A nova instalação é um cofre amplo e sólido para a riqueza ali acumulada e que ninguém cá fora pode avaliar. Não são só os intelectuais e os estudiosos que devem gratidão ao ministro previdente que mandou fazer esse cofre; é o país todo, que nem sequer sabe o que ali tem, mas que o há de ir pouco a pouco compreendendo, à força de lho dizerem, como já outros lho disseram, e eu agora repito com verdadeiro orgulho.

15 de novembro de 1910

O céu! Que maravilhoso espetáculo, que manancial de gozos estáticos para quem tenha a ventura de ter olhos contemplativos! Ainda há bem poucas noites tive ocasião de observar isso, vendo da minha cadeira de balanço do terraço, o eclipse da lua em todas as suas fases, desde que ela pouco a pouco imergiu na penumbra da Terra até se velar completamente na sombra do nosso planeta, para depois, pouco a pouco também, sair do véu negro róseo que a cobria e flutuar luminosa e branca no espaço livre.

E demorando o olhar fascinado no firmamento, de ideia em ideia, cheguei à lembrança do que me disse um dia o saudoso astrônomo dr. Luiz Cruls, falando a respeito da beleza astral do nosso hemisfério:

“O meu desejo, disse-me ele, seria que Flammarion,⁸⁸ que é um grande sábio forrado de um grande poeta, viesse ainda ao Brasil ver o nosso céu. Já lhe escrevi a esse respeito, tentando-o, mas a minha palavra não teve a força de sedução precisa, que em vão procurei

88. Nicolas Camille Flammarion (1842-1923), famoso astrônomo francês cujo nome foi dado a vários corpos celestes. Espírita, estudou também os fenômenos paranormais.

infiltrar-lhe, para o convencer, e ele resistiu. Resistiu desta vez, não resistirá em uma outra...”

Resistirá, digo eu agora, mesmo por ser natural que, pelo menos tão cedo, ninguém o convide. Por mais forrado de poesia e de fantasia que seja um astrônomo, ele não olha nunca para o céu com o mero olhar do sentimento. Tem outros interesses e procura para as suas observações servir-se de meios que os meramente contemplativos dispensam...

Ora, segundo ouvi dizer, não sei se com fundamento sério ou se não, o nosso observatório do Castelo⁸⁹ não está aparelhado para receber visitas como a do autor das *Contemplações científicas; Mundos reais e mundos imaginários* etc. Por mais que um astrônomo seja impressionável e imaginoso, ele é sempre um matemático, um homem positivo, profundamente conhecedor dos instrumentos materiais de que se serve nas investigações da sua profissão, e tanto mais competente quanto mais exigente no modo por que devem estar montados observatórios astronômicos oficiais em países da importância do nosso.

Agora que, a bem dizer, o morro do Castelo, já meio derrocado, ferido aqui e acolá pelos fundos golpes das picaretas irreverentes, amputado em parte, em parte mal se sustentando sobre ribanceiras corridas ou esca-

89. O Imperial Observatório do Rio de Janeiro, depois denominado apenas Observatório do Rio de Janeiro, funcionou no morro do Castelo de 1846 até 1922, quando foi transferido para o morro de São Januário, no bairro de São Cristóvão, por causa da demolição do morro do Castelo.

vações profundas, não pode oferecer garantias de estabilidade e vida longa, ninguém poderá imaginar que o governo gaste dinheiro reformando o seu observatório. Mas não será também pecado deixar de montar nele instrumentos já adquiridos, por falta de acomodações, e arruinar-se o que ainda pode ser útil e economizado?

Eis o problema que me apresentaram as estrelas do dia 16.

No que dá a gente olhar para o céu em noite de eclipse!

Na paisagem, enluarada em vários pontos pelos clarões da luz elétrica, eu via da minha janela o vulto alquebrado do morro do Castelo, roído em um flanco, emagrecido, torto, como um pobre diabo já desanimado da medicina que lhe evite a morte, que tanto tarda.

Mais perto, o Santo Antônio, redondo e gordo, olhava para ele do meio dos seus andrajos, já também com ar de desesperança, sem achar termos de consolação. O Castelo parecia dizer-lhe:

– Vê se tomas ao menos para ti o peso do Observatório! Não posso mais. Apesar de pobre e de sujo, estás ainda robusto e moço. E eu prejudicado na minha integridade, sou um fantasma do que fui. Sinto agora formigueiros nos pés; qualquer dia desfaleço e alastro-me aí por sobre esses telhados novos dos palácios públicos. Que me acuda então quem puder!

Santo Antônio suspirou:

– Todo eu sou dorso. Com que mãos irei buscar o teu palácio de ver estrelas, para te aliviar do seu peso? Será mais fácil dividirem-te em dois, ligar as duas partes

em cima, por uma ponte, para que os palácios públicos não tenham por fundo a tua parede escalavrada, do que me ajudarem a mim. Apesar de gordo, também não me sinto bem, amigo!

Velho morro, cá me tens de novo compadecida dos teus andrajos e a afirmar a tua boa vontade.

Todos nós sabemos que não tens mãos; não precisarias dizê-lo. Se as tivesses deixarias porventura que essas pobres mulheres, algumas já velhas, andassem, coitadas, ladeira abaixo, ladeira acima, carregando água em feias latas de querosene? Não. Envolveste-te no teu burel e adormeceste em um tão longo sono que ao acordar estavas anquilosado! Sonha ao menos. Sonha que serás um dia, como uma certa colina de Florença, cujo solo o viajante pisa subindo encantado por entre flores e estátuas até ao alto, onde o grande Miguel Ângelo sorri ao céu estrelado... Sonha que pelas rugas fundas da tua pele vermelha, calcinada pelo sol de tantos verões, se embeberão gotas frescas dos chuveiros das regas benfazejas, alimentando, lavando, refrescando as sedas verdes das tuas vestes de relvados; sonha que por entre os jasmineiros odoríferos dos teus jardins haverá alegres escolas de crianças pobres e trilos de aves mais amigas dos ramos das acácias do que das pontas das baionetas; sonha que em vez de mortiças candeias dos teus casebres de tábuas e de zinco te engrinaldarão festões de lâmpadas elétricas, e que serás para esta cidade como um buquê de rosas no seio de uma mulher bonita. Sonhar não custa nada, meu velho – sonha!

Agora direi, com franqueza, não era no morro de Santo Antônio que o sábio dr. Cruls desejava colocar o Observatório do Rio de Janeiro, mas muito mais longe do bulício da cidade e muito mais perto das estrelas: no platô, ainda desaproveitado, da Nova Cintra,⁹⁰ em Santa Teresa.

Deve haver por aí muito quem tenha sabido desse projeto de que ouvi falar por acaso, como por acaso também ouvi dizer que pensam agora em transferir o Observatório para o Caju!

De luzes sidéricas passemos a falar das urbanas. Quanto mais o Rio se ilumina e fulgura, mais negra e pavorosa parece à noite a mísera estrada em que moro. Estamos no coração da cidade, a cinco minutos do largo da Carioca, e é como se estivéssemos no sertão. Os próprios soldados têm medo destas paragens e cá não vêm fazer o policiamento. De vez em quando desabafo aqui as minhas queixas, mas os poderes competentes, ou não as leem ou não se deixam sensibilizar por elas, e assim nada se remedeia. Há seis anos que eu e os meus vizinhos clamamos por água e por luz como um asfixiado pode clamar por ar e um esfaimado por pão. De que serve?

Até agora de nada tem servido, mas resta-nos a esperança de acreditar que enfim alguém nos há de dar razão e acudir-nos antes que nos matem os malfeitores que a escuridão protege!

90. Morro no bairro do Catete, onde hoje está a favela Tavares Bastos.

Esta última palavra faz-me vir à ideia o assunto do último artigo de Curvello de Mendonça⁹¹ nesta folha.

É admirável como de longe ou de perto este escritor se preocupa sempre com a felicidade da sua terra.

Dir-se-ia que a sua viagem pelo estrangeiro só tem o fito de observar o que há lá de bom para melhorar o que é nosso. Cita neste último artigo a desvantagem da vadiagem das crianças nas ruas, antes e depois das aulas públicas. Se não fosse inexecuível por grandemente dispendioso, eu lembraria aqui humildemente um modo de remediar esse inconveniente, pelo menos nas primeiras horas, antes do colégio. Ter cada bairro um grande estabelecimento com piscinas para natação, campo para esportes, etc., e serem as crianças, provavelmente pobres, obrigadas a irem passar nesse estabelecimento, até a hora das respectivas aulas. O banho, a ginástica bem dirigida dariam a esses corpos alegria e vigor para os cansaços do espírito nas horas de lição. Que população robusta e alegre essa disciplina formaria! E a quem disser que tudo isso é fantasia sem aplicação, responderei eu ainda com laivos de esperança a clarearem-me o entendimento: – quem sabe?...

22 de novembro de 1910

91. Curvello de Mendonça, escritor sergipano, autor de *Regeneração*: romance social (1904), cuja história ocorre numa comunidade rural miserável no interior do nordeste brasileiro, recuperada a partir da adoção de princípios socialistas, anarquistas e cristãos.

*Salus populi suprema lex esto.*⁹²

Nada de palavras: fatos.

Os da última semana⁹³ foram tão eloquentes, que encherão ainda de assombro muitos dias a seguir. É sempre assim. Quando a voz dos humildes se levanta é para fazer estremecer os poderosos. Natural; eles concentram em longos anos de sofrimento calado o azedume da injustiça que lhes fermenta na alma até explodir um dia em um desafogo inevitável e humano.

Quanto mais longa tenha sido a duração dessa tortura moral (aquela a que aludo e que todo o mundo sabe qual é, vem de sucessivas gerações dolorosas),⁹⁴ mais esse desabafo terá um dia de ser terrível de violência.

Era já tempo de se saber isso.

92. “Seja a salvação do povo a lei suprema” – máxima do direito público em Roma, segundo a qual todas as leis particulares devem ter em vista o bem coletivo.

93. A crônica trata da Revolta da Chibata, quando marinheiros liderados por João Cândido assumiram o controle de vários navios e apontaram seus canhões para o Palácio do Catete, sede do governo federal, exigindo o fim das punições com chibatadas.

94. A escravidão e sua herança.

Era já tempo!

Entretanto, não se sabia.

Parece que se não sabia! E centenas de homens continuavam a ser tratados, nestes claros dias de razão e de justiça, como seres inconscientes, feras bravas que o domesticador afaga escondendo no gesto o ferro em brasa...

Foi uma lição amarga. Mas as lições amargas são quase sempre as de maior proveito. Talvez que ela seja útil ainda a alguém. Sei lá; a sociedade dos homens é tão cheia de imprevistos e de assombros! Este teve duas faces; uma da brutalidade com que o caso se revelou e o conseqüente terror que infundiu; outra a do domínio sobre si próprios, de que deram provas os marinheiros senhores da ação. Não nos esqueçamos de que, se eles tivessem querido, grande parte da cidade estaria a estas horas grandemente danificada ou reduzida a pó. Os oficiais de 1893⁹⁵ tiveram menos respeito pela população do Rio de Janeiro. Agradeçamo-lhes isso, ao menos! E não é pouco... Todavia, na refrega houve mortos. Estes vendavais não passam nunca sem abater alguém; mas relativamente os mortos foram poucos e de ambas as partes, o que equilibra a balança da Justiça.

95. Referência à Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, em que oficiais da Marinha exigiam do presidente da República, marechal Floriano Peixoto (vice-presidente que assumiu após a renúncia do marechal Deodoro), a realização de novas eleições, tal como prescrevia a Constituição de 1891.

Mas não é para lamentar os mortos caídos no seu posto de honra e pelos quais toda a população gemeu que eu escrevo estas linhas. Não é tampouco para vincar ainda com a minha pena, impiedosamente, a verdade triste que deu causa a tão inesperado, a tão doloroso acontecimento.

A minha intenção é outra.

A minha intenção é louvar, em nome de toda a população pobre do Rio de Janeiro, população que não pode fugir de um minuto para o outro, para fora do alcance das balas ameaçadoras, porque está presa à terra do seu trabalho por mil amarras inquebráveis, a atitude serena e corajosa do sr. marechal Hermes da Fonseca assinando o decreto da anistia dos revoltados, em face da desesperadora contingência de só os poder castigar condenando ao extremo sacrifício a população da cidade. E para isso foi preciso coragem sim, porque não é necessário conhecer demasiadamente os homens para se saber quanto eles elevam acima de tudo o prestígio da sua força e da sua bravura.

A razão, o bom senso ficam muitas vezes sepultados sob essa dura tampa de aparência e de veleidade. O problema que logo nos primeiros dias do seu governo o sr. presidente da República viu levantar-se diante de si tinha forçosamente, para se resolver, de sacrificar alguém ou alguma coisa: ou o prestígio do governo ou a população enorme da cidade.

Entre essas duas soluções um vaidoso, um egoísta, escolheria a segunda. Salvaria assim os brios de uma classe oficial e contornaria o seu nome com os dísticos

tão gratos ao espírito masculino de valoroso, de enérgico, de destemido.

Adivinho que o sr. marechal Hermes da Fonseca, como homem e como soldado, sujeito às contingências da vaidade humana, teria tido ímpetos de resolver a crise terrível que nos abalava por um modo bem diverso daquele de que usou!

Felizmente, a razão da sua consciência teve mais força do que o seu orgulho pessoal, e ele transigiu com o seu orgulho, hipotecando com isso temporariamente ao menos, o brilho efêmero, o brilho político do seu governo.

O sacrifício que ele fez assim patrioticamente, honestamente, pela paz e pela harmonia da família brasileira, não deixará de ser compreendido. Felizmente, os governos não têm só alicerces na política; façam-se amados do povo e tê-los-ão ainda mais profundos no povo.

Nas horas de sofrimento comum o espírito da coletividade adquire uma lucidez nunca sentida nas de indiferença ou de prazer, e então, aquele que vier ao encontro da sua angústia com uma palavra de consolação ou uma de condenação, desde que esta última represente a verdade e a justiça, esse alguém será respeitado por ela profundamente, absolutamente. Quando falo de coletividade falo das classes anônimas, não das interessadas por este ou por aquele motivo, e de exceção. E foi a população anônima do Rio de Janeiro, sobretudo a gente pobre, humilde, sem recursos para fugas tumultuosas, que a mão abnegada e forte do sr. presidente

da República amparou neste transe de estupefação e desespero. Bastaram as duas vítimas inocentes do morro do Castelo.

Já foram demais.

Não tenham medo do futuro. Quando uma causa é justa, ela não deixa ressaibos que envenenem horas do porvir. Desde que as coisas sejam todas como devem ser, elas se manterão por si com simplicidade e com nobreza.

Oficiais e marujos podem-se olhar de face sem rancor, como auxiliares mútuos, servidores leais da mesma bandeira, filhos da mesma terra de liberdade. Olhar-se-ão até, daqui por diante, com mais simpatia, porque não haverá entre eles esses dois fantasmas negregados: o desprezo e o terror, que haveriam forçosamente de afastar uns dos outros.

Os dias esclarecidos dos nossos tempos não permitem tais interposições. A era dos fantasmas e dos escravos acabou. Haverá ainda alguém que possa lamentar isso?!

Talvez... mas esse alguém não pode ser olhado com seriedade nem com respeito por nenhum de nós. A verdade agora demonstrada foi esta: o que as palavras em longos anos de queixa humilde e de súplicas desesperadas não puderam fazer, fizeram-no os fatos, em poucos dias.

Os fatos são sempre mais eloquentes e mais persuasivos do que as palavras! Está tudo consumado. Agora é trabalhar com ânimo sereno, cumprindo com o seu dever, dignamente.

DOIS DEDOS DE PROSA

E sempre nisso, afinal, se consubstancia e se resume
a felicidade humana!

29 de novembro de 1910

Digam-me uma coisa: acham que o Rio de Janeiro seja uma cidade alegre?

Eu não acho. Ela tem todas as condições para o ser, mas não se quer dar ao incômodo de rir. Para forçá-la a isso é preciso inventar um novo gênero de cócegas e não sei realmente quem terá imaginação para tanto. Para entristecer ainda mais sei eu quem a tenha: – a política – mas com essa feia senhora não quero histórias. Deixe-mo-la esquadrinhar com o olhar vesgo os mais escusos recantos cariocas e conversemos sem peias sobre os nossos interesses populares.

Temos agora uma questão em debate – a do barracão da Avenida. À primeira vista isto não parece ter importância. Que é um barracão? Um amontoado de tábuas armadas provisoriamente com o mero intuito de ser demolido pouco tempo depois. É esse, pelo menos, o destino de todos os barracões de madeira conhecidos no mundo. De todos, menos os daqui.

Os daqui têm opinião e são teimosos. Recordam-se do da Lapa? Esse, de não saudosa memória, resistiu a pé firme a todas as investidas, quer da imprensa, quer dos temporais. Escritor que morasse para os lados de Botafogo, e que se julgasse lesado por ele no deleite da

contemplação do mar, a cuja orla passava, não lhe poupava ironias.

Contra o negregado barracão as penas se transformavam em picaretas; mas o demônio, supondo que tinha algum talismã, não se abalava, nem mesmo aos golpes mais formidáveis.

Este agora da Avenida deve ser filho do outro. Herdou-lhe as qualidades de cinismo e resistência.

Vão ver. Enquanto ele quiser, ninguém terá forças para o tirar dali, e tem razão; o lugar é luxuoso, por que o há de abandonar?

Pouco se importando com a opinião dos outros, ele continuará a afeiar sem remorsos aquela formosa avenida, que, por sinal, só tem alegria e vida no curto trecho compreendido entre a estação da Jardim Botânico e a rua do Ouvidor.

Por quê?

Porque é nessa parte que estão as lojas, os botequins, os cinematógrafos, tudo que pode interessar os transeuntes. O resto é morto; o resto são palácios e silêncio.

E aí temos já nisso uma causa de melancolia a combater. Porque, vamos e venhamos, a verdade é esta: enquanto uma pessoa passa por entre o ruído do povo, o brilho das luzes, o movimento intenso da vida alheia, enfim, é preciso que seja absolutamente casmurra para se não distrair, um pouco ao menos, dos seus cuidados. Mas, logo que essa pessoa, deixando o único trecho animado e vivo da avenida, transponha a sua parte sossegada e muda dos palácios, a alma confrange-se-

-lhe e ela sente a impressão moral de uma ducha escocesa inesperada, para de propósito. Ao calor da animação sucede repentinamente um frio de sepulcro. Aquilo não é via pública, é via penitenciária; é o – lembra-te que és pó e em pó te hás de tornar – que obriga o passante a pender a cabeça desanimada para as pedrinhas brancas e pretas da calçada, já arrependido de ter sorrido, de ter relanceado vaidosamente a vista por um espelho de portal, de ter dito uma pilhéria ou saboreado um inocente sorvetinho numa mesa de terraço, de tal ou qual confeitaria. Chega ao ponto de os fanáticos caírem de joelhos e baterem rudemente no peito o mea-culpa! Outro dia foi visto um homem nessas condições para os lados do palácio Monroe.

Se isto continua assim, será preciso pôr nichos nas paredes, com imagens de santas, como na santa Rússia. É possível que tal disciplina dê passaporte franco para o céu, mas nada nos apressa para os preparativos de uma tal viagem.

Lembremo-nos antes que a Avenida corta de meio a meio o centro da capital, quer dizer a parte mais animada da sua circulação e que é o ponto indicado para o *rendez-vous*⁹⁶ da população carioca.

Aquele lugar precisa, portanto, de ter atrativos, ruído, alegria, que ao menos inspirem a quem nos visite a ilusão de que vivemos a nadar em satisfação, o que dará um certo prestígio ao nosso país.

96. Ponto de encontro.

Começemos essa obra patriótica alegrando a cidade nos seus bairros mais frequentados. Primeira cláusula: – nada de mais palácios na Avenida Central. Façam-se casas ali; casas que se iluminem e abriguem muita gente noite e dia.

Aquela quadra do barracão, destinada ao Liceu de Artes e Ofícios, reclama sorte mais variada e mais tumultuosa. O liceu ficará muito bem num sítio mais recatado, perto da Cidade Nova, por exemplo, de onde provém naturalmente a maior parte dos seus alunos.

Se o terreno da Avenida lhe foi dado pelo governo, o governo que lhe dê o dinheiro correspondente ao seu valor, para que ele se estabeleça noutra parte qualquer bem central e de fácil acesso, e que venda esse terreno retalhadamente, a particulares, para que nele palpite a vida que lhe falta.

O caráter do Liceu de Artes e Ofícios prescinde de luxo; quer higiene, conforto, solidez e amplitude, que são as qualidades das escolas populares modernas.

Para os estudantes a instalação do liceu na Avenida não traz vantagem nenhuma, a não ser para os que morem em Botafogo ou Santa Teresa; mas esses constituirão, com certeza, minoria ali. Para os bairros mais populosos de Vila Isabel e de São Cristovão, o ponto escolhido na Avenida é fora de jeito, e para a própria Avenida esse estabelecimento seria uma razão de pas-maceira.

Longe do meu espírito querer com estas palavras desprestigiar uma instituição já firmada em tão longos precedentes de simpatia e capaz de prestar tão relevan-

tes serviços à população operária e pobre da minha terra. Ao contrário. Suponho que para o próprio liceu seria uma felicidade a sua localização numa rua pacata, onde a sua manutenção fosse menos dispendiosa, embora ele não gozasse, por isso, de menores regalias nem de menos conforto.

É um assunto a estudar com serenidade e ponderação. Haverá muito tempo para a mudança, o que não aconteceu agora a certas mulheres de certos bairros, que a polícia mandou repentinamente mudar de rua e de domicílio sem consentir em hesitações.

Como se arranjarão elas? Eis um problema! Conheço uma família de poucas pessoas, que andou perto de quatro meses para achar uma casa em que se meteu há dias, e ainda assim a contragosto, a bem dizer só por amor do telhado!

Há falta de casas no Rio; haverá ainda por muito tempo, porque a população cresce. E, assim sendo, como se pode obrigar uma quantidade grande de criaturas a mudar de domicílio de um dia para o outro?

Não sei; assim como não sei por que motivo a inspetoria de veículos não toma medidas rigorosas para obstar a que os automóveis na cidade desprendam tão repetidamente o vapor da gasolina, de tão fétido cheiro.

Até há pouco tempo supus que essa prática fosse indispensável ao funcionamento das máquinas, e não me julgava com direito à queixa. Dizem-me, porém, pessoas vindas recentemente da Europa que isso lá não é permitido e que os obriga a pesadas multas, de modo

que os automóveis não empestam as ruas como aqui, onde o abuso chega ao ponto de tornar a atmosfera do ar livre quase irrespirável! Não bastarão para nosso tormento as nuvens de pó que os automóveis revolucionam e espalham nas suas correrias assassinas?

Com franqueza: não bastarão?

27 de dezembro de 1910

Chegar-se ao Rio de Janeiro vindo-se de Petrópolis, em uma tarde abrasadora como a da última sexta-feira, é como que cair do paraíso no inferno.

Nunca as ruas da cidade nova me pareceram mais antipáticas. As próprias palmeiras do mangue tinham um aspecto de sujidade e de tristeza; mas de maior abandono ainda era a aparência da população que transitava pelas calçadas. Caía a noite. Os homens voltavam dos seus afazeres. De cada bonde repleto por que eu passava, via voltarem-se para fora, à busca de ar, rostos congestionados, luzidios, cansadíssimos, dos passageiros comprimidos nos bancos e abafados nas suas casimiras escuras. Mesmo de relance, mesmo sem os ouvir balbuciar uma só queixa, compreendia-se perfeitamente o horror da sua situação. Estavam na fogueira desde manhã, já não podiam tolerar os colarinhos, o chapéu coco, o casaco de lã, a atmosfera de forno da cidade baixa.

Cada bonde que passava, assim repleto, acordava a ideia de um cárcere ambulante, cujo estrado, gradeado, tivesse um fundo de brasas. Iam na grelha aqueles pobres senhores e aquelas damas de chapelão e leques incansáveis, nas mãos, aflitas.

Inda assim, essas eram as mais felizes, porque o bonde sempre desloca um pouco de ar que refrigera quem nele viaja. Mas os carroceiros com que volta e meia topávamos naquela movimentada rua Senador Euzébio,⁹⁷ caminho da estação da Leopoldina?

O tipo do carroceiro no Rio de Janeiro sempre me infundiu um grande pavor. Ver um homem a correr bem na frente de uma roda brutal, muito maior do que ele, ao lado de animais que de um momento para outro podem inesperadamente acelerar a marcha em que caminham, é ter a impressão de ir assistir naquela hora mesmo a um desastre terrífico e que alterará o meu sossego por muitos dias consecutivos. Nunca em cidade nenhuma vi jamais coisa tão abominável! Além da iminência do perigo que a vista de tais monstruosidades sugere, ela é profundamente antiestética.

Não se riam: esta observação tem um alcance mais elevado do que parece. Os costumes das cidades, como os hábitos dos indivíduos, devem guardar uma certa harmonia entre si. O sujeito de casaca e flor ao peito, que se apresentasse em um salão em tamancos, pareceria a todos doido ou ridículo; estou bem certa de que os próprios criados não o deixariam passar do vestíbulo,

97. A antiga rua Senador Eusébio, que se iniciava na altura do Campo de Santana em direção à Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, foi uma das muitas ruas, praças (como a praça Onze) e monumentos (como as igrejas São Pedro dos Clérigos, São Domingos, Bom Jesus do Calvário e Nossa Senhora da Conceição), extintos na administração do interventor no Distrito Federal, Henrique Dodsworth (1937-1945), para a construção da monumental avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944.

aconselhando-o rudemente a ir calçar-se decentemente antes de se fazer anunciar aos donos do salão. Ora, carroças e carroceiros afiguram-se-me, nestas ruas asfaltadas e arborizadas do nosso Rio moderno, como tamancos grossíssimos em soalhos encerados.

É tempo de que os poderes competentes tratem disso.

Os automóveis aí estão prontos a substituir esses tremendos veículos de transporte. E exatamente contaram-me há dias que a Alfândega que nos infelicitava com exagerados direitos os automóveis de carga, que um ou outro negociante trate de mandar vir da Europa... Deve haver por aí um erro qualquer: ou de quem fez a lei, se ela é exata, ou de quem me informou a seu respeito, se o não é.

Mas não são só os carroceiros, sejamos justos, que dão à cidade uma nota de desafinação irritante.

Já uma vez escrevi neste mesmo lugar a respeito do modo desrespeitoso e indecente por que certas classes cariocas se apresentam na rua.

Valeu-me isso várias cartas, umas anônimas, pejudadas de ameaças, outras repletas de considerações; e entre muitas só uma de acordo com o meu modo de ver e de sentir. Paciência. Nada disso fez com que eu mudasse de opinião, e quando saio do Rio, mesmo que por poucas horas, como na última sexta-feira, quando a ele volto mais se acentua em mim essa impressão de abandono, de verdadeiro desleixo de parte da sua população.

Nessa tarde de fogo as calçadas formigavam de gente. Homens de chinelos sem meias, calças sem

suspensórios a escorregarem-lhes pelos quadris, peitos apenas cobertos por camisas de meia ou de chita, acotovelavam-se com mulheres de camisolão, negras de saias sujas, de mistura com mocinhas em cabelo e cavalheiros graves, de gravata preta.

O aspecto de tal confusão não é pitoresco – é indecente e infunde uma certa melancolia. Como remediar tal desídia?

Por mais indisciplinado que seja um povo, ele é obrigado a compreender que a liberdade tem limites e que todo o indivíduo tem de ter contemplações para a sociedade em que vive.

Nas cartas que recebi quando tratei deste assunto, sem em nada cooperar infelizmente para o melhorar, perguntavam-me algumas pessoas como poderia eu querer que andassem todos bem-vestidos na rua, sendo a vida no Rio tão cara e a sua população tão pobre?

Está claro que eu não insinuo que andem todos bem-vestidos! Comparo unicamente a população da minha cidade com a de outras capitais em que a vida não tem mais nem melhores recursos, e pergunto por que não poderá ela manter a mesma aparência de limpeza, de decência e dignidade nas suas classes trabalhadoras? Se a vida no Rio de Janeiro é tão cara que não permita aos que mais suam e mais se esfalfam a consolação ao menos de não aparecerem em público como mendigos, seminus, fujamos todos do Rio e vamos para os pobres países da Europa, onde o trabalho sempre dará para a aquisição de alguns trapos limpos. Trabalhar sem regalias não é tolerável. E consumir todo o esforço físi-

co em uma labutação pesada só para se não morrer de fome não pode nem deve bastar a ninguém. Parece que é isso o que se dá aqui atualmente, e como tal situação não é comportável, cuidemos de atinar com os remédios que a modifiquem.

Quem descobrirá o unguento milagroso para a cura de semelhante chaga? Que o digam os sábios da escritura.

Estas impressões não são nascidas de má vontade nem de antipatias para com as classes pobres da cidade, como da outra vez me acusaram. Ao contrário, o meu desejo seria ver em toda a gente da nossa cidade o ar de asseio e de bem-estar que torna as populações atraentes e respeitáveis. De mais a mais ninguém me convencerá de que os meios de que dispõem, no Rio, carregadores, carroceiros, etc., não deem para a compra de blusas, como as que usam os seus colegas em outras cidades, em que, entretanto, têm menores lucros. Aqui mesmo há um exemplo a apresentar nesse sentido: o dos carregadores da Central, cujo uniforme é bem conhecido.

Tudo depende do hábito e da educação. Não vemos caixeirinhos, que muitas vezes não ganham mais de cinquenta mil réis mensais, andarem calçados e limpos? Mas deixem-me retomar o meu assunto.

O contraste do Rio, afoguedado por uma temperatura de trinta e dois graus, com o da fresca e suave Petrópolis, vestida de hortênsias azuis e toda perfumada pelas suas lindas magnólias em flor, deu-me a esse dia de calor a impressão inesquecível de um quadro vivo,

apenas interrompido por uma linha verde de mataria, em que numa parte a vida humana fosse criada para as doçuras do amor e do êxtase, e na outra, para as agruras do trabalho e do esforço incomensurado.

—

Uma antiga moradora de Paula Matos escreve-me lamentando-se de que seja tão má a subida para aquele morro, pelo lado da rua Frei Caneca. Deve ser alguma senhora idosa, cuja saúde não comporte caminhadas por ladeiras mal calçadas. Pede-me essa doce alma que intervenha, para que a Prefeitura corrija os estragos feitos pelo tempo e as enxurradas, naquele recanto humilde da cidade.

Aqui estou eu cumprindo o seu desejo. Agora há só uma dúvida, minha senhora: é que a Prefeitura me atenda.

—

Apesar de ainda não ter visitado a exposição de Calixto Cordeiro,⁹⁸ prazer que me reserve para hoje, quero neste desalinhavado fim de crônica felicitá-lo

98. Um dos grandes caricaturistas e ilustradores brasileiros da primeira metade do século XX, Calixto Cordeiro (1877-1957), que assinava “K.Lixto”, criou com Raul Pederneiras, outro grande chargista, a revista *O Tagarela* (1902) e colaborou intensamente nos mais importantes periódicos cariocas de crítica política e variedades de sua época.

pelo sucesso que, segundo me dizem todos os que a têm visto, ele alcançou entre nós.

17 de janeiro de 1911

As cidades europeias têm as suas estações bem definidas: a estação das flores, a do cair da neve, a do cair das folhas e das frutas. Nós, bem acentuadas, no Rio de Janeiro, só temos duas: a dos teatros e a dos ladrões. A bem dizer, esta dura todo o ano, mas tem a sua maior intensidade nos meses de calor e das janelas abertas. Em fevereiro e março ela floresce exuberantemente em Santa Teresa. Pelo menos, tem sido assim nos últimos anos.

Os senhores gatunos não são tolos; procuram na quadra mais asfixiante o ar fresco da montanha para poderem operar à vontade. Depois isto: além de respirarem ar mais leve, não precisam correr. O esforço da corrida no verão prejudica os organismos mais sãos, eles sabem disso e poupam-se. Em Santa Teresa podem andar a passo, ir de um arrombamento a outro arrombamento sem sustos, nem precipitações, na doce certeza de que não esbarrarão no caminho nem sequer com a sombra de uma sombra de polícia...

Pelas imediações do Carnaval, antes, a fim de arranjar dinheiro para as folganças; depois, para equilibrarem os seus orçamentos desfalcados, os senhores gatunos redobram de atividade. Os galinheiros tre-

mem. Não há Chantecler⁹⁹ capaz de defender sua amada faisã ou *pintade*¹⁰⁰ das garras sujas desses patifes. Os gansos perdem a voz, na comoção do espanto, e os próprios cães de fila murcham os corpos de encontro aos muros, com o terror de serem percebidos. Tudo serve aos ladrões, desde a rodilha de lavar panelas, esquecida pela cozinheira no coradouro ou na borda do tanque, até o relógio de ouro do proprietário da casa em cujo quarto de dormir penetram com inacreditável desfaçatez! Fazer dinheiro, não importa como nem com quê. Tudo o que cai na rede é peixe; leva-se assim de cambulhada regadores e leques de tartaruga, pulseiras e pás de lixo!

Os moradores de Santa Teresa estão, portanto, agora na época dos sobressaltos, que corresponde, nas cidades europeias, à estação das violetas. Ninguém se deita sem examinar todos os cantos da casa e muito especialmente a parte do assoalho que lhe fique embaixo da cama. As cestas das roupas para a lavadeira são esquadrinhadas, como se procurassem nelas agulhas e alfinetes em vez de homens armados de lanternas e de pés de cabra! Não, que há sujeitinhos tão magros... Vãos de escadas, armários de livros, de louças ou de vestidos, tudo é visto, não uma, mas duas,

99. O galo que canta claro, como Chantecler, no *Romance da raposa*, do francês *Le roman de Renart*.

100. Aves da ordem dos *Galiformes*, de origem respectivamente asiática e africana.

três vezes, já depois das portas fechadas e trancadas, por precaução.

As crianças vão-se deitar com medo. Os homens, mal adormecem, são logo despertados pela família, que ouviu passos nas areias do jardim ou ouviu bulir nas telhas do telhado... Eles resmungam, que não façam caso; devem ser as gambás.

As senhoras afirmam que a bulha não podia ser confundida com a que fazem as gambás e insistem por uns tirozinhos na janela...

Às vezes são as gambás que também andam alvoçadas por este tempo; outras vezes não são elas, são eles, que disfarçam na sombra o vulto dos seus corpos, esperam com paciência verdadeiramente evangélica que esse pessoal aterrorizado adormeça, para então entrarem-lhe em casa por um buraco da fechadura ou por uma régua da veneziana.

Ainda está para nascer o nosso Sherlock Holmes e é pena. É pena, porque ele teria agora excelente ocasião de provar as suas habilidades. Prestando um pouco de atenção aos noticiários dos jornais tem me parecido perceber que as quadrilhas de ladrões no Rio de Janeiro obedecem a um itinerário, estabelecido por ordem de bairros.

Após as queixas dos moradores de Santa Teresa, começam as do Estácio de Sá, Engenho Velho, etc. Para desorientar a polícia, como se ela precisasse disso, há de vez em quando um caso isolado, aqui ou além, de furto ou de arrombamento, com a intenção de chamar para pontos dispersos a atenção dos senhores guardas.

E enquanto os senhores guardas se dirigem para aqueles lados, indagando da vizinhança o que houve, o que há ou o que haverá, os senhores ladrões, mais à vontade, *trabalharão* do seu lado.

Não há, para a gente se interessar por essas coisas, como já ter sido vítima delas, pelo menos nuns quatro carnavais consecutivos, como uma certa família minha conhecida!

Mas deixemos os ladrões na sua lida, já que é preciso que todos vivam e eles, coitados, talvez não saibam fazer mais nada – e lamentemos em coro o fechamento de mais uma escola pelo sr. prefeito.

É a segunda; e se a sua supressão foi aconselhada como medida de economia, não tardará a ser fechada a terceira, a quarta e assim por diante.

Ora, se há num país de analfabetos, como ainda é o nosso, despesas que se não devem suprimir, são as despesas feitas com a instrução popular. É melhor pôr livros nas mãos das crianças e dos adultos e elucidá-los por meio de mestras bem educadas, do que ter de sustentá-los mais tarde em correções e em hospícios, ou sofrer vexames por atos de que só a sua ignorância é culpada. A primeira escola agora suprimida foi a escola ao ar livre, do que tive tanto mais pena quanto vaidosamente a supus sugerida por mim. Exatamente por considerar como benefício à saúde e ao espírito das crianças o estudo feito à sombra das árvores, em pleno coração da natureza, tenho de há muito, na seção do *Correio da Roça*, descrito aqui com entusiasmo uma escola de fazenda (e oxalá que o exemplo se propagasse

entre elas!) em que a criançada aprende a ler num bosque de jaboticabeiras.

A minha escola ao ar livre, de uma suposta propriedade agrícola, teve o condão de me fazer simpatizar com esta de Copacabana, fundada pelo sr. dr. Serzedelo Correia.

Tinha fé em que ela progredisse e desse excelentes frutos. Mas a pobre nem teve tempo para a floração. Deceparam-na e, atrás dela, já caiu outra escola. Queira Deus que fiquemos nisto!...

É de supor que fiquemos, mesmo porque de todos os jornais se levantou um enxame de protestos, alguns francos e outros disfarçados, acerca deste caso inesperado e estranho. O mal de deficiência de escolas não é só nosso. É do Brasil inteiro. Agora mesmo acabo de ler um artigo da professora Edwiges de Sá Pereira, publicado no *Jornal Pequeno*, de Pernambuco, em que essa senhora lembra o alvitre de se reunirem na Capital Federal, todos os anos, em um certo prazo, delegados das escolas normais estaduais, com o fim de, observando os nossos progressos escolares, poderem imitá-los nas escolas públicas das suas respectivas terras.

Para que essas reuniões fossem realmente proveitosas, não seria preciso que o quadro geral das nossas escolas primárias não deixasse nada a desejar? Estamos constantemente a ouvir falar em programas, mobiliários escolares modernos, reformas, etc., etc., para depois dizerem os jornais que em colégios municipais do próprio Distrito Federal há crianças que se

sentam em caixotes de vendas, por falta de bancos, e professoras clamando em vão por livros e por mapas!

Virgem Nossa Senhora, como as coisas simples são complicadas!

—

Os tempos passam e o morro de Santo Antônio continua no mesmo estado dúbio e triste de expectativa e de incerteza. A estrada para Petrópolis, certamente muito linda e de grande conforto, fez encolher-se a face larga e barrenta do desgraçado, em um quase imperceptível ricto de ironia. Até a floresta ia, ou vai ter, o seu largo sulco de civilização e de claridades no imenso corredor que una o ardente Rio à casta e linda Petrópolis! Só ele, o mísero, assistirá, sujo e trevoso, inculto e selvagem, à alegria e à limpeza dos outros que o cercam por todos os lados, bem no centro da capital, sem poder nem ao menos lavar o rosto, visto que, por mais que exclame, e grite e chore, nem lhe dão água...

Mas, como não é só a água que lhe falta, mas tudo, será mesmo preferível não lhe darem coisa nenhuma!

24 de janeiro de 1911

O meu copeiro apresentou-me ontem na lista das despesas uma dúzia de mangas medíocres, genuinamente cariocas, por oito mil réis. Não lhe fiz nenhuma observação embora o preço da fruta parecesse indicar coisa melhor, porque enfim ele não podia estar-lhes dentro da casca para saber dos seus merecimentos, e em todo o caso elas não eram de papelão. Mas cismeï:

Com oito mil réis muita gente almoça e janta, incluindo mesmo no menu uma posta de peixe, um frango assado e uma tigelinha de creme gelado. Ora, pois, olhando sob essas ponderações para a cifra citada, ela se me afigurou exorbitante.

Que viagem fizeram essas frutas da árvore em que nasceram até a minha mesa?

Uma viagem bem curta; vamos lá, de uma ou duas horas, talvez, com escala pela Avenida. A questão não seria pela dificuldade do transporte, mas naturalmente pelo luxo de serem nacionais. A fruta nacional começa a demonstrar para com a estrangeira a mesma soberba que as fidalgas dos romances do Ohnet¹⁰¹ têm para

101. Georges Ohnet (1848-1918), popular romancista francês, teve vários de seus livros publicados no Brasil.

os plebeus. Um mísero abacate já parece desdenhar de uma rainha Claudia ou de um abrunho, fazendo-se pagar por muito maior preço. O que ainda me conso-la um pouco neste verão abrasador de 1911 é a ideia de que mesmo ao preço de oito mil réis, eu, que sou frutívora, posso comer as minhas mangas, enquanto que daqui a algum tempo nem talvez a vinte mil réis o consiga, desde que elas sejam exportadas para Londres ou para Nova York!

Nessas cidades dir-se-á então: que país de fartura, de abundância e de alegria deve ser o Brasil! Com umas frutas assim saborosas, aquela gente, filha de mais a mais de um clima tropical e ubérrimo, não se deve alimentar de outra coisa. E imaginarão a nossa mesa recendendo ao aroma delicioso dessas mesmas mangas, e dos abacaxis, entremeados aqui e ali pelas manchas róseas dos cajus; amarelas das bananas, ou negras e luzidias das jabuticabas. Mas que venham para cá e verão como a fruta entra pouco nos hábitos da nossa alimentação ordinária, observando ao mesmo tempo que figuram de preferência nas nossas fruteiras maçãs de Lisboa e ameixas da Argentina.

Dizem certos amadores terem de ir à Europa quando querem ver orquídeas do Brasil. Com a nossa fruta há de acontecer o mesmo: quem quiser comê-la terá em breve de pagar viagem para Paris ou para Washington.

E seria tão bom para a saúde e alegria desta população abrasada e dispéptica que a fruta nacional fosse abundante e vendida a baixo preço! Todas essas montanhas que circundam o Rio, toda essa baixada em que

os brejais fermentam, todos esses campos dos subúrbios transformados em pomares, bastariam para tornar o nosso mercado de frutas abundante e barato. Mas antes de plantar para casa, nós começamos a exportar para o estrangeiro, até que o estrangeiro, plantando as ramas dos abacaxis que lhes mandarmos e os caroços dos nossos cambucás, comece por sua vez a mandarnos, por preços acomodados, cambucás ou abacaxis...

Até lá é ter paciência, que é de todas as virtudes a mais necessária na vida. A exportação das frutas começou já. A fama dos pomares brasileiros percorrerá o mundo.

Como propaganda do Brasil, por muito que eles possam fazer, não farão mais do que fez na América um brasileiro distintíssimo, a quem já tenho aludido nestas crônicas com elogios à sua atividade e ao seu patriotismo: – o dr. Baeta Neves.¹⁰²

Agora mesmo leio na revista mineira – *Novo Horizonte* – uma notícia transcrita de um jornal de

102. Lourenço Baeta Neves (1876-1948), natural de Ouro Preto (MG), era engenheiro de minas, metalurgia e civil, e professor de Hidráulica da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte. Dirigiu vários órgãos públicos estaduais como a Comissão de Melhoramentos Municipais do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Viação e Obras Públicas, integrou associações profissionais e técnicas no Brasil e no exterior e representou o Brasil no 16º e no 17º Congressos Americanos de Irrigação e no 3º Dry-Farming (Lavouira Seca). Algumas de suas principais preocupações eram a organização do serviço florestal no Brasil, a valorização da vegetação nos centros urbanos populosos, o tratamento eletrolítico das águas residuais e o estudo dos processos de conservação e distribuição da umidade na terra.

Knoxville,¹⁰³ em que se diz que, durante a sua permanência nessa cidade, esse senhor não cessou de visitar escolas e de falar do Brasil às crianças da América do Norte, atraindo para o nosso país a sua curiosidade e a sua simpatia. As crianças crescem mais depressa do que as árvores. Dentro de poucos anos as centenas de crianças das escolas do norte de Knoxville, a quem o dr. Baeta Neves instruiu sobre as coisas da nossa Nação, serão centenas de pessoas válidas vinculadas ao nosso sentimento patriótico e interessadas no nosso progresso. A ideia dessas conferências escolares parece-me absolutamente nova e carinhosa. E tanto os colegiais de Knoxville se deixaram penetrar da sua influência, que, por intermédio do mesmo dr. Baeta Neves, mandaram às crianças do Brasil a seguinte mensagem, também publicada na mesma revista:

“Às crianças do Brasil:

Pelo vosso distinto representante nos Estados Unidos, dr. L. Baeta Neves, as crianças das escolas do norte de Knoxville enviam saudações às crianças do Brasil. O dr. Baeta Neves com sua encantadora e prendada senhora visitou-nos, frequentemente, falando de forma interessante dos sentimentos do Brasil e de sua amizade para com esse amado país.

O interesse que ele bondosamente tomou por nós e pela nossa pátria em geral despertou-nos também interesse pelo Brasil. Por isso nós desejamos enviar

103. Cidade dos Estados Unidos pertencente ao estado do Tennessee.

nossas saudações ao Brasil e ao seu povo e especialmente às crianças das escolas.

Ardentemente desejamos que com o nosso crescimento em idade também cresçam e mais se apertem os laços de fraternidade que o dr. Baeta Neves tanto tem advogado, com o seu próprio exemplo, até que fortalecida, cada vez mais, a América inteira seja uma perfeita irmandade de grandes e progressivas nações.

Com os melhores votos para o vosso bem-estar pessoal e de todo o Brasil, somos os vossos sinceros amigos. Os 500 alunos das escolas do norte de Knoxville.”

—

Não é tão grande, felizmente, o número de cartas que tenho a responder por intermédio do *Paiz*, nem tampouco de livros a agradecer; mas ainda assim ele é tão considerável que seria impossível falar de todas, ou responder a todas detalhadamente.

Entre as cartas, muitas há já com datas antigas e a cujos pedidos ou observações seria agora intempestiva qualquer referência.

As coisas devem aparecer a seu tempo e em ocasião oportuna; mas descansem os meus correspondentes, que as suas cartas não serão lançadas ao esquecimento. E a uma senhora, que se esquecendo de pôr o seu endereço — o que me facilitaria uma resposta particular —, me pede que lhe lembre um negócio ainda não estabelecido no Rio de Janeiro, responderei que, conquanto a

minha imaginação seja mesquinha no tocante a assuntos comerciais, a sua súplica tinha uma tal expressão de sinceridade, que não hesito em lembrar-lhe um alvitre, sem segurança do seu bom êxito. É o caso: no Rio de Janeiro, onde as mulheres são tão faceiras e onde estão quase todas sujeitas a viagens de bondes ou de carro até chegarem ao centro da cidade, para aí irem aos teatros, ou às conferências, ou às compras pelas lojas, não há uma sala onde qualquer delas vá, a troca de alguns tostões, reparar os estragos que a ventania causou aos seus chapéus e penteados; pôr um pouco de pó de arroz; coser um folho da saia descosido ou roto ao subir para um bonde; engraxar um sapato atolado em uma poça d'água, etc., etc. Um gabinete para senhoras, para onde as senhoras pudessem entrar desassombadamente, viria certamente prestar alguns serviços à população feminina desta cidade.

Aí, uma costureira, que nos intervalos se entretivesse a fazer blusas ou outros quaisquer artigos leves para vender, coseria à freguesa a saia descosida, servindo ao mesmo tempo de caixeira na venda de objetos de armarinho; grampos, alfinetes, cadarços, fitas, pregadores de chapéus, véus e perfumaria; a seu lado uma engraxate, que seria ao mesmo tempo a zeladora dos compartimentos higiênicos, completaria o pessoal de serviço e aí estaria um negócio que, se não fosse muito rendoso, seria, pelo menos... novo! Entre as cartas há também uma, curiosa, em que um senhor de maus bofes, de Niterói, pergunta se a minha ingenuidade me levará à crença de que algum prefeito possa

jamais mandar plantar paineiras às margens da estrada de São Gonçalo, só porque observei que isso seria de bom efeito!

Oh, senhor, por que não?

Em todo o caso é bom saber que os cronistas lançam essas ideias no papel para que outros as leiam e fiquem com elas no sentido até que, perdida muitas vezes na memória a verdadeira fonte da sua origem, as apresentem como suas de um modo direto e positivo. É quase sempre o que acontece; e ainda bem quando acontece!

Dos livros, tenho a agradecer, primeiramente o *Horto*, da saudosa e mística Auta de Souza,¹⁰⁴ poetisa que ninguém, de coração, poderá ler de olhos enxutos, tal a sinceridade do seu sentimento, sempre prevenido pela ideia da morte!

Sumé e o destino da Nação Goya, linda goiana trazida ao livro pela mão forte e hábil do sr. Henrique Silva,¹⁰⁵ que a precede de uma advertência interessante;

104. Auta de Souza (1876-1901), poetisa potiguar da segunda geração romântica, autora de *Horto* (1900), seu único livro, prefaciado por Olavo Bilac. Escreveu poemas com influência simbolista considerados de singular valor estético.

105. Henrique Silva (186-?-1935), militar, jornalista e escritor, integrou uma geração de intelectuais goianos interessada em fortalecer a identidade cultural do estado e aproximar o Brasil Central do Brasil litorâneo e moderno. Participou de expedições científicas ao interior do país, entre as quais a famosa Comissão Exploradora do Brasil Central (“Missão Cruls”), chefiada pelo engenheiro belga Louis Cruls, e fundou juntamente com Americano do Brasil o periódico *A Informação Goyana* (1917-1935), que publicava autores goianos, como a escritora Cora Coralina.

Otelo, de Shakespeare, tradução do dr. Domingos Ramos, edição de Lello e Irmão, do Porto. Como este livro requer leitura demorada, com páginas de comparação, e o tempo me tem faltado para isso, limito-me, por enquanto, a agradecê-lo;

Plantas fibrosas, da Restinga do estado do Rio de Janeiro, por M. Pio Correia.¹⁰⁶ O nome do autor basta para assegurar o merecimento da obra, que, além de trazer informações utilíssimas, é toda escrita em uma linguagem clara e agradável;

Estatística agrícola, do ministério da República Argentina, 1910, por intermédio do consulado argentino; trabalho em que está bem patenteada a disciplina da população rural desse país;

Relatório do ministro da Agricultura, dr. Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda,¹⁰⁷ 1910, livro em que fica cristalizado o esforço de um estadista de grande atividade e iniciativa;

106. Manuel Pio Correia (1874-1934), botânico e geólogo português, autor também do *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*, publicado a partir de 1926 pelo Ministério da Agricultura em seis volumes.

107. Natural de Bananal (RJ), Rodolfo Miranda (1860-1943), neto dos barões de Bananal, foi eleito por São Paulo, onde era cafeeiro, para a Assembleia Constituinte de 1890-91. Como ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, de 1909 a 1910, no governo Nilo Peçanha, foi responsável pela criação do ensino agrônômico no país, que originou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro, ajudou a criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e reformou instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.

E, finalmente, o livro de crônicas de Carmen Dolores, intitulado *Ao esvoaçar da ideia*. Nem por serem conhecidas, essas páginas são lidas com menor prazer; infunde, entretanto, uma certa melancolia o pensamento de que a mão que lançou à ventania do jornal essas linhas para uma vida efêmera não possa agora folhear o livro em que elas se fixaram para sempre...

Referindo-me a esse livro não quero deixar de responder a um tópico que a respeito dele publicou, há oito dias, Gilberto Amado,¹⁰⁸ em uma das suas crônicas do domingo. Reproduz esse escritor uma frase minha, escrita por ocasião da morte da minha colega, em que eu anunciava a convicção de ser ela insubstituível na seção em que há tanto tempo figurava, e em que ele agora a substitui. Se Gilberto Amado se magoou com isso, muito delicada e generosamente encobriu a sua mágoa, eu é que não quero nem devo encobrir a minha. Escrevi esse conceito dominada pela impressão dolorosa do momento e na absoluta ignorância do valor do cronista, cujos trabalhos literários eu jamais lera e que tão vivamente admiro agora. Por mais de uma vez lhe tenho afirmado a ele, verbalmente, essa admiração; quero também assegurá-la aqui, nesta mesma coluna em que o seu talento irradia e se impõe.

14 de fevereiro de 1911

108. Gilberto Amado (1887-1969), escritor, jornalista, jurista e diplomata. Era irmão de Jorge Amado, foi membro da Academia Brasileira de Letras e ocupou cargos políticos.

Parece incrível, mas é verdade. Alguém que, por modéstia talvez, não quis escrever o seu nome, mandou-me um número de fevereiro do corrente ano da bela revista agrícola, publicada em São Paulo — *Chácaras e Quintais*, em cuja capa figura um turbilhão azul de hortênsias, perguntando-me muito interessadamente se desamparei a ideia da festa das hortênsias em Petrópolis.

Compreendi que a oferta do fascículo em que essa flor figura com tanta abundância tinha servido de pretexto a uma curiosidade e pasmei, porque ela revela o desejo de ver realizada uma coisa que eu julgava já, se não completamente esquecida, pelo menos quase esquecida...

Que progressos! Já esses assuntos, que pareceriam ridículos a quem não cogitasse senão nos magnos problemas sociais da saia-calção ou do empenho político, conseguem despertar a atenção de ao menos um leitor? Mas em tal caso, uma pessoa vale uma população!

Esse leitor amigo, a quem a ideia de tal ou tal escritor possa ser simpática, será o seu melhor e mais esforçado colaborador.

O poder da palavra falada, em conversa, sem o propósito manifesto da propaganda, contribui para o êxito dessa ideia melhor do que um discurso; porque é muito mais fácil de reproduzir uma opinião manifestada numa simples frase familiar, do que a encerrada numa peça oratória ou num artigo de escritor fantasista... A opinião de um anônimo é, nesse caso, a opinião de toda a gente, enquanto que a de um determinado orador ou escritor é simplesmente a opinião de um certo e determinado indivíduo. Ela será por essa razão menos poderosa e menos convincente. Na suposição de que ideia aceita seja ideia vencedora, podemos desde já contar que, mais tarde ou mais cedo, a linda Petrópolis, seguindo o sábio conselho do esperto Iago,¹⁰⁹ meterá muito dinheiro na bolsa, no dia ideal da sua festa azul.

Para quem tenha um certo vexame de promover solenidades de feição puramente poética, deve influir de algum modo a certeza de que esta de que se trata pode ser perfeitamente considerada como assunto de especulação comercial. Portanto, meu caro leitor, a quem tanto agradeço o número da revista agrícola como a amável cartinha que a acompanhou, sempre lhe direi que não é a mim que compete agora amparar a ideia da festa das hortênsias em Petrópolis, mas sim à população dessa cidade e à sua municipalidade. E com isso não perderão seu tempo.

109. Provável referência à esperteza de Iago, personagem de Shakespeare, em *Otelo, o mouro de Veneza*.

Nos Estados Unidos, terra da gente prática, que assombra o mundo com sua capacidade de trabalho, o seu progresso material, a sua ambição e o seu orgulho, o homem dedica à árvore e à flor um culto quase religioso, organizando em seu louvor solenidades de expressão adorável e alegre singeleza. São por lá vulgaríssimas as festas das árvores, que o governo americano faz frequentar pelos bandos de meninos e meninas das suas escolas públicas. Parece que isso no país dos ianques não é considerado como uma fantasia apenas, um passatempo de distração para a pequenada um tanto aborrecida dos bancos das suas aulas. Se bem atino com a razão das coisas, as municipalidades americanas fazem essas festas de culto à natureza para infundir no espírito impressionável da criança o respeito e o amor pela árvore e pela flor.

Por que não os imitaremos, nós, que somos de um país tropical em que a floresta representa o mais benéfico elemento de vida e de tranquilidade?

Sei que já temos feito algumas tentativas nesse sentido, mas raras, e de chocha repercussão, por que não caberá a Petrópolis, que é a terra dos jardins, a glória de estabelecer uma festa anual de flores, antes que o faça uma outra qualquer cidade do mundo?

O trabalho para isso não será grande e a sua execução tão repartida não chegará a cansar ninguém. Com uma simples penada, a municipalidade decretará que, em tal ou tal dia de tal ou tal mês, a cidade de Petrópolis celebre o culto das suas hortênsias maravilhosas. Ela dará ordem de reunião aos colegiais das suas esco-

las na praça pública; fornecerá alguns coretos para as bandas de música e o resto será com o povo. Será com a Leopoldina, com os hoteleiros, com os floricultores e com o acaso do bom tempo.

Ora, pois, meu caro leitor, tudo isto já foi dito na primeira vez que tratei do assunto; foi repetido depois no jornal *Tribuna de Petrópolis* e numa carta do escritor Roberto Escragnolle¹¹⁰ na *Notícia*.

Não é portanto a mim que compete daqui em diante amparar a ideia da festa das hortênsias em Petrópolis.

Está no Rio de Janeiro, há alguns dias a escritora inglesa Mrs. Elisabeth Doda, diretora de uma das faculdades da Universidade de Oxford, destinada às estudantes do sexo feminino, e senhora de grande ilustração, como se pode presumir pelo alto cargo que desempenha.

Sem poder dispor de tempo, aproveitando um resto exíguo de férias, Mrs. Doda sujeitou-se à monótona travessia do Atlântico para vir passar uma semana no Rio de Janeiro e contemplar nossa natureza tropical. Leva os olhos cheios da visão dos nossos bambuzais, que a enfeitiçaram; das nossas bananeiras e palmeiras;

110. João Roberto d'Escragnolle (1870-1925), jornalista matogrossense radicado em Petrópolis, fundou a *Revista Comercial e Financeira*, a revista *Verão em Petrópolis* (circulava apenas nessa estação), o jornal *A Notícia* e ainda a Agência Alex, que funcionava nas dependências do famoso Hotel Bragança.

dos recortes destas suntuosas montanhas que nos cingem e sobretudo da baía da Guanabara, a mais bela do mundo.

Nada mais natural do que um europeu que vive engolfado no seio de velhas civilizações, cercado, por todos os lados, de monumentos históricos seculares e belíssimos, ao mesmo tempo que do conforto moderno, não pense em vir à América do Sul, com outros intuitos que os de observar a sua natureza, completamente diferente da de sua pátria.

Há países na Europa, como a Suíça e mesmo a Escócia, que não nos oferecem outro gênero de atração, e desse muito se orgulham os seus filhos.

Nós talvez nos sintamos um tanto humilhados quando algum viajante nos declara sinceramente ter vindo ao Brasil só para contemplar as suas belezas naturais, mas não nos admiremos de que, por enquanto, eles não se sintam atraídos por outro gênero de curiosidades e ajudemos a espalhar os louvores destas águas azuis da nossa baía incomparável, semeada por inúmeras ilhas, dos caminhos das nossas lindas cidades e aldeias serranas, da floresta da Tijuca sem par, com as suas grotas misteriosas, as suas grutas, os seus panoramas opulentos, iluminados, imensos, aparecendo de súbito entre cortes de montanhas ou de rochedos cobertos de vegetação.

Sim, senhores europeus! Vinde ver esta maravilha que é a inculta e semisselvagem Teresópolis, perfumada pelos lírios selvagens da beira d'água, sombreada pelas florestas negras e impenetráveis; vinde ver o

Corcovado, vinde ver o Jardim Botânico, com os seus bambuzais, as suas bananeiras e os seus variadíssimos exemplares de palmeiras e madeiras nacionais.

Em Oxford, cidade de recolhimento, de estudos superiores, famosa pela sua universidade, e tão macia, tão compenetrada do respeito pelo estudo, que nas suas ruas não trafegam bondes nem outros veículos barulhentos, para não perturbar a aplicação dos estudantes às suas leituras clássicas, muitas vezes a visão destas nossas coisas há de passar pelo espírito deste viajante ilustre, em um tumulto de fascinação.

E, nos seus livros, como nas suas palestras, pressinto que falará com simpatia destes curtos dias que está vivendo entre nós.

E deixo agora de aludir às peregrinações de Mrs. Doda no Brasil, para ler as *Peregrinações* de Souza Bandeira¹¹¹ na Europa.

Tudo me predispõe a essa leitura, tanto na elegância material do livro, da livraria Chardron, do Porto, como a admiração que tenho pelo seu autor.

Não é menor o interesse que me despertam estes dois livros de versos: *Angelus*, de Olegário Mariano,¹¹²

111. João Carneiro de Souza Bandeira (1865-1917), natural de Recife (PE), era advogado, professor, diplomata e ensaísta. Além de *Peregrinações, viagens* (1910), escreveu *Estudos e ensaios* (1904), *Páginas literárias, ensaios* (1917) e *Evocação e outros escritos* (1920). Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

112. Olegário Mariano (1889-1958), poeta, político e diplomata pernambucano, foi eleito, em 1938, em concurso promovido pela revista *Fon-Fon!*, o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, sucedendo a Alberto de Oliveira, detentor do título depois da morte de Olavo Bilac. Foi responsável, nas revistas *Careta* e *Para Todos*, sob o

e *Poeira*, de Humberto de Campos,¹¹³ poetas a quem saúdo do coração, e que lerei página a página, com o maior carinho.

E, ao pôr o ponto final neste artigo, recebo mais um livro! – *Beryllas*, de Revocata H. de Mello e Julieta de M. Monteiro:¹¹⁴ obrigada!

18 de abril de 1911

pseudônimo de João da Avenida, por uma seção de crônicas em versos humorísticos. Ficou conhecido como “o Poeta das Cigar-
ras”, por serem estas um de seus temas prediletos.

113. Humberto de Campos Veras (1886-1934), jornalista, político e escritor maranhense, com obra extensa e variada, foi um dos autores mais populares em sua época. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1919.

114. Revocata Heloísa de Mello (1854-1958) e Julieta Mello Monteiro (1863-1928), escritoras gaúchas, foram precursoras no seu estado de escritos em defesa dos direitos sociais e políticos da mulher. No município de Rio Grande, onde nasceram, essas duas irmãs, com apoio de uma loja maçônica, fundaram e dirigiram, entre 1885 e 1925, o jornal *Carymbó*, que publicou textos de mais de 120 escritoras de todo o país. O periódico francês *La Fondre* chegou a considerar Revocata Mello “o maior vulto da intelectualidade feminina no Brasil”.

E eu vinha coberta de pó e cheia de cansaço, desentorpecendo os pés na curta caminhada do largo de São Francisco aos Castelões,¹¹⁵ com a piedosa intenção de atenuar o ardor da garganta ressequida com a frescura de um sorvete, quando encontrei um velho amigo que se apressou em apertar-me a mão com ar solícito e espantado.

– Que houve?!

Confesso que não compreendi a pergunta e o meu silêncio atônito deu-lhe tal impressão de estupidez, que ele insistiu, enunciando com mais clareza a sua curiosidade:

– Sofreu algum acidente de automóvel?

– Ah, não; isso não. Creio que ainda estou viva e que tenho integrais os meus ossos; o que me sinto é moída como sal refinado, e com uma sede!

– Sal não parece, mas pimenta-do-reino em pó não direi que não...

E o meu amigo espirrou!

115. Confeitaria tradicional da cidade, fundada em 1847, na rua do Ouvidor; em 1906, foi inaugurada uma filial na então avenida Central.

É que justamente nesse instante, uma lufada de ar enviara para as narinas cabeludas uma pitadinha dos finos grãos de areia cor de âmbar que me polvilhavam o vestido e o chapéu.

Pensou que se tivesse constipado, mas, tranquilei-o logo, benevolamente:

– Não é gripe, é pó. Deixe-o entrar à vontade, que este é o famoso e legítimo pó dos séculos.

Se, em vez de o expulsar em um espirro, o meu amigo o tivesse absorvido com força, já estaria sentindo na alma um tropel de virgens aimorés!

– Venho dos subúrbios.

– De todos?

– De muitos, sucessivamente, desde a estação do Doutor Frontin.¹¹⁶ Fui de trem, voltei em um bonde de Cascadura.¹¹⁷

– É espantoso. E ainda anda por seus pés!

– Mas, de que modo!

Felizmente tínhamos chegado ao meu destino e, enquanto eu me dessedentava com um refresco, o meu velho amigo confessou:

– Em questões de viagem, sou de uma pusilanimidade incrível. A Central infunde-me pavor. Já a fealdade da estação basta para tirar-me o apetite de lá ir tomar qualquer dos seus trens. A única zona em que se

116. Estação Engenheiro Paulo de Frontin, inaugurada em 1863 para servir à Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Supervia) e desativada em 1996. Deu origem ao município de mesmo nome.

117. Estação inaugurada em 1858, originou o bairro homônimo no subúrbio.

pode viver hoje, no Rio de Janeiro, é a sua zona asfaltada e, julgando assim, não penso sair dela nem por algumas horas. Só aquele trecho de São Diogo¹¹⁸ me desafinaria os nervos por uma semana. A entrada do Rio pela Central, então, é o que há de mais humilhante e de mais ignóbil. Ouço, entretanto, dizer que nos subúrbios há trechos muito lindos. Mas, eu não sou o homem da paisagem, sou o homem moderno, da civilização, e que não arrisca a sua pele nem o seu sossego só para ir contemplar o bucolismo dos campos, através de nuvens de pó e de carvão. Foi por passeio?

– Não; fui por um dever de amizade.

– Grande deve ser essa amizade para a obrigar a tanto... Pois a última vez que entrei na Central foi para ir a Jacarepaguá.¹¹⁹ Comprei o meu bilhete, tomei o vagão e, ao sentar-me, verifiquei que o banco estava quebrado. Quase caí. Alguém se riu atrás de mim. Irritado, saí do trem e nunca mais lá voltei. Tudo aquilo era sujo, abominável. Antes de o Rio estar civilizado, ainda se poderiam suportar a Central e os subúrbios; hoje o contraste da Avenida faz achar tudo aquilo

118. Região dos antigos saco e morro de São Diogo, situada, em meados do século XIX, entre a foz do rio Comprido (na baía de Guanabara) e o centro histórico da cidade; sua retificação deu origem ao atual canal do Mangue, em torno do qual foi construída, na década de 1940, a avenida Presidente Vargas.

119. Localizada na Baixada de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, entre o maciço da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca e as lagoas de Jacarepaguá e Tijuca, a região, hoje um bairro de classe média e alta, era na época essencialmente rural.

repulsivo. Depois de um curto silêncio, ele prosseguiu, mudando de tom.

Toda a gente que viaja, gosta de falar das suas viagens; é um pendor irreprimível a que ninguém escapa, só a senhora parece querer guardar só para si as suas impressões. Vem da estação do Doutor Frontin e é como se viesse de ali assim, de qualquer lugar conhecido de toda a gente; nem ao menos me descreve a sombra das suas árvores...

A sombra das suas árvores, pensei eu, mas, se de nenhuma delas eu sentira a frescura! As poucas que vi, vi-as à distância, cercadas por muros ou por cercas híspidas de espinheiros. Eram as dos pomares particulares. Nas ruas, ou antes, nas estradas, nem uma! Mal informada, eu supusera que a família a quem ia visitar morasse perto da estação; por isso, mal me vi na gare, pedi aos empregados da Central a indicação da rua que eu procurava e que deveria ficar ali pela vizinhança. Mas, nenhum deles sabia da existência de semelhante rua no bairro. Entretanto, não poderia haver dúvida, eu levava o endereço impresso numa carta de participação que me servia de guia. Chamei um baleiro. Com certeza este moleque esperto e ágil, de olhinhos vivos e pernas delgadas, conheceria o bairro, como a palma das suas mãos. Pois também o diabrete não me soube orientar. Como quase sempre acontece em tais ocasiões, recorri em voz alta a um senhor idoso que, sentado em um banco, se entretinha em olhar para as moscas. Se aquele senhor não me pudesse dar a informa-

ção pedida, outros ao lado acudiriam talvez em meu auxílio, espontaneamente...

A resposta que tive não foi animadora; resumiu-se nisto:

– Não sou do lugar.

Esperei alguns segundos. Evidentemente as outras pessoas ali presentes também não eram do lugar. Houve um espaço de silêncio, como nos romances. Pensei: voltar para trás sem dar cumprimento ao meu desígnio depois de ter afrontado os aborrecimentos de uma viagem de meia hora pela Central? Nunca. Mas seria prudente caminhar à toa por um bairro desconhecido, à hora quente do sol?

Não há quem não tenha passado por tais situações de enfado e de perplexidade, e se relato o caso banal é porque a ele se engancham considerações de interesse público.

A primeira coisa em que pensei, vendo-me ignorante entre ignorantes do que eu necessitava saber com urgência, foi que, em cada estação dos subúrbios, deveria haver um roteiro do bairro: um roteiro bem determinado, bem claro, que orientasse a todos que se vissem na minha situação. Esse roteiro poderia até estar colado nas paredes exteriores da agência, e assim não se perderia tempo em pedi-lo a ninguém. Não se podendo contar com a polícia em cada canto (a nossa polícia sempre deficiente), deve-se lançar mão de recursos que a auxiliem e muitas vezes a substituam...

Alguém que me acompanhava lembrou o recurso de indagarmos numa venda a situação da rua que procu-

rávamos. Mas o vendeiro tinha-se estabelecido há pouco. Não conhecia o lugar!

Tomei então o alvitre desesperado de ficar numa esquina à espera, como um ladrão, das vítimas para o assalto terrível e a cada viandante que se aproximava, em vez da célebre frase – a bolsa ou a vida – atirávamos-lhe, de supetão, a pergunta, já aflitiva:

– Poderá ter a bondade de indicar-nos onde fica tal rua?

Depois de muitos, *que não eram do lugar*, veio por fim um anjo, de terno de casimira e bigode nascente, que nos elucidou.

Mas era longe...

Se ao menos eu visse um carro ou um automóvel que chamasse, mas nada. Só havia um recurso: caminhar.

As estradas eram longas, ladeirentas, de perspectivas nuas, batidas de sol. Se o dia estivesse quente, eu teria morrido; felizmente corria uma aragenzinha tênue e ainda assim abafada.

E foi então que eu pensei com saudade e com tristeza nas grandes árvores ramalhudas que plantadas à beira dos caminhos ardentes são como oásis nos desertos.

Por que há de a população dessa parte, e tamanha da cidade, viver tão abandonada, tão aridamente, tão sem conforto e poesia?

Que enorme dispêndio seria para a Municipalidade manter arborização nessas ruas quentes, só ladeadas agora num ponto e noutra por montículos de lixo ou

poças d'água estagnadas e fétidas? Os moradores dos subúrbios não pagarão impostos, não contribuirão enfim para a manutenção da higiene e do policiamento da cidade?

O nosso desprezo pela árvore faz dor de coração a quem a ame.

Felizmente, na zona do asfalto e da civilização, como disse meu amigo, tem-se conseguido muito nestes últimos tempos. Os oitis são respeitados. Mas nos bairros pobres, onde se anda mais a pé do que de carro e onde as escolas têm entre si grandes distâncias, a árvore é mais que um luxo; é uma necessidade. É um guarda-sol; um guarda-chuva; uma purificadora da atmosfera.

Entretanto, a grande amiga dos pobres só se dá bem nas ruas e nas avenidas de mais luxo?

São estas observações que desejei fazer aqui, onde há tantos anos prego a favor da arborização do Rio de Janeiro.

E aqui tem o meu bom e velho amigo como não quis guardar só para mim as impressões dessa viagem de trinta e cinco minutos de trem e de uma hora de bonde!

—

A mocidade da Escola de Belas-Artes começou com a exposição “Juventas” a ensaiar o seu voo para as brilhantes paragens da glória tentadora.

E ninguém poderá dizer que o voo não seja promissor e brilhante. Há naquela reunião de trabalhos

alguns que figurariam briosamente em galerias de arte as mais exigentes. Os expositores devem estar contentes, resta ao público animar-lhes a iniciativa com o seu apoio e a sua frequência.

8 de agosto de 1911

Qual de nós, que tenha o hábito de ler revistas e folhear jornais, não conhece de há muito a bela madame Catulle Mendès,¹²⁰ citada pelos cronistas parisienses como uma das mais formosas mulheres da cidade fulgurante, e um dos mais finos espíritos da moderna literatura francesa?

Não errarei, afirmando que nenhum.

Os títulos dos seus livros, a cor dos seus vestidos, a forma do seu penteado, ora ladeado por duas flores enormes, ora aprisionado por uma rede de pérolas ou de fina trama de ouro; as suas atitudes lânguidas, que evocam imagens de célebres princesas bizantinas; o seu sorriso enigmático, o seu colo de cisne, digno de reproduções em mármore eterno; os seus dedos afilados, tintos de coral, e os seus olhos sonhadores, rodeados por uma sombra azul; o seu modo de andar e de se mostrar em público, tudo isso, enfim, nós conhece-

120. Jane Catulle-Mendès (1867-1955), poetisa francesa, esteve no Rio de Janeiro em novembro de 1911, o que motivou a publicação em 1913 do livro *La Ville Merveilleuse*, com poemas em homenagem à cidade, um dos quais dedicado à Biblioteca Nacional, onde foi recebida pelo diretor, Manuel Cícero. Embora se atribua a ela a criação do cognome “cidade maravilhosa”, desde 1904 há registros dessa expressão em jornais fluminenses, como *O Paiz* e *A Notícia*.

mos muitíssimo melhor mesmo, através da distância, do que as suas próprias poesias, que em vão procurei um dia destes, por todas as livrarias da cidade. Muito desinteressado, ou pouco atilado, foi o seu editor, não fazendo preceder a vinda da escritora às cidades americanas por um caixão das suas obras.

De resto, talvez que essa imprevidência comercial dê resultados imprevistos e excelentes para a conferente, porque nos fica assim uma curiosidade intelectual a estimular-nos a vontade de ir ouvir a sua doce voz feminina dizer-nos coisas lindas de Santa Genoveva, de Joana d'Arc ou da mulher da atualidade em França.

E, certamente que esta escritora, que tem a iluminá-la, além dos seus merecimentos próprios, a refulgência de um nome ilustre, terá para com as suas compatriotas expressões de afeto e de justiça que ponham em relevo as qualidades extraordinárias do seu espírito e do seu caráter.

Enquanto não chega essa doce hora de literatura francesa, para que o hábito das conferências não fique interrompido entre nós, retumba em um teatro a voz máscula de um orador político, também esse aureolado pelo nome brilhante de dois poetas, Alexandre Braga,¹²¹ seu pai, e Guilherme Braga,¹²² seu

121. Alexandre Braga (1829-1895), poeta e jornalista português, escreveu *Vozes de alma*, representativo do ideário poético de sua geração. Foi um dos criadores da revista portuense *Lira da Mocidade* (1849).

122. Guilherme Braga (1845-1874), tribuno e poeta português, autor de *O bispo*, *Heras e violetas*, *O mal de Delfina*, entre outros

tio, autor este último do delicioso volume das *Heras e violetas* e do célebre poema “O Bispo”, que tamanho alvoroço levantou no seu tempo. Como Ferri,¹²³ Gaffre, Clemenceau,¹²⁴ Jaurès,¹²⁵ Alexandre Braga vem de bandeira desfraldada batalhar pelas suas ideias; mas, presumo, não sentirá sob os pés o mesmo tapete macio que há de forrar o salão da bela Mme. Catulle Mendés. Ah, é que a política, conquanto poderosa, tem humores diversos e é toda erriçada, como um porco-espinho. Verdade é que muitas vezes simples motivos literários servem de alvo a setas envenenadas e disparadas sem se saber por quê; ainda quando a mão que as dardejia o faz com franqueza, vá lá; mas, quando se dissimula noutros propósitos, irresponsabilizando as suas alusões ferinas e injustas, é de fazer os alvejados arregalarem olhos de espanto. Senhor Deus, quanto mais vivo, mais adoro a franqueza e menos compreendo que se gaste tinta em pingos de reticências, quando se pode gastá-la em palavras claras e diretas.

títulos. Irmão de Alexandre Braga, foi redator chefe da *Gazeta Democrática*, o primeiro jornal republicano da cidade do Porto.

123. Enrico Ferri (1856-1929), criminologista e político italiano, um dos criadores da Escola Italiana de Criminologia Positiva. Socialista, fundou o jornal *Avanti*, órgão oficial do Partido Socialista Italiano, porém mais tarde apoiou o governo fascista de Benito Mussolini.

124. Georges Clemenceau (1841-1921), republicano radical de esquerda, fundou os jornais *La Justice* e *L'Aurore* e foi primeiro-ministro na França por duas vezes.

125. Jean Jaurès (1859-1914), socialista democrata, fundou o *L'Humanité*, que se tornaria o jornal oficial do Partido Comunista Francês.

E por falar em gastar tinta, muito se tem desperdiçado acerca deste impassível morro de Santo Antônio, por cujo dorso sobe agora uma ladeira empedrada, feita parece que ao acaso das circunstâncias. Vejo-o da mesa em que escrevo, envolto pela luz vermelha de um sol afogueado, que lhe queima a crosta barrenta e nua, fazendo ressaltar, a quem quiser vê-la, a miséria do seu corpo de mendigo. Ao menos, graças a não sei que influência, já do lado do convento o adornaram com um palmeiral. Foi um alívio para os passageiros dos bondes de Santa Teresa, que viam antes despenharem-se por aqueles barrancos crianças a quem o impulso da descida poderia pôr sobre os trilhos, embaixo das rodas de um carro. Mas, há melhor:

Noticiou um jornal que um sindicato de capitalistas ingleses mostra-se muito interessado em comprar este morro para construir nele um grande hotel e um grande parque. Já que o governo não o quer aproveitar, bom será que assim seja e quanto antes.

E que a nossa Prefeitura não pensa em dar àquele maravilhoso torrãozinho carioca uma forma brilhante e definitiva, vê-se muito bem pelas obras de pedreiro que está executando e que só podem aspirar a um destino: o de serem desmanchadas!

E, mais tarde ou mais cedo, isso terá de acontecer, quando, obedecendo a uma orientação artística e econômica, se levantar uma planta geral para o aformoseamento de todo o bairro. O trabalho de Penélope, fazer para desfazer, teve intuitos muito especiais para servir de exemplo a gentes de outras eras, outros gostos e outras necessidades.

O mesmo abandono, a mesma falta de critério no aproveitamento das qualidades naturais do solo para a realização de obras originais e talvez únicas em capitais como a nossa, está concorrendo para que a linda estrada em que eu moro se torne em pouco tempo uma rua banal e talvez, mesmo, desagradável. Entretanto, se tivessem explorado a tempo a situação *sui generis* deste caminho, ainda rústico, ele se teria visto sem grandes despesas, transformado em um dos mais belos passeios do Rio de Janeiro. Não teria sido preciso para isso senão um pouco de tino e de gosto.

Agora, se alguma coisa quiserem tentar nesse sentido, já serão precisos maiores gastos em desapropriações sérias...

Ora, pois, para que tem a gente olhos, senão para ver?

Mas, deixemos de parte os melhoramentos materiais da nossa terra para falar dos seus gostos de arte. Sábado, quando à noite me dirigi, ainda combalida e adontada para o Teatro Municipal, levava a certeza de ir encontrar a sala repleta de espectadores, tanto se fala aqui no nosso gosto pela música e no grande interesse que manifestamos pelos nossos artistas nacionais! Ora, era exatamente essa circunstância que me fazia prever a enchente: o concerto, à parte uma ária do *Fausto* de Gounod,¹²⁶ e que Mme. Kendall¹²⁷ cantou de um modo absolutamente perfeito e admirável, era constituído de

126. Charles Gounod (1818-1893), famoso compositor francês de óperas e músicas de cunho religioso.

127. A soprano Cândida da Nova Monteiro Kendall.

músicas dos nossos principais maestros: Nepomuceno, Francisco Braga, Henrique Oswald, Carlos Gomes, Gina de Araujo, Vera Dulce e Elpídio Pereira, organizador do concerto e maestro que aos seus finos méritos de artista, reúne as simpatias da sociedade, pelas gentilezas do seu trato. Desta vez, como em muitas outras, a minha expectativa fora iludida; se o salão do Municipal não estava vazio, estava muito longe de estar cheio e isso comunicou aos meus brios nativos uma sombra de mágoa. O que vale é que a plateia e as duas filas dos camarotes de luxo quase todos cheios, acariciadas pela excelência do programa e a sua execução, aqueceram o frio dos lugares vazios com o calor dos seus aplausos. Por mim, confesso que saí plenamente satisfeita e que tive ímpetos durante a audição de, rompendo com as convenções que impõem às senhoras uma atitude especial de reserva, pedir bis a mais de uma peça, figurando entre elas uma deliciosa composição de Elpídio Pereira – *Minha terra tem palmeiras* – e versos de Gonçalves Dias, e que o sr. De Larrigue de Faro¹²⁸ cantou muito bem.

26 de setembro de 1911

128. O barítono e professor de canto José de Larrigue de Faro.

Não sei já quando, mas não há muito tempo, li um artigo no *Jornal do Commercio* em que o seu autor expunha a ideia de se erigir em qualquer recanto verde de Santa Teresa uma herma ao médico que por tantos anos representou neste bairro o generoso papel de pai dos pobres: o dr. Constante Jardim.¹²⁹

Comoveu-me a lembrança, que achei encantadora, e fiquei-me à espera de a ver materializada na brancura de um mármore ou na rijeza de um bronze destinado a perpetuar na montanha desguarnecida o nobre perfil desse homem bom.

Íamos por fim ver prestar um preito público ao sacrifício e à bondade, e isso serviria também como testemunho da nossa civilização. Só grandes povos são capazes de tal justiça. Glorificar o esforço, a piedade despreziosa, o trabalho continuado de um indivíduo devotado ao alívio do sofrimento alheio sem disso fazer alarde, na simplicidade natural de um verdadeiro amigo da humanidade, oh, isso há de ser bem raro, em qualquer parte do mundo...

129. Médico e político ligado ao Partido Republicano no Rio de Janeiro.

Na verdade as cidades estão cheias de estátuas e de outros monumentos erguidos ao gênio dos escritores, ao tino dos estadistas, ao arrojo dos industriais ou à bravura dos guerreiros.

Quem se detiver junto ao pedestal de um destes verá frequentemente, na escultura dos seus baixos-relevos, cenas movimentadas de batalhas célebres, em que se contorcem soldados agonizantes sob patas de cavalos e coronhas de espingardas; sem pensar que a grande glória do herói perpetuada no alto, no bronze provocador dos tempos, surgiu desse amálgama de sangue, carnes pisadas, destruição; ódios de raça e sofrimento inimagináveis. O momento histórico desse feito assim cristalizado, ou antes petrificado, figura-se a muita gente que o observa como um fato bárbaro e que muitas vezes poderia ter sido evitado... Mas geralmente a glória do que está em cima, brandindo a espada nua à luz do sol, faz esquecer a dor irremediável dos humildes soldados sacrificados, mutilados, arfando na agonia tremenda dos últimos instantes, que juncam embaixo, nas quatro faces do monumento o chão duro da morte.

Qualquer transeunte que se detiver na contemplação dessa obra de arte não se apieda do martírio dos soldados sacrificados pela medonha carnificina, não vendo ali senão uma coisa: o fulgor do gesto decisivo de um general arrebatado e destemeroso.

Mas, se é justo que se preste homenagem à audácia dos grandes generais e preitos de admiração a espíritos bafejados pela graça superior da inspiração, como o dos poetas, dos historiadores e dos artistas, por que não se

há de também prestar igual homenagem a um homem que foi na Terra a personificação da bondade útil?

Dirão que a bondade é virtude que uma vontade bem dirigida e firme pode fazer possível, não em mãos de indivíduos, mas em pessoas mediocrementemente dotadas. Responderei que a essas pessoas tal prova de regeneração poderia servir de estímulo, e ainda estaria nisso uma razão poderosa para que ela fosse levada a efeito...

Realmente, há muita gente que não é tão boa quanto poderia ser, por falta unicamente de uma verdadeira compreensão da vida moral. Deixa essa gente na apatia qualidades que têm inconscientemente e que, aprimoradas pelo exercício, se refinariam até a perfeição. A mim, parece-me que a bondade perfeita aumentará de prestígio à proporção que o sentimento absorvente das vaidades modernas for assoberbando o mundo.

Imaginaí que encanto seria ver-se em uma capital febril, barulhenta e moderna como é a nossa, um grupo de adolescentes contemplando o busto de um homem de ciência e de talento superior só porque durante a sua trabalhosa vida ele soube ser sempre essa coisa tão simples e entretanto tão bela: um homem bom.

No seu pedestal, se se tratasse de uma estátua e não de um simples busto, poderiam figurar muito dignamente os emblemas da Piedade, da Abnegação, da Fraternidade e da Inteligência.

Mas não era só como um preito à bondade e à clemência que o articulista, se me não falha a memória, aventava a ideia de se executar um tal monumento em Santa Teresa, mas também como uma prova de grati-

dão pelo interesse e pelo impulso dado pelo incansável médico aos progressos materiais do bairro.

Basta, porém, ao meu espírito, tão conturbado pelas evidentes provas do egoísmo crescente e feroz da nossa sociedade, uma única razão para justificar tal consagração, a bondade. Sei que essa simples qualidade não faz vibrar de entusiasmo as multidões, mas sei também que na sua singeleza ela tem uma expressão redentora de que as sociedades cada vez vão precisando mais.

Tenho observado que nenhum homem exerce a caridade com tamanha abundância e tão despreziosamente como os médicos. Nesta época em que os minutos têm som de libras esterlinas, porque tudo se conta por dinheiro, é raro o médico que não dispensa algumas horas do seu dia para a pobreza ou que se negue a este ou àquele, porque não lhe pode remunerar os serviços. Filha de médico que fez sempre da sua profissão um verdadeiro sacerdócio, tenho podido desde criança observar este fato, que ulteriores cenas observadas, quer no consultório do pobre e saudoso dr. Chapot Prévost,¹³⁰ quer no do ilustre e incansável dr. Murtinho Nobre,¹³¹ têm confirmado de um modo positivo. Mes-

130. Eduardo Chapot Prévost (1864-1907), médico, natural de Cantagalo (RJ), era professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Notabilizou-se por realizar, em 1900, a primeira cirurgia no mundo para separar duas meninas xifópagas.

131. Natural de Corumbá (MS), Antônio Murtinho de Sousa Nobre (1878-1911) formou-se em medicina e farmácia, tendo clinicado no Rio de Janeiro e em São Paulo e presidido o Instituto

mo em Santa Teresa, assisti agora ao devotamento com que um dos seus médicos, o dr. Guilherme de Moura, se dedicou dia e noite à cura de um doente de quem não podia esperar nenhuma recompensa material. É justo que tais dedicações sejam reconhecidas e louvadas, para que não digamos só mal da humanidade...

É por isso que estimaria ver realizada a ideia do artigo a que me referi, e em que a alma da cidade pagaria o seu tributo de gratidão a um homem que tão generosamente a serviu.

E possa o espírito sugestivo da obra inspirar o escultor incumbido de a modelar!

—

Há aqui no Rio de Janeiro um grupo de artistas que me interessa vivamente: o das três irmãs Figueiredo.¹³² Parecidas, fisicamente, ardendo todas na paixão da mesma arte, animadas pelo mesmo ideal, vibrando ao sopro do mesmo entusiasmo, elas apresentam todavia a singularidade curiosa e notável de individualidades artísticas bem destacadas entre si.

Hahnemanniano do Brasil, instituição criada em 1859 para difundir no país a homeopatia. Era sobrinho do ministro da Fazenda de Campos Salles, Joaquim Murinho, também médico homeopata.

132. Suzana, Helena e Sílvia, filhas do pintor e escultor Aurélio Figueiredo e de Paulina de Capanema, filha do barão de Capanema. Com Celina Roxo, fundaram a Escola de Música Figueiredo Roxo, da qual se originou a atual Escola de Música Villa-Lobos, hoje pertencente ao estado do Rio de Janeiro.

Amanhã, duas dessas artistas, Suzana e Helena, farão o seu concerto anual no Salão dos Empregados no Comércio; e quem as ouvir com a atenção que o seu valor impõe verificará se a minha observação foi ou não justa.

É um milagre ver-se como no Rio florescem as artes, apesar da quase indiferença que o público vota aos artistas... Estes têm boa têmpera.

Não desanimam e fazem bem. Com pequenos intervalos temos agora os belos concertos de Carlos de Carvalho;¹³³ do Instituto e das irmãs Figueiredo. E ainda bem que os nossos artistas, seja qual for a sua especialidade, manifestam tamanha dedicação e tão grande coragem.

Se assim não fosse, teríamos agora o prazer de ver, depois de tantas e tão sucessivas exposições de pintura, esta exposição de quadros de Pedro Weingartner¹³⁴ em um salão do *Paiz*?

Sem coragem de lutar com o meio para o vencer, não só pelo amor dos seus ideais como pela obstinação do seu trabalho, os artistas não seriam nem os amantes nem os defensores da Arte, mas os seus coveiros!

133. Cantor lírico e professor de música, promovia concertos concorridos nas principais salas da cidade. Em um deles, a cantora brasileira Vera Janacópulos teria feito sua primeira apresentação.

134. Pedro Weingartner (1853-1929), pintor e gravurista teuto-brasileiro, nascido em Porto Alegre (RS), cuja obra funde elementos neoclássicos, românticos, naturalistas e realistas. Suas pinturas de inspiração regionalista retratam imigrantes e gaúchos em atividades típicas.

E desde que falei em arte com *a* grande, quero terminar estas linhas abraçando a artista incomparável, a grande poetisa que é Júlia Cortines,¹³⁵ pela sua volta à pátria, que ela tanto ama e tanto ilustra.

24 de outubro de 1911

135. Natural de Rio Bonito (RJ), seus primeiros livros foram *Versos* (1894) e *Vibrações* (1905). Segundo o crítico José Veríssimo, são poemas que “distanciam-se magnificamente da poesia de água de cheiro e de pó de arroz da musa feminina brasileira”.

Há dias em que parece entrar-nos em casa um diabrete invisível para se divertir à nossa custa, escondendo-nos as chaves das gavetas que exatamente precisamos abrir; mudando a posição dos livros nas estantes quando deles mais carecemos para uma consulta urgente; sumindo-nos as cartas a que temos necessidade de responder; fazendo-nos, enfim, toda a espécie de travessuras pírrentas de que lançamos a responsabilidade para as costas das crianças ou dos criados, na presunçosa certeza de que todas as coisas têm explicação, e de que a maior parte das vezes nem os criados nem as crianças têm culpa.

Mas nem sempre esse misterioso mafarrico se limita a mudar um guarda-chuva, por exemplo, do cabide da saleta de entrada para o recanto do manequim, na sala de costura, só pelo deleite de azedar almas e fazer de lares pacíficos lares atribulados pelo mau humor de buscas e de rebuliços injustos.

Algumas vezes também ele se imiscui, com toda a sutileza, em assuntos melindrosos, de ordem imaterial, e então a sua malícia chega a uma perversidade quase sinistra. E, com estas desordens, o nosso embaraço aumenta, porque não as podemos atribuir a outrem.

Não há homem grave que não tenha dito o seu disparate; não há mulher de espírito que não tenha tido alguma ocasião de parecer estúpida. Quando o relâmpago passa e o raciocínio se restabelece, o fato está consumado e o indivíduo já não tem tempo senão de perguntar-se a si próprio: mas como pude eu dizer semelhante barbaridade?!

Mas dizer, ainda assim, é pouca coisa, em comparação com o escrever, visto que a palavra falada voa e a escrita fica. Ora, conquanto a ponderação dos dedos seja mais pesada que a do cérebro, porque a pena é como que um conta-gotas da imaginação, ainda assim as palavras por vezes se precipitam, outras se diluem ou evaporam de todo antes de caírem no papel, quando não mudam de forma sem ter perdido, para isso, os elementos essenciais.

Ai, então, do escritor...

Foi o que me aconteceu na minha última crônica. Nessa ocasião, positivamente, o malicioso diabrete, em vez de se entreter pelo interior da casa, escondendo objetos materiais, achou preferível entrar no meu escritório e ocupar-se, de um modo mais original, em caçoar comigo. Esperou que eu estivesse com a pena na mão, e quando me viu bem absorvida, alterou a posição das letras de um nome que eu julgava muito convencidamente estar escrevendo, e que era – Melo – para outro: – Lemos; que não havia razão nenhuma para eu escrever! Com as mesmas letras, exceção de uma, transformou uma palavra em outra palavra e deixou-me entregue ao destino.

Não posso compreender como esse fato se passou, porque de mais a mais eu tinha justamente sobre a mesa, diante de mim, o livro do sr. Miguel Melo¹³⁶ – *Eça de Queirós*, de que citava até uma frase do prefácio.

O mais curioso é que repeti o erro, pois duas vezes escrevi esse mesmo nome dentro de um período curto, e só depois de impresso o artigo, lendo-o sossegadamente no meu jardim, à hora matinal, foi que me sobressaltei com a confusão e corri espavorida para a biblioteca, em busca do livro aludido. Teria eu sonhado? Seria efetivamente o livro de Miguel Lemos,¹³⁷ quando eu o supunha de Miguel Melo? Mas, não, mas, não! Cá estava o volume, bem patente sobre a secretária. De modo nenhum eu poderia ter confundido o nome do seu autor. E arregalava olhos de espanto em frente ao fato irreparável, sem poder achar-lhe a explicação. De repente vem um raio de alegria iluminar-lhe o espírito apreensivo. Tinha resolvido o problema: a confusão fora toda dos tipógrafos. Respirei com força, sentindo a minha consciência aliviada e feliz. Ah, os tipógrafos, que jornalista há que não se queixe deles? Respeitando o seu trabalho, o seu cansaço, as distrações naturais de quem copia

136. Escritor gaúcho (1877-1929), publicou em 1911 *Eça de Queirós: a obra e o homem*, primeiro estudo biográfico sobre o conhecido escritor português.

137. Filósofo positivista (1854-1917) que, junto com Teixeira Mendes e Benjamin Constant, fundou em 1876 a Sociedade Positivista do Brasil (depois Igreja Positivista do Brasil). Autor de *O positivismo e a escravidão moderna: trechos extrahidos das obras de Augusto Comte... e precedidos de uma introdução* (1884), *Pequenos ensaios positivistas* (1877) e *Luís de Camões* (1880), entre outros.

milhares de palavras em horas de fadiga e de sono, eu não os apoquento com retificações, nem reclamo se leio uma palavra ou outra trocada em meus artigos, e Deus sabe, entretanto, como isso me incomoda...

Quando tal acontece, porém, atiro desapiedadamente todas as responsabilidades para cima da minha pobre caligrafia, afogando em mim mesma todas essas decepções, de resto inevitáveis a quem trabalha para a imprensa.

Mas, o caso mudava agora totalmente de figura e eu reclamaria aos berros contra a alteração que, não só me prejudicava a mim, como ainda ia ferir um outro autor, que tem jus a toda a minha consideração e ao meu respeito.

Sentei-me à mesa, tremendo de indignação. O tinteiro escancarado abria o seio negro à minha angústia, convidando-me ao desabafo: e, na ânsia de uma reparação imediata, escrevi à administração desta folha uma carta interrogativa e queixosa, com pedido de retificação urgente.

Felizmente, essa carta ainda não tinha partido, quando alguém me vem dizer, avisado por um revisor do *Paiz*, que o engano tinha sido meu!

Não se supõe com facilidade o espanto de uma pessoa ao encontrar-se nas absurdas circunstâncias de se tornar repentinamente de acusadora em ré, com mais grave culpa, do mesmo crime que profliga, e do qual não encontra razão explicativa.

Eu não tornei a ver os meus originais, mas, se o revisor, prevendo o meu assombro e naturalmente a

minha queixa condenatória, se apressou em me fazer ciente do meu engano (infelizmente quando ele era já irremediável), era porque o erro fora meu, e nada me restava senão confessar a culpa, batendo três vezes no peito com a maior contrição.

É o que estou fazendo.

—

Fui há dias convidada por uma amiga para ir em sua companhia ver um estabelecimento industrial que interessa muito particularmente às donas de casa: a Lavanderia Higiénica da rua do General Polidoro. O assunto daria para uma crônica de vinte tiras de almoço, se eu tivesse agora espaço para obedecer a todas as suas sugestões: comparação desse edifício amplo, claro, feito propositadamente para o fim que preenche, com os quartos de cortiço onde ordinariamente se amontoam as roupas dos fregueses e as dos moradores do compartimento; as tinas de pequena capacidade, em cuja água parada as lavadeiras da cidade mergulham as peças de várias procedências e vária utilidade, com os grandes cilindros rotativos, de água renovada, e onde o linho não sofre atritos de nenhuma espécie; falaria das vantagens da sua estufa de desinfecção; dos seus maquinismos simples, modernos, movidos por eletricidade; das suas operárias de aspecto são, bem escolhidas, e entoaria um hino de louvor à iniciativa dos seus proprietários, moços cheios de confiança no futuro e de entusiasmo pelos progressos da nossa cidade.

E nos grandes centros como é o Rio de Janeiro, onde não podemos gozar as delícias de termos a nossa roupa branca lavada nas águas cristalinas de um rio, e corada sobre estendais de madressilva cheirosa, já é uma delícia podermos contar com uma lavanderia, onde se não usam os terríveis ingredientes de que abusam as particulares, como a tal “água sanitária” despedaçadora do linho, e em que este linho não sofre perigo de contágios nem corre o risco de nos trazer para casa certas pragas, infelizmente frequentes nas alcovas apertadas dos cortiços promíscuos. Na impossibilidade material de me deter neste assunto, não quero, entretanto, deixar de enviar daqui os meus cumprimentos aos organizadores da Lavanderia Higiênica, srs. Machado, Christophe & C.

9 de janeiro de 1912

Dia 11, quinta-feira – depois
de ter voltado de um giro pela
cidade, e de ter lido os boletins
sobre o bombardeamento da Bahia,
à porta dos jornais.

Nos meus ideais maternos pedi sempre a Deus que afastasse do espírito de meus filhos pendorres para a política, tão negra e sórdida essa coisa se me afigurou sempre neste belo país, em que abri os olhos à luz do dia. Houve, porém, uma época de atividade pacífica e criadora, que me fez voltar para alguns estadistas brasileiros um olhar de curiosa admiração e simpatia – foi durante o governo do benemérito dr. Rodrigues Alves, a cuja ponderação, atividade e firmeza devemos o único período perfeito que temos tido na República.

É lamentável que, dado tão belo exemplo, a nossa vida tivesse retrogradado, aos saltos de canguru doido, até a selvageria dos dias atuais, em que não há sossego, nem confiança, mas só o temor do esfacelamento e da suprema angústia nacional. Nesta emergência, ninguém que tenha voz deixará de queixar-se, na certeza

de que, se às próprias águas do Niágara se poderia pôr um dique, se disso dependesse o salvamento de uma população ameaçada, com maior facilidade se poderá estancar esta corrente de absurdos impatrióticos que se vai alastrando pelo país inteiro, com o grave risco de o fragmentar.

Que seria preciso fazer para que o clamor de indignação e de susto em que nos confundimos se convertesse repentinamente em um hino de gratidão e de louvor? Talvez um simples gesto... Mas os gestos decisivos são mais raros do que a neve nos trópicos, e a mão que o deve executar, chegado o momento da ação, queda-se quase sempre imóvel, supondo-se algemada pelas manilhas de ferro do seu partido, e que a maior parte das vezes só é a da sua vaidade.

Eu não sei se a renúncia do presidente da República, anunciada por esse repórter imponderável e ativo, ousado e diabólico que se chama o Boato, alteraria o curso destas tempestades; mas, como me têm ensinado que em uma república presidencial toda a responsabilidade dos fatos recai sobre a cabeça do chefe da Nação, permito-me supor que o ambiente se transformaria com isso radicalmente. Assim como está, verdadeiramente asfixiante, é que ele não pode durar muito.

Dizem que cada povo tem o governo que merece, e nesse caso não nos poderemos queixar daquele que dirige agora os destinos do Brasil.

O que me parece evidente é que nos falta qualquer qualidade, seja de cultura, ou de patriotismo, ou de sentimento de justiça, com que nos façamos respeitar

pelos nossos governos; do contrário, não se bombardeariam cidades, fazendo afogar na mesma onda de sangue inocentes e culpados, gente de guerra e gente de paz! E em nome de quê? Só da política, e de política pessoal. Mais nada. Que belo espetáculo para o mundo civilizado!

No liquidar das contas – porque tudo tem fim, conheceremos toda a extensão dos nossos prejuízos; mas, então será tarde para os remediar ou redimir. Que se fará até lá?

Em geral, nas crises de família organiza-se uma assembleia de todos os seus membros, e procura-se de comum acordo chegar-se a uma solução digna e urgente. Submetido o caso à discussão geral, salta às vezes a palavra que o ilumina e resolve da boca de uma criança. Por quê? Porque era essa a pessoa isenta ali das paixões que o complicavam, a pessoa inocente que não tomara parte na discussão, senão na ocasião oportuna, observando o fato discutido sob o influxo da sua pureza, da sua imparcialidade e da sua lógica.

Desgraçadamente, tais vozes nunca são ouvidas nos dias de tempestades políticas, em que revolteiam despeitos no ar; em que se debatem sentimentos pessoais infimamente mesquinhos; em que os mandões irritados mais se inflamam, e em que todos menos se entendem!

De que peito sairá a palavra da verdade e da redenção?

Faltam-nos estadistas superiores, em que o povo tenha fé. Olha-se alucinadamente para todos os lados, e de nenhum deles se vê surgir quem tenha em si o poder

maravilhoso de aplacar ódios e assegurar à pátria um largo período de paz e de felicidade.

Dizem que os homens aparecem nas ocasiões. Francamente: que melhor oportunidade haveria para isso do que esta?

Que tristeza. E que vergonha...

—

Dia 13, sábado – depois
de ter lido no *Paiz* a carta
do ministro da Marinha,
almirante Marques de Leão,
ao sr. presidente da República.

Fui injusta para com os homens do meu país.

A dor não tem a faculdade de facetar e aperfeiçoar as almas, senão depois de adormecida. Na crise da sua maior violência, ela vê tudo sob o mesmo aspecto de cólera ou de inclemência. Quando há dois dias escrevi as minhas palavras de angústia, erguendo nas mãos trêmulas a velha lanterna de Diógenes¹³⁸ à procura de um homem justo, eu tinha os olhos nublados por uma espessa névoa de lágrimas, e talvez por isso não me foi

138. Referência ao filósofo grego Diógenes de Sinope (404 ou 412 a.C.-323 a.C.), também conhecido como Diógenes, “o Cínico”, que saía, em plena luz do dia, com uma lamparina em busca de homens honestos, os “verdadeiros homens”. Conta-se que seus únicos bens eram um alforje, um bastão e uma tigela, símbolos de desapego e da autossuficiência.

dado descortinar vultos sinceros nos vastos arraiais da nossa desoladora política. Mas esta carta que eu acabo de ler não revela um caráter à parte e um coração de patriota mais pronto a sacrificar-se do que a transigir com fatos com que não está de acordo?

Que nos valha ao menos esta consolação!

—

Dia 14, domingo – depois de ter lido nos jornais a notícia da sessão de sábado no Supremo Tribunal, em que Rui Barbosa¹³⁹ impetrou *habeas-corpus* em favor Do sr. Aurélio Viana.¹⁴⁰

A prudência dos senhores ministros, determinando esperar até a sessão do dia 27 para deliberarem sobre um assunto de tamanha urgência, faz-me pensar que teremos nestes treze dias tempo de sobra, não só para as informações de que o tribunal precisa, como para o completo arrasamento da pobre capital baiana...

139. Rui Barbosa (1849-1923), o famoso jurista, político e escritor, natural de Salvador (BA).

140. Aurélio Rodrigues Viana (1864-1919), presidente da assembleia estadual da Bahia, assumiu o governo após a renúncia do governador João Ferreira de Araújo Pinho e se envolveu em violento conflito com as forças políticas chefiadas por J. J. Seabra, as quais, apoiadas pelo governo federal, o destituíram depois de bombardearem Salvador.

Tanto se tem vivido, tanto se tem estudado, e como são ainda certas coisas imprevistas e confusas!

Eu não me pejo de confessar minha ignorância política; e é por isso que tenho indagado qual pode ser o objetivo destas desastradas intervenções militares nos estados. Qual será o fito desejado – a ditadura militar?

Seja o que for, há uma sombra que cresce diante de nossos olhos...

16 de janeiro de 1912

Vale bem a pena fugir-se às vezes da realidade das coisas e buscar-se nos misteriosos arcanos do futuro ou nas memórias do passado o esquecimento ou o alívio dos desgostos que por desventura nos ofereçam os dias da atualidade.

Foi o que eu fiz a semana passada, subindo pela primeira vez em minha vida os velhos degraus do grave e provector Instituto Histórico e Geográfico¹⁴¹ desta cidade.

Dentro daquele enorme casarão, cujas paredes internas são tão grossas que um homem, com uma broca, não conseguiu perfurar uma delas, durante muitas e consecutivas horas de trabalho, eu estaria dentro da minha Terra, mas longe do meu tempo e em face de outras individualidades já esquecidas.

Há muito que me canta no espírito o desejo de dar corpo, em uma peça de teatro, à figura rechonchuda e

141. A autora se refere ao prédio seiscentista do Convento do Carmo, na praça XV de Novembro, cujo terceiro pavimento sediou, de 1849 a 1913, o IHGB, instituição criada em 21 de outubro de 1838 para “coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”.

real de d. João VI e à do nosso padre José Maurício.¹⁴² A ocasião era bem oportuna para ir ao encontro desses senhores, até perto dos quais me faria chegar a bondosa paciência e a infatigável memória do dr. Vieira Fazenda.

Nessa esperança subi, em bicos de pés, com respeitosa prudência, os três lances da velha escadaria despida de tapetes, com receio de que não fossem os meus passos perturbar qualquer devaneio filosófico do sr. d. Pedro II ou qualquer meditação estudiosa do grande José Bonifácio.¹⁴³

O hábito de fazer romances dá ao escritor a propriedade de chegar a crer na realidade de próprias figuras de ficção, quanto mais nas outras que já tiveram forma e ação nesta vida terrena! O costume de matar, de fazer ressuscitar criaturas humanas, com a maravilhosa facilidade de que nem a natureza dispõe, faz do romancista a criatura mais impressionável da Terra. Eu ia certa de topar, quer passeando pelas galerias, quer recostados nas velhas cadeiras da biblioteca, esses doces fantasmas veneráveis da nossa história, a

142. José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), natural do Rio de Janeiro e descendente de escravos, foi mestre de capela, organista da Sé do Rio de Janeiro e, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, foi nomeado por d. João VI diretor da Capela Real. É um dos nomes mais representativos da música brasileira e o principal compositor de sua geração.

143. José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o “Patriarca da Independência”. Natural de Santos (SP), era naturalista, geólogo e político, tendo desempenhado papel decisivo nos acontecimentos que levaram o Brasil a se separar de Portugal.

quem, do fundo da minha alma patriota e tristemente agitada, queria pedir consolação... e conselho.

Mas, logo no topo da escada, tive uma desilusão. Nenhum cavalheiro antigo viera sacudir a meus pés a pluma do seu gorro fidalgo. Não me julgaria Pedro Álvares suficientemente ilustre para me vir dar, à entrada, as boas-vindas?

Na minha frente estendia-se um largo e longo corredor arejado por janelas abertas e forrado de prateleiras divididas em vários compartimentos cheios de pacotes claros feitos com papel novo.

Aspirei com força o ar, a ver se percebia nele o cheiro, a antiguidade ou qualquer vago aroma que me denunciasse vestido ou turbante de rainha ou princesa que por ali tivesse passado; mas o trabalho das minhas narinas fora perfeitamente inútil: o ar traspassado pela radiosa luz do sol não guardava em si reminiscência de coisas fugidias...

Desconfiei de mim.

A minha sensibilidade, que me traz uma constante vibração, parecia-me completamente embotada. Naquele ambiente, em que eu esperava sentir-me como num cemitério de coisas vivas, porque o espírito não morre e os fatos ali registrados representam na sua consumação como que movimentos apenas paralisados – eu me sentia, entretanto, na mais banal situação! Em todo caso, continuei a percorrer as salas em busca da emoção desejada...

Folhee para isso grandes livros; vi as velhas gravuras do Rio de Janeiro primitivo, com as suas senhoras

decotadas, as suas mucamas costurando agachadas no chão, e as suas burguesas em mangas de camisa, recostadas nas janelas baixas das vivendas ao rés do chão, com ventarolas descaídas nas mãos moles, a falarem para a rua com as vendedoras de doces ou de bugiganças. O próprio Debret¹⁴⁴ não conseguiu transportar-me aos tempos que descrevia, e caminhei para diante farejando o ar, volvendo para todos os lados o olhar curioso. Nada encontrava. Estaria em mim o defeito ou de fato tudo no passado estaria efetivamente morto?

Encontrei-me com esta interrogação em frente a um armário envidraçado, cheio de máscaras de gesso de brasileiros ilustres. Algumas delas guardam ainda pelos de barba brancos, pretos ou grisalhos. Nesse instante, senti como o despertar de qualquer coisa dentro do meu peito, mas, essa coisa recaiu logo na sua apatia desanimadora e estúpida. Eu tinha passado a ver algumas peças do mobiliário do Paço Imperial,¹⁴⁵ dis-

144. Jean-Baptiste Debret (1768-1848), pintor e desenhista, é o mais conhecido dos integrantes da Missão Artística Francesa que veio para o Brasil em 1816, a convite de d. João VI. Além de servir ao governo, fazendo pinturas oficiais e cenários, e ajudar a criar a Real Academia de Artes, legou ao país um dos mais importantes registros iconográficos de sua época, em parte publicado no livro *Viagem histórica e pitoresca ao Brasil*.

145. Projetado por José Fernandes Alpoim, o Paço Imperial foi construído entre 1733 e 1743, no largo do Carmo ou da Polé (atual praça XV de Novembro), para residência dos governadores, tornando-se depois residência dos vice-reis e sede do Reino (Paço Real) e do Império. Nos anos oitenta do século passado, o prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que ali mantém um importante centro cultural.

seminadas por vários pontos do compartimento; palpei com dedos indiferentes as bandeiras coloridas e sebosas do Paraguai, ondulando à beira de uma janela aberta; vi outras relíquias dentro ou fora de mostradores, mas, tudo isso sem a menor perturbação, falando alto, muito afastada desse delicioso e vago instinto que em certos momentos nos faz sentir no vácuo alguma coisa ou alguém que nos acompanha, nos sorri...

Revoltei-me. Para onde teria fugido a minha imaginação, que assim me deixava em uma hora tão grave? Pudesse eu sabê-lo! E como a imaginação não era coisa que eu mandasse procurar por ninguém, resignei-me à impassibilidade anormal que me afligia, porque bem percebi ser contra ela inútil qualquer esforço.

Havia evidentemente uma razão qualquer de desarmonia, prejudicando a feição daquele interior feito para a ordem e para as lembranças de outros tempos. E era talvez essa desarmonia que me enchia de perplexidade e de abatimento.

As flechas ervadas dos índios, como que ameaçavam, do alto das paredes, as cadeiras burguesas, sem gosto e sem estilo, do velho Paço Imperial. Na promiscuidade em que se achavam, apertadas em compartimentos insuficientemente espaçosos, todas aquelas coisas de várias expressões, várias épocas e vária utilidade não podiam sugerir a ninguém senão confusão e balbúrdia.

Percebi:

Numa sala em que muitas pessoas reunidas falassem alto ao mesmo tempo, ninguém que entrasse de

fora poderia apreender um único som distinto e orientador do que dissessem. Na massa atordoadora e confusa de vozes não encontraria, pois, motivo de interesse nem de prazer.

E, ora aí estava a razão da minha indiferença. Todas aquelas coisas teriam naturalmente uma voz distinta, mas, se falasse cada uma por sua vez: assim misturadas, exprimindo-se umas em vernáculo e outras em tupi, como poderia o meu fraco entendimento discriminá-las?

Queixei-me dessa confusão ao secretário do instituto, sr. Max Fleiuss,¹⁴⁶ que é, segundo ouço dizer, alma e vida daquele organismo todo, e vi-lhe logo resplandecer o olhar e iluminar-se-lhe a fronte ao mesmo tempo que me convidava a ir à secretaria ver a planta do belo edifício que esperavam construir dentro de pouco tempo, com todos os requisitos indispensáveis: comodidades para arquivos, biblioteca, museus, etc.

Já nada resiste à onda do modernismo e do conforto! O próprio passado requer para sua moradia uma instalação mais digna dos seus méritos; e como cada vez ele será maior, porque o passado é um defunto que engorda com o correr dos anos, é justo que se lhe dê o que ele com tamanha justiça requer.

146. Jornalista diplomado em direito e historiador, Max Fleiuss (1868-1943), autor de *Páginas brasileiras, crítica, teoria e história literárias* (1919) e *História administrativa do Brasil* (1922). Era filho do grande caricaturista Henrique Fleiuss.

Quando o instituto tiver o seu palácio, estou certa de que nas suas galerias perpassarão as doces sombras que busquemos, e que o escritor que ali entre em visita a qualquer dessas personagens históricas, embora não prescindia do conselho e do auxílio do dr. Vieira Fazenda, que é um verdadeiro catálogo vivo, poderá confabular com essa mesma personagem, livre do intrometimento de tantas outras que o embarçam!

—

Acabo de ler, na *Noite*, um projeto de embelezamento para Santa Teresa, apresentado pelo ilustre dr. José Mariano.¹⁴⁷ O assunto desperta em mim, que tenho verdadeira paixão por esse bairro, o mais ardente entusiasmo, para que eu deixasse de lhe fazer referência. Permitir-me-ei algumas observações na minha próxima crônica, desejando que, entretanto, essa ideia tenha encontrado no sr. prefeito o acolhimento e a consideração que ela merece.

147. José Mariano Carneiro da Cunha Filho (1881-1946), natural de Recife e formado em medicina, era estudioso das artes e da arquitetura. Esta última, segundo sustentou em artigos e livros, entre os quais *À margem do problema arquitetônico nacional* (1943), deveria se adequar à realidade brasileira, sobretudo no aspecto ambiental. Sua residência, o majestoso Solar Monjope, construído, em estilo neocolonial, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas e ao Parque Lage (e demolido nos anos setenta do século passado para a construção de um condomínio de luxo), é um exemplo desse conceito. José Mariano foi também diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

Ora, até que afinal alguém se lembrou de Santa Teresa, e de um modo digno dela!

23 de janeiro de 1912

Caminhar pelas ruas de Santa Teresa num dia de verão às horas de sol quente é uma história que só pode saber bem a monges carecidos dos agrídoces flagícios da penitência.

Quem não tenha grandes ambições de bem-estar na vida eterna será de bom conselho desistir de semelhante empresa ou adiar tais caminhadas para os instantes do crepúsculo ou do alvorecer.

Já tenho dito várias vezes, sempre que me posso referir a este velho bairro, a que tão bem caberia a doce e refrigerante denominação de umbroso, que não há em todo o Rio de Janeiro outro mais desabrigado nem mais nu. A montanha verde, em que deveriam chilrear aves felizes e murmurar águas frescas, só tem árvores e flores dentro das suas chácaras e dos seus quintais.

A própria floresta natural perde os seus mais belos exemplares de plantas vigorosas pela devastação do machado ou das tempestades, sem que os guardas florestais, que ninguém vê nem conhece nas altas regiões

entre a Carioca¹⁴⁸ e as Paineiras,¹⁴⁹ as defendam nem as replantem.

Quem já tenha percorrido a rua Aprazível de ponta a ponta, aí pelo meio-dia, ou tenha descido até a cidade pela rua do Aqueduto, ou mesmo pela de Monte Alegre, dirá se minto.

As calçadas imprimem às solas das botinas verdadeiros sinapismos de esfolar a pele dos pés, ao mesmo tempo que a luz ampla e forte ofende a retina numa ofuscação estonteadora, quase dolorosa.

Basta dizer que não há bairro hoje nesta capital que não tenha o seu jardim público com o competente coreto para música domingueira. Santa Teresa não tem nada.

Mas, confesso, cada vez que peço árvores para as descascadas ruas desta linda montanha, verdadeiro miradouro da formosa Guanabara¹⁵⁰ e de toda a cidade que se derrama a seus pés, assalta-me um medo atroz de que façam a arborização de um modo incompleto, sem estudos prévios, de que possam tirar todo o partido que oferece um local tão privilegiado! Foi por isso com um sobressalto de alegria que li há dias um pro-

148. Serra na Floresta da Tijuca onde nasce o rio de mesmo nome: depois de passar pelos bairros de Silvestre, Cosme Velho, Laranjeiras e Catete, deságua na baía de Guanabara, na altura da praia do Flamengo.

149. Área do Parque Nacional da Tijuca situada na Serra da Carioca.

150. A baía em torno da qual a cidade do Rio de Janeiro começou a se formar.

jeto de embelezamento, firmado pelo dr. José Mariano Filho, com relação a tão lindo e tão abandonado lugar.

Vê-se que esse projeto obedeceu a um estudo sério e que foi iluminado pelo gosto de um verdadeiro artista. Infelizmente, eu não espero vê-lo adaptado nem realizado tão cedo, pela simples razão de ser completo.

Nós não temos coragem para as obras definitivas. O medo que temos de gastar dinheiro com objetos úteis, de benefício geral, só pode ser equiparado à facilidade que temos em gastá-lo com assuntos, a bem dizer, de interesses individuais e partidários. Pois é pena.

Bom seria que o governo aproveitasse desde já a boa vontade deste brasileiro, cuja competência o próprio projeto evidencia, para o fazer transformar um trecho da cidade, destinado pela natureza a ser a sua maior maravilha, e que está ainda, como uma preciosa pedra bruta, à espera do seu lapidário.

A estrada que, serpeando morro acima, levasse o viajante desde o viaduto dos Arcos¹⁵¹ até o alto do Silvestre,¹⁵² ou até as doçuras inigualáveis do Sumaré,¹⁵³ sendo feita como a descreve o dr. José Mariano, seria

151. Em 1896, com a desativação do aqueduto, devido à criação de novos meios de abastecimento de água, os Arcos da Lapa passaram a ser utilizados como viaduto para os bondes elétricos.

152. Bairro não oficial da cidade, situado no final de Santa Teresa, ao sopé dos morros Corcovado, Sumaré e Dona Marta.

153. Morro com mais de 700 metros de altitude, margeia os bairros Silvestre, Santa Teresa, Rio Comprido, Tijuca, Usina e Alto da Boa Vista.

talvez no seu gênero a obra de arte de maior beleza e de maior poesia no mundo inteiro.

E deixemo-nos de modéstias e de fazer pouco caso do que é nosso, porque sempre é um prazer ter a gente certeza de certas superioridades.

Apuremos a fibra do bairrismo no sentido de melhorar quanto possamos as condições de beleza da nossa cidade, certos de que com isso nada teremos a perder, mas, tudo a ganhar.

Há, porém, um problema que não cogitou o autor do projeto em questão, e que está pedindo de mãos postas que o resolvam de parceria com o outro: é o do morro de Santo Antônio.¹⁵⁴ Ah, eu ainda não desanimei, nem deixarei de clamar a favor do infeliz, sempre que se me depare ocasião para isso; e esta é magnífica!

Ligados pelo aqueduto dos Arcos – que o projeto pretende transformar em um largo viaduto –, os dois

154. Situado na antiga freguesia (bairro) de Santo Antônio, no centro histórico da cidade, o morro de Santo Antônio e o vizinho morro do Castelo tornaram-se nas últimas décadas do século XIX as primeiras áreas da cidade com aspecto de favela (embora se considere o morro da Favela, atual morro da Providência, a primeira favela). Segundo Luiz Edmundo, no vol. 2 de *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938), “as moradas são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos, andrajosas e tristes como os seus moradores. Por elas vivem mendigos, (...), capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte; mulheres sem arrimo de parentes, (...), porém, o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus...”. Na passagem para o século XX, o morro exibia um dos maiores índices de mortalidade da cidade.

morros de Santa Teresa¹⁵⁵ e Santo Antônio formam como que os dois seios da nossa capital. Abstraindo da ideia de que um destes peitos é maior do que o outro, não é justo, ainda assim, que a um se dê tudo de que ele carece e ao outro não se dê coisa nenhuma!

A minha opinião é que o sr. dr. José Mariano deve completar agora os seus estudos, fazendo com que a linda estrada que delineou para Santa Teresa, e que mais tarde ou mais cedo terá de ser feita (e neste caso melhor seria que o fosse já), irradie a sua beleza, além do viaduto, por avenidas circulares, terraços floridos e o parque que em cima coroasse com o seu diadema de esmeraldas o pobre morro de Santo Antonio.

Note-se, para inteiro conhecimento da minha imparcialidade, que visto à noite das minhas janelas o morro de Santo Antônio, tosco e sem iluminação como está, dá uma impressão de encanto muito singular e de grande poesia, dentro do panorama luminoso de todo o resto da cidade. Mas como a minha veleidade não me faz chegar ao ponto de pensar que o Rio de Janeiro foi feito para mim só, não cessarei de pedir para o bem de todos que tratem afinal de civilizar aquela dura terra de crosta vermelha, que à menor enxurrada se desfaz em ondas de sangue com que atola as ruas e praças da cidade baixa.

Não ousa já com ânimo tranquilo solicitar os prefeitos para este assunto, a que todos eles têm ligado

155. Antigo morro do Desterro, nele se formou o bairro de Santa Teresa.

uma atenção vaga, ou antes: a que nenhum deles ainda prestou nenhuma atenção. De resto, o pobre Santo Antônio perdeu a faculdade de realizar milagres, e até parece vítima de bruxedos; será talvez por isso melhor deixá-lo a sós com a sua miséria e a sua má fama...

Mas agora que alguém olha com imprevisto carinho para Santa Teresa, a minha pena, ainda surpreendida, não pode deixar de apontar semelhante fato como um fenômeno que a enche de espanto, e de pedir ainda uma vez misericórdia para o infeliz.

Louvado seja Deus, que ainda há quem tenha olhos de artista nesta nossa terra!

Agora mesmo, à hora em que escrevo estas linhas, levantando casualmente os olhos para a janela aberta em minha frente, deparei com um dos quadros mais belos que tenho visto em minha vida. Além da baía cor de ardósia, num fundo iluminado de céu cor de ouro e verde-claro toda a enorme faixa da serra dos Órgãos se desenha em azul negro com todas as suas saliências e contornos maravilhosamente bem acentuados e visíveis. É um esplendor. Para que esse espetáculo, e tantos outros lindíssimos de aspectos diferentes sejam facilitados a muito maior número de pessoas, é que o dr. José Mariano quer fazer das estradas de Santa Teresa caminhos suaves, a cuja sombra cheirosa seja doce parar para se ver o que há de lindo a ver-se na deliciosa montanha.

É teimar; é teimar!... Quem sabe?

30 de janeiro de 1912

Foi uma acertada resolução a que levou o sr. dr. Júlio Furtado, diretor de Matas e Jardins do Rio de Janeiro, a visitar as capitais Santiago do Chile, Buenos Aires e Montevidéu. Ornamentador da nossa cidade, S. Ex.^a procurou certamente com essa viagem, não só repousar dos seus consecutivos labores, como renovar também a sua visão artística.

Na verdade, um homem encarregado de embelezar uma cidade de tão variados aspectos, como esta em que vivemos, precisa mais do que ninguém observar com toda a atenção modelos, estilos e práticas diferentes das que emprega, com o mesmo critério que leva escultores e pintores a procurar incentivo e lição em museus de arte de outros países.

O Rio é uma tela enorme e muito desigual, para poder ser pintada toda ela por pinceladas homogêneas. Cada arrabalde tem uma feição especial e requer para a planta dos seus parques ou a arborização das suas ruas desenhos e árvores condizentes com o seu modo natural de ser. À beira das praias a paisagem terá forçosamente de ser organizada de um modo diverso daquela que tenha de aformosear a estreiteza de um vale, como as Laranjeiras, ou a amplidão

de planícies secas, como as dos subúrbios, ou o solo arredondado de montanhas, como Santa Teresa. Cada um dos nossos bairros pode ser considerado como uma cidade de condições especiais e à parte; estudar o seu caráter, guarnecê-lo com distinção, mas com um estilo que lhe seja adequado, é uma empresa que só pode ser realizada por quem tenha do mundo variado e das coisas um conhecimento direto e não apenas teórico. Todos nós sabemos que os livros, as gravuras e os mestres ensinam muito, principalmente a quem já tenha aptidões individuais bem acentuadas para o gênero de arte a que se dedica; mas não ensinam tudo. O ar, o sol, as areias, os hábitos de cada país dão com a sua cor, o seu ambiente, uma alma nova mesmo às coisas velhas, fazendo-as sugerir gostos e ideias aproveitáveis.

Se o sr. dr. Júlio Furtado tivesse lido sempre as crônicas que todas as terças-feiras *O Paiz* publica neste lugar, ter-se-ia lembrado simultaneamente do morro de Santo Antônio e de mim, ao passear pelo cerro de Santa Lúcia, na capital do Chile, que ele diz ser “um dos mais belos trabalhos de arquitetura paisagista que temos visto”.

Observaria então que não fui injusta para com esse abandonado torrão carioca, comparando-o ao morro chileno e desejando para ele adornos semelhantes, senão melhores.

Chamamos já o Rio, com justificado orgulho, uma cidade de jardins; mas não é preciso pensar muito para verificar que precisamos ainda de muitos mais. Prin-

principalmente precisamos de árvores de sombra. Grande parte, senão todos os subúrbios poderiam ser transformados num bosque, e para isso só haveria o trabalho de arborizar ruas, praças e estradas com exemplares de plantas robustas, de grande copa.

Quem se perde por aqueles sítios à hora do sol em dia quente – e lembremo-nos de que o nosso clima é tropical e por isso os dias frescos são nele exceção – ou volta para casa sem pele, ou cambaleia de insolação e tem de ser recolhido a qualquer farmácia até que o sol abrande...

Tendo necessidades opostas e opostas aparências, cada um dos nossos bairros requer carinhos e atenções especiais. O Rio de Janeiro não é uma cidade, é um país, em que cada arrabalde representa o papel de uma outra terra, onde até a própria língua sofre às vezes alterações singulares...

A viagem do diretor das suas matas e dos seus jardins a países estrangeiros só lhe pode trazer benefícios. Todos os que trabalham e se interessam pelos progressos do seu país encontram sempre novos recursos de ação eficaz nas viagens em que há pretexto para renovação de ideias e para estudo. O dr. Júlio Furtado condensou em um pequeno volume nitidamente impresso, de que agradeço um exemplar, as suas impressões sobre Santiago, Buenos Aires e Montevidéu.

Domingos Barbosa,¹⁵⁶ da Academia Maranhense, mandou-me também um livro seu – *Silhuetas* – que li com vivo interesse da primeira até a última linha e sem interrupção, tanto me agradou o seu estilo claro e desprezioso. São doze capítulos, fixando cada um deles o tipo de um homem superior desse estado intelectual, mas fixando com traços em que a delicadeza e a admiração fazem ressaltar as qualidades dos retratados. Deram-me esses capítulos o duplo prazer de uma agradável leitura e de ficar conhecendo maranhenses ilustres.

De Paulo Barreto, dois livros! Este escritor fecundo não se contenta de publicar uma obra isoladamente – manda-as logo aos pares! Principiou há tão poucos anos e tem já no catálogo quinze volumes, fora os que terá nas gavetas da sua secretária e da sua fantasia. Eu acho fantástico como neste país de tanto calor e de outras calamidades ainda mais desanimadoras, um escritor, que é ao mesmo tempo um jornalista ativíssimo, possa escrever tantos livros conservando s... [ilegível] o seu estilo leve, mo... [ilegível].

E por n... [ilegível] dois livros de Paulo Barreto meus cumprimentos à literatura nacional, que não dei-

156. Domingos Quadros Barbosa Álvares (1880-1946), natural de São Bento, no Maranhão. Autor também de *O dominó vermelho* (1909) e *Contos da minha terra* (1911).

xa de ser uma senhora muito egoísta – porque recebe muito... e não dá nada.

O carnaval nunca me divertiu excessivamente, posto que nele só me aborreça e me irrite os nervos o barulho infernal dos batuques e zé-pereiras, mas reconheço que, sendo ele, como de fato é, a nossa única festa popular anual, é unicamente no seu tríduo ruidoso que a nossa população tristonha, macambúzia e sempre *nero-vestita*¹⁵⁷ expansivamente se diverte.

Ora, privar uma população inteira da única festa que a alegra, que a transfigura, que a faz abandonar por umas três dezenas de horas a sua ingênita melancolia, é uma crueldade e uma inépcia. Algumas pessoas, aliás, bem-intencionadas, tentaram fazer transferir os folguedos do carnaval em homenagem à memória do Grande Chanceler, prolongando assim o luto da Nação e o sentimento da saudade viva do morto imortal.

Mas o sentimento não se impõe a ninguém, e muito menos às massas.

Tendo prestado a Rio Branco¹⁵⁸ todas as homenagens – que era possível prestar-lhe – com visível recolhimento e sinceridade, durante os sete dias do costume, o povo entendeu – e convenhamos que não

157. Vestida de negro.

158. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, “patrono da diplomacia brasileira”, faleceu no dia 10 de fevereiro de 1912, exatamente uma semana antes de se iniciar o carnaval.

entendeu mal, porque a vida da Nação continua por mais falta que lhe façam os seus filhos ilustres que desaparecem – que do oitavo dia em diante podia retomar os seus hábitos e prosseguir a marcha da sua vida. Ora, aconteceu que esse oitavo dia era o primeiro da sua única festa. Pensaram os opositores desses folguedos que a simples insinuação de uma transferência bastaria para que toda a gente ficasse em casa e por si mesma a população dispensasse o carnaval; mas, à cautela, apelaram para os poderes públicos e tiveram a única resposta que eles poderiam dar – que não era da sua alçada a transferência. Efetivamente não o é – porque não é uma festa nacional, mas católica, ou tolerada pelo catolicismo, que no seu calendário lhe marca a época própria e intransferível, porque a ele estão ligadas outras solenidades que não podem ser adiadas.

Alguns jornais apoiaram a transferência, outros não; mas todos no domingo noticiaram que o carnaval fora transferido para abril. Viu-se, porém, que isso de nada serviu, a não ser para produzir dois males – fazer parecerem uma falta de respeito à memória do nosso morto os folguedos carnavalescos e tornar estes menos alegres, pela falta das bandas de música, que lhes dão uns visos de arte entre a estridência dos zabumbas e das gaitas. O povo não transferiu o carnaval e no domingo encheu a Avenida, como de costume; houve gritos, batalhas de *Rodo* e de *Vlan*,¹⁵⁹ carros e autos

159. Batalhas de lança-perfumes (das marcas *Rodo* e *Vlan*, importadas da França e da Suíça).

com famílias em longas filas duplas, atropelos, causados de propósito por grande parte da nossa mocidade chamada esperançosa, fantasias, máscaras, pijamas, troças e toda a farandolagem do costume. O povo quis o carnaval, como quis – e até com sacrifício da própria vida – levar Rio Branco ao cemitério, porque como houve quem dissesse na ocasião e os jornais o repetiram – Rio Branco era do povo. Agora, sem proferir as palavras, veio também afirmar pelo fato na Avenida: “o carnaval é do povo”.

20 de fevereiro de 1912

Há dias, no largo salão de uma secretaria, dizia-me alguém admirar-se de me ver embarafustar ultimamente, de vez em quando, pelo pedregoso terreno da política, deixando de lado os caminhos relvosos do campo literário, onde, graças a Deus, sempre me aprouve perder os passos.

Mas, diga-se: quando uma pobre criatura está dentro de um círculo em que ao menor dos seus gestos esbarra com as mãos nas correntes afogueadas da política; em que ao menor esforço dos seus pulmões aspira um ar saturado de ameaças políticas, e onde ao mais rápido relancear dos seus olhos descortina visões políticas que a entristecem, de que poderá falar essa criatura? Do sol, das estrelas, das coisas divinas, imutáveis e serenas que lhe povoam o espírito de sonhos e a alma de bons desejos? Não; por mais idealista que seja essa criatura, ela falará das arranhaduras que lhe magoam os dedos, da atmosfera pesada que a sufoca, ou dos quadros confusos e inexplicáveis que vê esboçarem-se no fundo da sombra para que olha. É o meio. Quem vive hoje, no Rio de Janeiro, seja homem ou mulher, criança, moço ou velhinho, há de faladamente imiscuir-se na onda torva da política, não porque nela

mergulhe espontaneamente, mas, porque por ela será arrebatado, mesmo a contragosto.

Já era demais. De manhã as folhas não nos falavam de outra coisa; à mesa do almoço entre o tutu e a roupa-velha com molho de tomate, surgiam a cada garfada novos comentários políticos, à guisa de aperitivo que, de resto, só conseguiam enraivecer o dono da casa contra as inabilidades culinárias da sua cozinheira; ao recolher da rua para o jantar até as próprias crianças, coitadas, traziam, na ponta das linguinhas inocentes, ditos ferozes contra a situação! Alguns dos pequenos mais arrebatados traziam mesmo às vezes arranhões na pele por se terem agatanhado na hora do recreio com os seus adversários... políticos. E à mesa do jantar, como à hora do almoço, como à do lanche, com visitas, quase sempre senhoras, em vez de se falar em feitios de chapéus e de vestidos, criticavam-se telegramas, lamentavam-se situações, receavam-se tumultos, affligiam-se as almas.

Nesta contingência, como escrever algo diferente? Era impossível...

E ora, como afinal de contas a obsessão continua, só me ocorreu um meio para esquivar-me à sua tirania: fugir.

Fugir para onde as nuvenzinhas doiradas da minha fantasia possam flutuar sem medo de negroses borrascosos que as desfigurem para sempre; fugir para onde não se discutam assuntos de interesse nacional, nem se ouçam tiros que, a toda hora, nos parecem de revolução!

Quem já uma vez tenha ido a Caldas¹⁶⁰ não se admirará que fosse o nome dessa terrinha sossegada o primeiro a ocorrer a um espírito necessitado de um pouco de repouso. Clima excelente, sociedade agradável, vida modesta, águas milagrosas, ela acena de lá aos que amam todo esse conjunto de coisas plácidas, com um gesto amável e convidativo. E lá me vou passar uns dias em Caldas (porque esta atmosfera política até me fez reumatismo) com escala por terras de São Paulo, onde abraçarei amigos de quem tenho saudades, e tornarei a ver sítios que tenho refletidos no coração, espelho em que as imagens permanecem, tanto mais perfeitas quanto mais distantes...

De Santos, de São Paulo, de Campinas mandarei em leves retalhos de papel as novas impressões que o seu progresso e a sua feição nova me sugerirem – porque todas essas cidades têm certamente mudado muito de aspecto, da sua atividade e da sua crescente civilização.

Não serão para mim propriamente umas cidades novas, mas são já umas cidades diferentes das que há tanto tempo conheci.

Escrevo estas linhas apressadas à hora do fazer das malas, hora que seria para mim deliciosa, se eu não me desgarrasse sozinha, deixando em casa todos que amo.

160. A autora pode estar se referindo, de fato, a Caldas, no sul de Minas, ou a Poços de Caldas, que em 1889 havia sido desmembrada de Caldas, tornando-se também município, e na época já frequentada por famílias abastadas e personalidades como Rui Barbosa, Santos Dumont, Olavo Bilac e João do Rio, todos atraídos pelas águas minerais e terapêuticas da região.

Assim, neste enleio já saudoso, em que o coração lamenta o que deixa e o espírito se anima pela ideia de novas perspectivas da vida brasileira, nem sei que livro escolha para companheiro de viagem, nem que assunto colha para esta crônica que por aqui vai caminhando ao Deus dará.

Quanto ao livro, a bem dizer, fornece-o a própria viagem, em que de minuto a minuto a paisagem muda e a sociedade apresenta aspectos diferentes.

Fui sempre uma péssima leitora, quer a bordo quer em caminho de ferro, e admiro a paciência e a atenção absorvida de certos indivíduos, que se acomodam num banco de vagão ou numa cadeira de convés, e mergulham o espírito nas páginas de um volume qualquer, completamente alheios ao que se passa ao redor de si. Talvez que isso seja uma felicidade que na ânsia de viver a vida real e de ver com os meus olhos o que me seja possível ver neste mundo sublunar, de que sou grande apreciadora, eu não chegue a compreender, nem mesmo nas horas em que me aborreço! Em trânsito sou absolutamente incapaz de compreender qualquer leitura, seja ela de ponderações ou de frivolidades.

Aboletada num hotel por longo prazo, então, sim. Criado um ambiente de tranquilidade, sinto-me apta para a leitura de livros. Mas, do embaraço da escolha destes, desde já tira-me a ideia da biblioteca que possui em Caldas o ilustre médico dr. Pedro Sanches, biblioteca pelo menos tão grande quanto a amabilidade do seu proprietário. Espero que esta revelação não pro-

porcione a esse senhor pedidos inoportunos de veranistas desocupados, tanto mais que quem a fez se opõe ao sistema de pedir livros emprestados por já ter, por certas concessões, perdido algumas obras de grande estimação.

Se algum serviço me prestar essa biblioteca, onde há de tudo, será o da sugestão, e nada mais. Fique isto bem claro. De resto, é preciso dar trabalho aos correios, e fazer viajar a literatura por si só, sem a contingência subalterna de ir num fundo de mala, como coisa inerte, entre roupa branca e caixas de calçado.

Se eu fosse livreiro, haveria de moer a paciência dos legisladores até convencê-los de criar uma multa para toda a gente que pedisse aos outros livros emprestados.

Para os que não possam ou não queiram despende uns tantos mil réis em volumes de que necessitem, tem a Biblioteca Nacional as suas portas abertas até as 9 horas da noite. E como apetece ler naquele belo salão! Eu não passo por ali que não me sinta tentada a subir aquelas largas escadas, para ir saborear lá dentro, na doce mansão retirada e silenciosa, o convívio de um mestre da nossa língua ou da literatura mundial; e é sempre à biblioteca que me ocorre levar qualquer estrangeiro ilustre que nos visite, que eu acompanhe, e a quem deseje demonstrar o nosso adiantamento intelectual. Aquele edifício é para mim uma espécie de Corcovado da nossa civilização! A pena que tenho e que julgo comparticipada pelo seu distintíssimo diretor é quando em tais condições me debruço do alto das galerias do salão de leitura, mostrando-o aos visitantes

por quem me interessa, não o ver completamente cheio de leitores...

Perdão, acabam de me interromper, creio que pela vigésima vez este artigo, e, perdido o fio do que estava dizendo, se é que de fato eu estava dizendo alguma coisa, acho melhor parar aqui, apesar de que só ao chegar ao fim é que me lembro de que já tinha anotado alguns assuntos de interesse geral para esta crônica!

É a eterna confusão das “atrapalhações da última hora...”

Até Santos!

27 de fevereiro de 1912

Não sei por onde pegar hoje no assunto que as circunstâncias me oferecem e que se apresenta aos meus olhos como um osso descarnado, um osso branco e estéril à força de ter sido roído em público sem utilidade para ninguém.

Há certas matérias em que um cronista pode reincidir sem enfado, porque são por sua natureza agradáveis a todos os indivíduos; mas há outras de que não se fala sem correr o risco de irritar a paciência das pessoas, mesmo as mais pacíficas e indiferentes. Mas que remédio senão arcar com tais contratempos e dificuldades. Está claro que seria muito mais agradável para mim e para os que me lessem falar de música, por exemplo. A música é a arte suprema, a sublime e suavíssima consolação da humanidade atormentada, affligida por tantos séculos de trabalhos, de dúvidas, de investigações e sobressaltos. As sonatas de Beethoven são ainda as mais largas janelas que se conhecem abertas para o esquecimento das maldades terrenas, para o jardim estrelado do ideal infinito. Oh! a delí-

cia da música e o que se poderia dizer já, na certeza de acudir a grandes curiosidades, a respeito do sr. Fanelli,¹⁶¹ que, tendo vivido sempre obscuro, ignorado por todos e ignorando talvez ele próprio os seus merecimentos, surge aos quarenta e tantos anos à tona luminosa da fama, sobraçando as suas composições, feitas desde a adolescência no meio do fragor tumultuoso da sua enorme e distraída capital! Paris ouviu-lhe finalmente as harmonias, e o mundo todo já arde no desejo de o conhecer e de lhe bater palmas. Também eu gostaria que me falassem desse senhor Fanelli e me contassem como pôde ele suportar por tanto tempo sozinho o peso do gênio, sem gritar ao menos uma vez por socorro!

Não vou também discorrer sobre teatros, que é assunto aprazível e dócil, porque nos oferece uma condicional pelo menos tão vasta como o Oceano Pacífico: a de descrevermos o teatro que teríamos se tais e tais fatos se viessem a realizar no nosso país. Não há nada para entreter a imaginação como criar situações que não existem. A elasticidade deste caso é para isso maravilhosa, mas a pressa obriga-me a aconselhar que nos contentemos nele, pelo menos por enquanto, com as glórias de João Caetano¹⁶² e entreguemos ao Destino tudo o mais.

161. Ernest Fanelli (1860-1917), compositor ítalo-francês. Sua obra, especialmente a peça *Tableau symphoniques* (1912), antecipou, segundo alguns críticos, a música impressionista.

162. João Caetano dos Santos (1808-1863), fluminense de Itaboraí, foi o mais importante ator e empresário teatral brasileiro no século XIX, tendo criado em 1833 a primeira companhia de atores no

Há um outro assunto em que um escritor pode reincidir sem o receio de parecer impertinente, porque tem a magia da banalidade ao mesmo tempo que do efêmero: as modas. A questão é ter a habilidade de intercalar na descrição as do uso feminino com as do sexo forte. Nas vitrines de gravatas ou de cartolas também se juntam transeuntes absortos e contemplativos. Pois não se vê isso a cada passo, na rua? Nem sempre há vagares para filosofias e argumentações graves. Tudo tem seu lugar. Entretanto, há pessoas que nunca encontram o seu na Vida; ocupam muitas vezes postos que lhes não competem, deixando vagos aqueles para que se habilitaram e para cujas funções têm competência.

A aviação; o automobilismo; a política; o feminismo; a arte; a literatura; a religião; o amor; a guerra; a indústria; o militarismo; o inferno são temas férteis, cheios de recursos para quem escreve e de interesse para quem lê. Mas este que tenho de esbrugar hoje mais uma vez diante do leitor, embora não seja de interesse restrito, também não comove um grande número de almas, e era justamente isso que eu queria!

A bem dizer, bastava-me que uma alma se comovesse: a do sr. prefeito.

A história é simples e já que chegamos a ela falemos com simplicidade e clareza.

Brasil e, em 1860, uma também pioneira escola de arte dramática. Durante anos arrendou o Teatro São João, atual Teatro João Caetano. Escreveu *Reflexões dramáticas* (1837) e *Lições dramáticas* (1862).

Estava eu um dia muito sossegada no gozo de uma curta vilegiatura em Caldas, quando o correio me levou uma carta original, porque não continha, dentro do envelope fechado, mais do que uma curta e lacônica notícia cortada do *Jornal do Commercio* do dia 17 de março, dizendo que na Diretoria de Obras e Viação Municipal estavam abertas concorrências para os calçamentos e paralelepípedos das ruas D. Luiza, Joaquim Murtinho, etc. O nome desta última ia sublinhado. Certamente a pessoa que me enviou tal retalhinho de papel quis perturbar as doçuras do meu sossego campestre, envenenando o meu repouso – pensaria eu se não tivesse visto à margem da mesma notícia um ponto de exclamação, seguido desta ordem expressa em tinta roxa: – proteste.

Ingênuo e desconhecido amigo, que assim contou com o poder da minha palavra!

Quantas e quantas vezes chamei a atenção dos nossos poderes municipais para este curto trecho de Santa Teresa, lembrando-lhes a vantagem de quando o transformassem de caminho particular em via pública o fizessem logo de uma maneira bela e definitiva?

Já nem me lembra.

E de que tem valido isso à linda mas pobre estrada? Nada. Querem convertê-la num caminho para automóveis e pensam em revesti-la de pedras, que o declive do terreno não permitirá conservar sem depressões. Por que não então o macadame? Informa-me uma pessoa de Barbacena que essa cidade tem há muito as suas mais íngremes ladeiras macadamizadas e em perfeito

estado de conservação. Que se estude no seu exemplo este problema, antes de fazerem uma rua para carroças onde se esperava ver um caminho de recreio e de luxo. É fantástico o desamor que temos pelas nossas belezas naturais, que tanto deveríamos pôr em evidência se tivéssemos mais um pouco de respeito à estética. Toda esta Santa Teresa está clamando por quem a ame e a compreenda, dando-lhe jardins; arborizando-lhe as ruas, fazendo-lhe terraços para miradouros, e destruindo-lhe as casas dos barrancos que interceptem a vista dos largos panoramas, tão variados desde a Carioca ao Silvestre!

De que serve o meu protesto? Ele ficará sem resposta, e, entretanto, esta curta rua, apadrinhada hoje com o nome de Joaquim Murтинho, que foi um grande amigo das árvores, não terá lugar para uma árvore sequer, porque, tendo apenas dez curtos metros de largura e uma linha dupla de bondes, que Deus conserve, servirá também para passeio de automóveis... Resta-nos ainda a dúvida de que possa ser agradável e mesmo higiênico passear-se de automóvel sobre um calçamento de paralelepípedos, que mais do que sobre o leito da estrada pesarão um dia sobre a consciência de quem os tiver mandado assentar...

E será só esta a nossa mesquinha vingança. Inspirai-nos outra, oh deuses!

—

No doce e lindo fim da última semana entram-me em casa dois livros novos, um de versos, de Aderbal de Carvalho,¹⁶³ a quem envio os meus agradecimentos, e outro de sociologia – *A verdadeira revisão constitucional* –, pelo engenheiro Samuel de Oliveira.¹⁶⁴ Não é esta uma obra de cujos merecimentos, que sei serem notáveis, se possa dizer alguma coisa senão depois de vagarosa e bem meditada leitura; por tal razão não têm estas linhas, com que me apresso em acusar o recebimento do livro, senão uma intenção: agradecê-lo.

30 de abril de 1912

163. Natural de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Aderbal de Carvalho (1872-1915) era poeta, romancista, crítico literário, tradutor e jurista, atividade esta em que se tornou mais conhecido. É autor de *O naturalismo no Brasil* (1894) e *A fisiologia do Direito* (1910).

164. Samuel Augusto de Oliveira (1868-1932), engenheiro e militar sergipano, autor de compêndios de aritmética e álgebra, em parceria com Liberato Bittencourt.

Quando uma vez escrevi contra o vestuário relaxado de certas classes do nosso povo nas ruas e praças públicas, recebi algumas cartas, umas de animação e outras de protesto, que me vieram demonstrar quanto este assunto interessa à nossa sociedade. Ninguém pensaria, entretanto, que tal interesse existisse, porque nem ao menos por obra de sugestão ele produziu nenhum efeito salutar.

Volto neste momento de um passeio pela cidade e trago a mesma impressão de negligência que me obrigou então a censurar a nossa polícia de costumes pelo nenhum recato e pouco asseio com que certos indivíduos ousam afrontar em plena luz do sol o olhar alheio. E penso que efeito produziria em qualquer senhora estrangeira, mesmo a mais pacata e modesta alemã, ou suíça acabada de desembarcar, o aspecto do mulatão gordalhudo que hoje vi a uma esquina, de camisa de meia curta e calças seguras abaixo do umbigo, cuja cova negra se destacava num meio palmo de ventre estufado e amarelo.

Se os nossos fotógrafos de instantâneos quisessem poderiam fornecer aos seus respectivos jornais ou revistas alguns modelos curiosos de tal desmazelo e talvez

que dessa colheita de abjeções resultasse algum benefício para a cidade... Se com o riso se castigam os costumes, com a fotografia se poderá talvez corrigir as toaletes. E é mais que tempo de se fazer a tentativa...

Ora imagine-se que uma pobre *miss* contratada em Londres para ir a Valparaíso ensinar *niños* em casa de família, ao parar no nosso porto desembarcava para subir ao Corcovado ou ver o Jardim Botânico, o nosso maravilhoso Jardim Botânico, e em caminho do cais para a Avenida via de repente a uma esquina o tal sujeito a que aludi! Que pensaria essa moça da nossa polícia, dos nossos costumes, da nossa tolerância? E, voltando para bordo, continuando a sua viagem para o Chile não seria provável que a acompanhasse, com a impressão das belezas incomparáveis de nossa bela capital, a visão irritante daquele ventre redondo, furado pelo buraco negro de um umbigo?

E bom seria que ela não tivesse visto também tanta gente descalça quebrando as unhas pelas calçadas, e tantas mulheres sujas carregando água à cabeça e de mais a mais em feias latas de querosene. Sim, porque se ao menos a conduzissem em alguma bilha de forma original, dariam ainda uma impressão de indústria ou arte nativa que talvez a alguém pudesse interessar... Assim mesmo, há tempos, disse-me um pintor no largo da Carioca, vendo passar uma rapariga com uma das tais latas à cabeça da qual lhe escorria um fio de água sobre o ombro: “que bom modelo...”

Efetivamente, a rapariga era bonita. Mas mesmo que o não fosse tanto.

Os pintores e os poetas aproveitam às vezes estas figuras imundas e fazem delas, desde que sejam características, personagens deliciosas. São os prodígios da arte que tudo diviniza; mas fora das telas ou dos poemas, caminhando no asfalto das ruas civilizadas, tais modelos são singularmente prosaicos e pouco acordes com a harmonia do conjunto.

Esta nota não é de tangência agradável, mas nem só de coisas amáveis se pode entreter um escritor que ame a sua terra e a queira ver em tudo feliz e perfeita.

Ora, o Rio de Janeiro é uma linda cidade, mas está cada vez mais assustadora. Os seus automóveis são a representação viva da morte, o terror dos transeuntes sempre ameaçados que não dobram esquinas nem atravessam ruas sem um batimento sobressaltado de coração.

Certos choferes divertem-se com os sustinhos que pregam nos pedestres distraídos e vão ao ponto às vezes de simular arremetidas contra uma ou outra pessoa que fica por isso atordoada e perplexa. E a polícia? Olha para essa chalaça como para o tal mulato da esquina: com a mesma indiferença...

Assombrosa polícia a nossa! E se à vista da sua atividade e disciplina alguém aventar a ideia de pedir à França, como fez São Paulo, um interventor que lhe modere os zelos, saltam logo protestos, afirmando que não precisamos estrangeiros para nada e que em questões de ordem, como em tudo o mais, podemos dar exemplo ao mundo. Sim, damos exemplos de acidentes constantes, trucidações em um minuto de pessoas

que a necessidade obriga a andar na rua para tratar dos seus negócios sem cogitarem que um automóvel as mande para o outro mundo sem lhes pedir licença!

O prazer de passear acabou. Quem anda pelas ruas tem a preocupação aborrecida de observar constantemente em redor de si, visto que nenhum gesto de policial imperativo faria sustar qualquer automóvel que o ameaçasse.

Madame Catulle Mendés, acostumada como está ao bulício de Paris, disse-me ter mais medo de atravessar aqui uma rua do que naquela capital, pela razão simplicíssima de que os veículos aqui têm um movimento desigual e demasiadamente acelerado.

Assim como a polícia não se incomoda com a indisciplina dos choferes não se inquieta também com a audácia dos pequenos vendedores de jornais, os garotos espertos que saltam nas entrelinhas dos bondes; que se atiram dos estribos de um carro para os de outro carro com uma agilidade que os pode trair e fazer pagar muitíssimo caro o interesse que tiverem tido no lucro de alguns tostões.

É de fazer tremer. O passageiro está sempre assim na iminência dolorosa de assistir à cena terrível da morte de uma criança esmagada pelas rodas de um pesado elétrico, quando esse elétrico não vá comboiando ainda outros carros.

Diante de todos estes desconchavos, de todas estas balbúrdias e feios aspectos, nenhuma pena votada às glórias da sua cidade pode permanecer inerte ou indiferente. Confessar erros e apontar com toda sinceridade

defeitos que parecem corrigíveis, se não é tarefa doce, é bem-intencionada.

* * *

O que é doce, o que é mesmo extremamente agradável para um escritor, é ter de saudar alguém por ter praticado um ato digno de admiração. O voo com que Eduardo Chaves¹⁶⁵ cortou o espaço entre São Paulo e o Rio demonstrou tanto arrojo, tamanha serenidade, tão absoluto domínio da vontade e confiança em si, que conseguiu arrancar o povo carioca do torpor em que ele há tempos vive mergulhado para seu mal, fazendo-o vibrar de entusiasmo.

165. Eduardo Pacheco Chaves (1887-1975), natural de São Paulo (SP), amigo de Alberto Santos Dumont e de Roland Garros (o primeiro a cruzar de avião o Mediterrâneo), realizou parcialmente, no dia 28 de abril de 1912, o primeiro voo de São Paulo ao Rio de Janeiro, no seu monoplano Blériot, um presente de Garros. Feito à velocidade média de 61 km/h, à altura que variou de 300 a 500 metros e seguindo o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, o voo saiu da rota e foi interrompido por falta de combustível na altura do mar da Ilha Grande e Mangaratiba, onde o avião caiu. Depois de nadar um trecho, foi socorrido por moradores locais e levado de trem até a Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde este autor do voo “mais longo e perigoso que se empreendeu no Brasil”, da “titânica empresa de domar o espaço”, foi efusivamente recebido pelo povo e pelas autoridades. Dois anos depois, no dia 5 de julho, ele realizaria plenamente o mesmo trajeto e, em 1920, faria em três dias inédito percurso do Rio de Janeiro a Buenos Aires, com escalas em São Paulo, Guaratuba, Porto Alegre e Montevideú.

Dizem os que assistiram à chegada do intrépido moço à Central que a multidão lhe fez uma verdadeira apoteose. Os jornais tecem-lhe também merecidos elogios. Agora, o resto é com o governo.

Por mim mando-lhe muito sinceramente as minhas palmas.

7 de maio de 1912

*É sabido que nesta capital
morre de duas em duas e meia
horas um tísico. No entanto,
que temos nós feito?*

As linhas que servem de epígrafe a este artigo, destaquei-as eu do relatório da Liga Brasileira contra a Tuberculose,¹⁶⁶ sob a gerência de 1911. São terríveis. Li-as com um arrepio de pavor e de espanto. Reproduzo-as por um dever de humanidade.

Embora não me acreditem os leitores céticos, a verdade é que estremeço de comoção a cada palavra que

166. A tuberculose fez mais de 110 mil mortes na cidade entre 1866 e 1914, número superior ao de óbitos provocados pelas chamadas doenças pestilenciais (febre amarela, varíola e peste bubônica), que também assolavam a cidade. Inspirada em exemplos da França e Alemanha, a Liga Brasileira contra a Tuberculose foi criada primeiro em São Paulo (17 de julho de 1889) e depois na capital federal (7 de outubro de 1900), por iniciativa de médicos como o doutor Clemente Ferreira, diante da ineficiência do Estado brasileiro em combater a doença. A Liga atuava em três frentes: propaganda preventiva, criação de estabelecimentos para tratamento e criação de hospitais especiais para isolamento e tratamento dos casos mais graves.

traço no papel, na certeza de que a este instante corresponde o de uma agonia de morte que a cooperação de nós todos talvez tivesse evitado.

Compreende-se; a maioria das vítimas da tuberculose é pobre. São cozinheiras, costureiras, operárias, gente que vive de um salário exíguo, que mal lhe permite domicílio e alimento. E podemos supor que alimento e que domicílios serão esses, numa terra de vida ingrata como a nossa!

A tais classes o Estado deveria amparar de um modo positivo, visto que, servindo elas, como servem, a outras classes mais afortunadas, mereceriam ao menos algumas compensações. *No entanto, que temos nós feito?*, pergunta o relator, não por si, que é médico da Liga, e por ela tem certamente trabalhado muito, mas por toda a comunidade brasileira. O tom em que é feita esta pergunta indica bem claramente qual deva ser a sua resposta.

Vê-se, porém, no mesmo relatório que tem havido boas vontades isoladas, sem força para arrastar atrás de si as de toda uma população em prol dos infelizes tuberculosos. Leio aí que na legislatura passada o senador Sá Freire¹⁶⁷ submeteu à deliberação dos seus pares um projeto de lei criando hospitais para tísicos adiantados e sanatórios para os enfermos ainda suscetíveis de cura. Infelizmente, tal projeto não logrou as honras de ser convertido em lei! Foi pena. Tivesse ele sido exe-

167. Melquíades Mário de Sá Freire, natural do Rio de Janeiro, era advogado e foi senador pelo Distrito Federal, de 1909 a 1916.

cutado e talvez que o pobre tísico, que a esta hora exala o seu último suspiro num ignorado quarto de cortiço da nossa cidade, pudesse ter escapado da morte e vivesse ainda longamente produzindo e gozando...

É terrível a certeza de que de duas em duas e meia horas morre um tísico no Rio de Janeiro por descuido dos serviços sanitários da União, que em face de tão dolorosa contingência deveria ter de há muito fundado os hospitais e os sanatórios necessários. É provável que a diretoria da Liga mande a todos os nossos deputados e senadores este relatório em que, aliás, transparece a simpatia do governo pelo projeto Sá Freire, expressa num ofício do ilustrado ministro dr. Rivadávia Correia.¹⁶⁸ Essa prática fará talvez renascer nos recintos tumultuários das duas câmaras o desejo de salvar o país de uma calamidade tão nefasta como essa que de duas em duas horas lhe tira um filho, lembrando aos nossos legisladores que “*o Estado deve proteção e amparo a todos os que por suas condições de fraqueza e de ignorância não sabem nem se podem defender*”.

Como a leitura de relatórios não interessa senão a um número muito restrito de pessoas, será bom divulgar nestes escritos ligeiros de jornal certas ideias que alguns deles encerram e que precisam de ampla circulação.

Neste da Liga Brasileira contra a Tuberculose palpitam importantes problemas da nossa vitalidade e da nossa fortuna. Uma população assombrada pelo

168. Rivadávia da Cunha Corrêa (1866-1920), natural de Santana do Livramento (RS), era na época ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Hermes da Fonseca.

espantalho da tuberculose, que de duas em duas horas arrebatava um dos seus filhos, não pode dar ao mundo nenhuma ideia de felicidade. Penso, e muitas vezes o tenho dito, que a melhor e mais profícua propaganda que temos a fazer do Brasil não é no estrangeiro; é dentro de casa. Trabalhemos com ânimo forte para que as nossas estatísticas provem que o nosso clima é salubre, que o nosso país é trabalhador e ordeiro, que o nosso coração é generoso e o nosso espírito, liberal e justo — e uma grande emigração de gente útil virá espontaneamente bater à nossa porta.

Os assuntos que se debatem nas cinquenta e tantas páginas do folheto que tenho entre as mãos valem por uma biblioteca. Quais são eles? A infância e a escola; medidas profiláticas antes e durante o tirocínio escolar; seguro familiar obrigatório para a colocação de pequenos tuberculosos em estabelecimentos especiais; criação de asilos, de hospitais, de sanatórios para doentes em diversos graus da moléstia; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; criação de caixas de seguro contra a invalidez dos operários; disseminação de conselhos sobre higiene a bem da coletividade, que sei eu! Um punhado de ideias dignas da nossa maior e mais serviçal atenção.

A Liga contra a Tuberculose tem feito muito em favor da população pobre do Rio de Janeiro e sente-se-lhe o desespero de não poder fazer ainda mais. Não tardará talvez muito que isso aconteça, porque os seus ideais são muito generosos e muito belos para ficarem ainda por longo tempo incompreendidos.

Embora as mensalidades dos sócios da Liga sejam modestíssimas – mil réis – elas têm ainda assim escasseado nestes últimos tempos. Decididamente, a vida moderna é a mestra superfina do egoísmo. O que de tal fato se depreende é que não podem as grandes associações contar com os particulares, não porque eles sejam maus ou indiferentes, mas porque são distraídos, absorvidos pela intensidade dos múltiplos afazeres, ou porque... ou porque são pobres. Como compete ao Estado olhar pela saúde pública, e como afinal, bem deduzido tudo, o Estado somos nós, que ele reverta em benefício de todos o imposto sobre o álcool lembrado pelo senador Sá Freire e que bastaria para obstar a morte de muita gente nesta cidade tão bem fadada pela natureza.

No relatório a que aludo, poderá o sr. Prefeito estudar, pelos efeitos da tuberculose, as condições especiais de cada bairro, verificando as razões por que este ou aquele fornece à estatística mortuária maior número de vítimas que outros quaisquer. A arborização ou ajardinamento de uma praça, a ventilação de um trecho aglomerado de casas infectas pelo ar renovado de uma rua nova podem servir de grande auxílio aos intuitos da Liga Brasileira contra a Tuberculose no seu afã de salvar os habitantes do Rio da contaminação ou da morte; a morte ainda no período útil da vida, que é a mocidade. De resto, se os cálculos matemáticos podem ser mais eloquentes que os impulsos do coração, faça-se conta do que o Estado despenderia, para prolongar tantas vidas moças que desaparecem, com

o que elas no correr dos tempos pudessem produzir a bem do Estado e ver-se-á que o capital empregado por ele nesse empenho só correria um risco: o de ser compensado por largos juros. Entretanto, eu desejaria que me dissesse quem sabe mais do que eu:

Haverá outra cidade, com a população da nossa, em que de duas em duas e meia horas morra um tísico?

—

Fazia eu ponto neste artigo quando o correio me trouxe o livro *Impressões da Europa*, do dr. Nilo Peçanha, obra que tenho viva curiosidade de ler, porque me fará penetrar no espírito de um homem a quem já coube a honra de governar o meu país e a quem tudo indica estar reservada em futuro próximo eficaz intervenção na nossa vida de nação civilizada.

Tenho ainda a agradecer o livro de Chrysantheme,¹⁶⁹ brilhante herdeira dos dotes intelectuais de Carmen Dolores: *Contos para crianças*, ilustrado por Julião Machado; o livro de contos *Pela vida*, de Terêncio Porto,¹⁷⁰ que li com muito agrado; *Breviário*, livro de

169. Pseudônimo da escritora Cecília Moncorvo Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos, filha de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que assinava “Carmen Dolores”. Cronista de prestígio na época, escreveu romances biográficos e históricos, peças teatrais e contos infantis.

170. Jornalista e escritor, natural do Ceará, fundou em Belém, com Raimundo Proença, *O Cearense*, órgão da colônia do seu estado no Pará. É o patrono da cadeira n.º 36 da Academia Paraense de Letras.

poesias, de cujos merecimentos falarão melhor os poetas do que eu falaria e *O avaro*, bela conferência feita em Campinas pelo jovem escritor Moraes que neste estudo revela qualidades muito dignas de admiração.

4 de junho de 1912

Quando em 1902 eu organizava uma exposição de flores no Rio de Janeiro, desacompanhada de qualquer favor oficial, a não ser o do consentimento de a fazer no parque da República, supunha que daí por diante, iniciada essa festa tão linda quanto proveitosa, ela se tornasse como uma obrigação das nossas primaveras.

Enganei-me. Malograda a minha tentativa na hora da sua realização e por um acidente absolutamente inesperado, como foi o desmoronamento do pavilhão das flores, ficou, entretanto, de pé uma certeza: a de que esse certame despertara a atenção de meia dúzia de expositores particulares, cujos nomes foram então publicados, além dos comerciais.

Do fracasso dessa exposição surgiu outra, organizada pela Associação das Crianças Brasileiras, em cujo benefício teria sido a primeira. Esta segunda exposição, realizamo-la juntamente com a de lâmpadas a álcool da Sociedade Nacional de Agricultura, num velódromo na rua do Lavradio. Agradou. Mas, apesar de ter agradado, só na Exposição Nacional de 1908 viu o Rio de Janeiro a sua terceira exposição de flores, que, na realidade, foi a segunda, porque a primeira

morrera; morreu depois de nascida, mas antes de ser visitada pelo público.

Ora, pois, de 1908 até hoje ninguém mais se lembrou de que esta terra de manacás cheirosos e de hibiscos fulgurantes mereceria de vez o incentivo de uma exposição de flores?! Os meses correm depressa. Quando menos se pensar, aí está setembro com as suas braçadas de rosas, os seus nardos capitosos, as suas laranjeiras cobertas pelos véus brancos das florinhas virginais. Seria tempo de começar a chamada dos expositores particulares espalhados por vários pontos conhecidos: Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, São Paulo...

Só assim as orquídeas dos nossos colecionadores, as ricas orquídeas, que vivem perpetuamente nas suas estufas como freirinhas nos conventos, viriam cá para fora afrontar a luz de outro ambiente, inspirar os poetas, deliciar a vista dos que mal as conhecem...

Será possível que se passe também este ano sem que a nossa capital, que se gaba de tantas glórias, queira a de mostrar-nos os progressos que têm feito nos últimos anos os seus floricultores e os seus jardineiros?

Sim; é quase certo que ela despreze esta pequena vaidade, que seria um grande estímulo e um grande benefício para muita gente. Além de que, é triste, é mesmo mesquinho, confessemos, contentarmo-nos num passado de tantíssimos anos com duas exposições de flores somente!

Onde está então o nosso gosto? O nosso interesse pela vida tão curiosa e tão absorvente das plantas? O nosso espírito de arte e de elegância?

Quando eu falei nas nossas flores maravilhosas, não o fiz por ironia, porque a verdade é que temos flores belíssimas, mas são essas exatamente as que bem pouca gente conhece e conviria divulgá-las em exposições sucessivas. O incentivo para o aparecimento dessas flores quase ignoradas em público seria um prêmio dado pelo governo. Quais são elas? São as que nas matas esperam pela mão piedosa que as traga para os fulgores da civilização.

A verdade também é que nestes últimos tempos temos relaxado muito o cultivo das plantas usuais dos nossos jardins, que são lindas e variadíssimas, porque reunimos às europeias que florescem aqui admiravelmente, muitas plantas tropicais de imenso valor. As roseiras, que tinham aqui outrora apaixonados sinceros, grandes colecionadores particulares, são agora sempre as mesmas. Se repararem bem, verão que as suas rosas têm diminuído no tamanho e no brilho das suas cores, porque, a não ser para especulação comercial, há pouquíssima gente que se dê ao luxo de as cultivar com esmero. Esse descaso seria interrompido se em todas as primaveras as nossas rosas tivessem de comparecer diante de um júri a que desejassem agradar.

Basta ir ao mercado das flores para se observar a decadência da nossa produção.

Há certas variedades de roseiras, antigamente abundantes e hoje quase ou inteiramente desaparecidas, como a *Príncipe Negro*, a *Vorace*, etc., e há outras que mal se parecem em esplendor com as cultivadas

nas velhas chácaras, como a formosa *Púrpura de Orleans*, de que os mais belos exemplares ultimamente são os saídos do cemitério de Catumbi.

Repare-se: são sempre as mesmas flores em que não transparecem cuidados especiais, as que nós vemos por aí; são sempre as mesmas açucenas, as mesmas dalias, de que em cada estação há nas exposições da Europa variedades suntuosas, os mesmos crisântemos mirrados, os mesmos gladiolos vermelhos ou salmão, etc... Não seria justo exigirmos um pouco mais? Muito mais?

Dizia-me um dia o sr. Del Bosco, floricultor e artista ilustrado, a quem devemos esforços que muito têm cooperado para a melhoria dos nossos jardins, que em poucas cidades do mundo se podem ver numa só estação flores tão variadas como nós vemos aqui em quase todo o ano. É já uma consolação; mas o que não disse o sr. Del Bosco, e nós vemos, é que, à parte raras exceções, não há quem perca o seu rico tempo esmerando-se para que as flores do seu jardim sejam absolutamente perfeitas.

Estimular a cultura das flores é estimular o amor pela terra, pela natureza e por ideal que reverte em benefícios de toda a ordem para o país. É este o papel das exposições. Quem tem um palmo de terreno para cultivar e o cultiva com êxito deseja ter um metro. Quem tem um metro deseja um hectare.

De uma jardineira suspensa de um peitoril de janela brotam desejos de largos campos em que a sementeira caia a mancheias. Criado o amor pela terra, está assegurado o bem-estar do país.

—

À sua paixão pelas flores deve a Dinamarca ser hoje um país prospérrimo. O entusiasmo pela agricultura partiu da cidade para os campos. Olhando para o cai-xotinho florido da sua janelinha da trapeira, a modesta costureira de Copenhague sonhava em ver as suas lindas flores reproduzidas por canteiros extensos... e ao noivo comunicou o seu desejo. Casados, foram morar nos arredores, numa casinhola com pequenino quintal. Este pequenino quintal foi transformado num jardim... E o amor das plantas, não sendo desiludido, criou novos ideais, que foram transmitidos a outra geração...

Se eu pudesse ir à Europa, iria estudar nesse país, que realiza o milagre de estar contente da sua sorte, os seus institutos de instrução, que dizem ser de um tipo absolutamente novo, e em que tudo converge para criar no aluno a simpatia pela vida rural.

Foi pena que o sr. dr. Nilo Peçanha, que tão arguto observador e tão fino comentador mostrou ser neste seu livro *Impressões da Europa*, não nos dissesse também algo dessa nação modelar, que soube pelo esforço e pelo amor de seus filhos transformar os seus areais em ubérrimos campos de próspera cultura.

Dir-se-ia que só onde a natureza é adversa o homem é tenaz?

*

As alunas e amigas de d. Alcina Navarro¹⁷¹ ensaiam um grande e belo concerto, que vão oferecer na próxima sexta-feira à sua querida mestra, como homenagem e eloquente prova de estima e de gratidão. Uma dessas discípulas, a quem me prendem laços de amizade, pede-me que entrelace algumas palavras de animação aos seus desígnios.

Aqui as ponho, com toda a sinceridade...

11 de junho de 1912

171. Alcina Navarro de Andrade (? -1961), pianista e catedrática jubilada da Escola Nacional de Música, idealizou o evento intitulado Culturas Artísticas, que promovia concertos e recitais no Rio de Janeiro, Petrópolis, Niterói, Campos e Volta Redonda.

Seria cômico se não fosse tão dolorosamente trágico o caso da Central!¹⁷²

Seria cômico, por parecer inconcebível que em uma estrada de ferro de tão grande importância e tão graves responsabilidades, os desastres se sucedam com a pasmosa frequência com que se sucedem aqui sem que ninguém procure pôr cobro ao descalabro que os motiva... Afinal, os passageiros que enchem diariamente os comboios da Central não são feitos de cortiça, e é risível que um país interessado no empenho de povoar o seu solo e que despende rios de dinheiro para atrair o imigrante para as suas terras, consinta neste massacre de carne humana que tantas vidas úteis rouba ou inutiliza de um momento para outro. Quando não fosse pelo dever natural de proteção e respeito pela vida alheia, que ao menos esta consideração econômica obrigasse a administração da Central a ser correta e a proteger a existência dos que a ela se confiam...

172. Dois trens da Estrada de Ferro Central do Brasil, e logo em seguida um terceiro, se chocaram na altura do viaduto de São Cristóvão, causando várias mortes e dezenas de feridos.

Uma lealdade ao menos tem tido para com o público a nossa principal estrada de ferro: os seus acidentes têm crescido de gravidade gradativamente, de modo a poderem servir como que de advertência aos incautos. Que tremendo desastre virá depois deste último? Não é fácil de imaginar; contudo, quem não tiver pressa de ir para o outro mundo em caminho de ferro será prudente não viajar por estes meses mais próximos, a não ser que o faça por outra via férrea ou por mar.

Já há muito tempo que certas pessoas, forçadas a viajar entre São Paulo e o Rio, adotam ostensivamente o transporte marítimo, no receio confessado não só de perigos muito prováveis, como de aborrecimentos, de atrasos e de sustos na Central.

Neste mesmo lugar declarei eu, ao escrever um artigo sobre a minha última excursão a Caldas, que fazia a viagem até Santos, por mar, com medo de que me ficassem os ossos partidos em algum encontro de trens da nossa famosa e comodíssima Central. O que fiz, fá-lo muita gente, mais confiante no mistério impenetrável das ondas do alto-mar que nos mistérios de uma administração enigmática, porque insiste em dirigir o que não compreende, ou de que não tem força moral para corrigir ou desfazer enredos.

Bem sei que em toda a parte da Terra se dão desastres em estradas de ferro: alguns terríveis, verdadeiramente assombrosos — mas espaçados ou raros. O que é incompreensível, o que sai fora dos limites da razão para entrar com fúria pelos da loucura, é que se não tenha procurado por todos os meios imagináveis

suster esta marcha fúnebre dos acidentes com que há tanto tempo a Central fornece assunto às folhas para necrológios e lamentações sobre prejuízos materiais e morais. Não se trata agora de uma questão de política nem de capricho; trata-se de uma questão de vida ou de morte, cuja solução não pode ficar adiada até novas desgraças. Que não fique no vago das coisas vagas o motivo destes descuidos ou destes crimes, e tudo se corrija, para honra do nosso nome e tranquilidade do nosso espírito. Não é desejar o impossível. De resto, cada vez há maior trabalho e mais energia precisamos despender para o simples fato de defender a nossa vida, por toda a parte ameaçada. Se há longos meses que se diz: quem tiver de viajar pela Central precisa fazer antes o seu testamento ou um seguro de vida em favor dos filhos (pobres órfãos!), também quem tiver de sair a passeio pelas ruas do Rio terá por prudência de confiar a sua alma a Deus antes de pôr pé nas ruas mais frequentadas pelos automóveis, que não matam só pelo esmagamento, mas pela sufocação também.

Há poucos dias ainda um senhor do Uruguai ou da Argentina se lamentava, com razão, neste jornal, não só do buzinar atroador dos nossos automóveis a horas mortas da noite, quando não há trânsito nas ruas e os que estão nas respectivas camas querem dormir o seu soninho descansado, como do vapor fétido com que os *chauffeurs dan sin necesidad escape libre a sus motores*, e que enche o ar de uma nuvem sufocante, capaz de matar qualquer asmático e de arruinar ainda mais os pulmões de qualquer tísico.

Ni en Montevideo ni en Buenos Aires, ni en ninguna ciudad del mundo permiten semejantes abusos, muy al contrario tienen penas y severas los contraventores, pues las autoridades tienen el deber de evitar que los habitantes de una ciudad no sean cuando menos incomodados em las horas del descanso, etc.

Como a Central, o automóvel no Brasil é um adido de sua majestade a Morte. Seria bom que os seus danos não fossem senão os de perturbar pelos urros caprichosos das suas cornetas o repouso de quem dorme, nem pelo vapor das suas máquinas o olfato de quem sai para respirar o ar livre das avenidas e que precisa, para viver, de bom funcionamento dos pulmões...

Vamos ver se a nossa polícia presta mais atenção ao espanhol destas censuras que ao português da imprensa carioca, tantas vezes consumido nos mesmos reparos e nas mesmas súplicas.

E já que falei em português, não quero deixar de aludir com o elogio que me merece, ao projeto do deputado sr. Maurício de Lacerda,¹⁷³ determinando a obrigatoriedade do ensino de português em todas as escolas estrangeiras no Brasil.

Na persuasão de que nada vincula um homem a outro homem como a palavra irmã, muitas vezes me

173. Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959), natural de Vassouras (RJ), era na época deputado federal pelo Rio de Janeiro. Na década de 1920 envolveu-se diretamente nas rebeliões tenentistas e, mais tarde, aderiu ao socialismo, fundando a Liga Socialista do Estado do Rio de Janeiro e reelegendo-se deputado federal pela Aliança Nacional Libertadora. Em 1945, ajudou a fundar a União Democrática Nacional (UDN).

tenho aqui mesmo neste lugar referido à necessidade de estabelecermos escolas (até mesmo nas fazendas particulares auxiliadas por contribuições dos governos estaduais) em que a nossa língua seja ensinada ao colono estrangeiro. As minhas felicitações ao distinto deputado levam, portanto, o carinho da mais evidente sinceridade que nem um dos leitores do meu *Correio da Roça*¹⁷⁴ deixará de confirmar.

Considero a língua uma verdadeira pátria. Por isso, não compreendo bem qual seja, em relação ao nosso, o sentimento patriótico de certos brasileiros que não falam português, nascidos em cidades em que as atas das próprias câmaras municipais são redigidas numa língua diferente da nossa. Não duvido que os filhos dessas localidades adorem egoisticamente as suas terras dentro dos seus curtos limites intercircunferenciais, mas amarão, como nós, todo o Brasil? De raças diferentes, exatamente o que poderia haver de comum entre eles e nós seria a língua, que é a melhor nacionalizadora.

Quantas capacidades intelectuais estarão fechadas, no próprio seio do nosso país, dentro dos muros desses idiomas a que somos alheios? Não seria o caso de se pensar também, além de escolas, na fundação de bibliotecas públicas nas cidades alemãs de Santa Cata-

174. Romance epistolar de Júlia Lopes de Almeida publicado em 1913, esboça a condição da maioria das mulheres da *Belle Époque* carioca no início do século XX, mostrando as diferenças da vida na cidade e no campo, a transformação do meio rural, bem como a relação da mulher com a natureza e sua situação social.

rina? Livros, revistas, conferências, tudo isso pode ser aproveitado na propaganda do Brasil... no Brasil.

E vamos lá; as conferências, que muitos reputam maçadoras, têm um grande prestígio nos povos civilizados. A questão depende toda do conferente saber impor-se. Ainda há dias notamos isso ouvindo o poeta João de Barros,¹⁷⁵ autor do belo poema “Antheu”, falar sobre a saudade e o amor nos poetas de Portugal, assunto finamente literário, que parece só dever agradar a um restrito número de iniciados, e que chamou, entretanto, grande concorrência ao salão do *Jornal do Commercio*. O poeta fez-nos penetrar na alma nova do seu país, pela porta luminosa da sua palavra ardente e entusiástica, e o público saudou-o prolongadamente, com bem sentida satisfação.

Antes de pôr o último ponto nesta crônica, quero ainda falar de um artista – o violoncelista holandês Emílio Simon – cuja técnica poderosa e sentimento personalíssimo tive ensejo de admirar há poucos dias. Professor em um conservatório oficial dos Estados Unidos, ele passa pelo nosso país em viagem para a Europa onde vai gozar o repouso de umas curtas férias. Mas

175. Pedagogo e poeta português, nascido em Figueira da Foz, João de Barros (1881-1960) foi um entusiasta da aproximação luso-brasileira; dirigiu, com João do Rio, a revista *Atlântida* (1915-1920), para a qual colaboraram os principais escritores lusófonos da geração de 1910-1920. Em 1917, foi eleito sócio da Academia Brasileira de Letras e, em 1945, recebeu do governo brasileiro a Ordem do Cruzeiro do Sul.

mesmo em férias, quem tenha a consumir-lhe a alma o fogo sagrado da arte trabalha por ela delirantemente.

Emílio Simon, ainda muito moço, apaixonado pela música e pelo seu instrumento, dará ainda esta semana um concerto no Rio de Janeiro e tenho prazer em chamar para essa festa de arte a atenção do público.

6 de agosto de 1912

Noite; nas florestas que circundam o Rio de Janeiro perpassam luzes que não são doces nem pequeninas como as dos vagalumes... Os pássaros encolhem-se de terror nos ninhos; os répteis enfiam-se espavoridamente pelas tocas adentro; as árvores encurvam os seus galhos como interrogações:

– Que será?... Que será?

E as luzes, carregadas por mãos de homens, vão e vêm, rentes à terra, lambendo-a com o seu calor, tateando-a com a sua claridade trêmula, querendo adivinhá-la, penetrá-la, até arrancar-lhe do seio o segredo mortal a ela confiado pelo crime de um outro homem...

Se as luzes param, cravam-se logo no chão unhas agudas de aço, unhas ferozes que magoam as fibrilhas das plantas adormecidas ou as raízes plácidas das grandes árvores benditas que, na suprema angústia da sua força impotente, se quedam augustas e silenciosas na escuridão.

O que elas terão presenciado, as árvores impassíveis que cingem com o seu anel de esmeraldas esta cidade turbulenta, cortesã luxuosa e luxuriosa, pecadora impenitente e ambiciosa terrível! Quantos dramas

asquerosos estarão temporariamente ou para sempre escondidos no seio virginal e clemente do seu solo, ainda inexplorado pelos golpes da enxada rude e a semente fértil!

Ah! O Rio de Janeiro tem bem onde ocultar os seus delitos e os seus pavores, tendo a cercá-lo a floresta e o mar...

Mas o mar tem o costume de Shylock,¹⁷⁶ de não restituir o que recebe, e a alma trágica de Macbeth,¹⁷⁷ que é luz na superfície e tredo embuste no fundo. O que lhe encravarem pesadamente nas areias, chumbado pela necessidade de um olvido eterno, lá ficará para sempre, eternamente escondido. Só o que lhe é atirado à superfície rapidamente, sem cautelosa precaução, é depois recambiado às praias, já despojado, contudo, dos seus dons mais preciosos...

A floresta não. A floresta é o refúgio dos que ainda esperam. Desambiciosa, honesta, não devora tesouros que lhe confiem e que ela guarda intactos até a hora em que os vão buscar para o redemoinho da vida a que se destinam. Como julgaríamos nós a humanidade se pudessemos entender a voz das árvores?

Creio que esta pergunta já tem sido formulada por vários poetas e filósofos, concluindo, tanto uns como

176. O agiota judeu personagem da peça *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare.

177. Outro personagem de Shakespeare, na conhecida tragédia homônima, que trata de um regicídio e suas consequências.

outros, que tal julgamento seria feito através de uma piedade infinita e cheia de amargura...

É talvez pelo instinto dessa piedade soberana que os desvairados, os aflitos, correm a esconder aos pés das árvores magnânimas os frutos acres do seu pecado...

Como este dinheiro do Tesouro enterrado e desenterrado agora das matas do Andaraí e do Sumaré, quantos outros crimes estarão ocultos sob as lapas frias ou as terras moles das serras e grotas que nos circundam?

Quando, alta noite, o piscar esmeraldino dos vagalumes pontuar de estrelinhas a escuridão dos bosques, e os gênios da solidão, balouçando-se nas redoijas dos cipós, virem chegar os ladrões – curvados para o chão, dedos aguçados como os dos ancinhos; bocas cerradas, para que a própria voz não os traia irrompendo-lhes do peito; e ajoelhando-se na terra sagrada se puserem a cavar, se puserem a cavar, para nela esconderem joias ou dinheiro, e saírem depois desconfiados, olhando para trás, no manifesto terror de que as próprias árvores impassíveis possam ir no seu encalço para os denunciar; quando tal acontece, porque não hão de esses doces gênios invisíveis ter voz para chamar a si os ladrões e aconselhá-los, e convencê-los a retroceder com os seus roubos para submissamente os restituírem aos donos?

Que pena que a alma insinuante e grandiosa da floresta só saiba falar aos poetas e dizer-lhes o que deveria dizer principalmente aos desgraçados e transviados do caminho!...

Se as lindas árvores do Andaraí e do Sumaré tivessem esclarecido o cérebro doido desse infeliz rapaz,¹⁷⁸ agora preso na Detenção, com aquelas máximas que andam por aí traduzidas em prosa e verso, e com que elas ensinam que as alminhas humildes da gente pobre, de pés descalços e espírito rústico, são mais venturosas e mais perfeitas do que as dos homens insatisfeitos das cidades de luxo; se as árvores lhe tivessem feito sentir, através da serenidade da sua filosofia, que a felicidade neste mundo só existe num lugar: o fundo das consciências puras; e que a maior glória desta vida caberá à pessoa que na sua última hora declare aos outros e a si próprio – que nada tem de que se arrepender – quantas torturas, quantas vergonhas e desesperos lhe teriam essas doces árvores poupado! Desgraçadamente, porém, as árvores só falam aos que têm no peito poesia em vez de ambição;

178. A autora se refere ao roubo, por funcionários do Lloyd Brasileiro, de dois caixotes com 1.400 contos de réis que deveriam ser transportados para o Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Os ladrões trocaram os caixotes com o dinheiro por outros falsos e esconderam as notas em buracos nas matas do Sumaré, Tijuca e Andaraí. O acaso fez um carteiro, morador no morro do Andaraí, surpreender um dos ladrões, João dos Santos Barata Ribeiro, no momento em que envolvia parte do dinheiro numa lâmina de chumbo para que não se deteriorasse. Em reação, Barata Ribeiro, que era filho do segundo casamento de Atanagildo Barata e irmão por parte de pai do futuro tenente e membro do Partido Comunista Brasileiro Agildo Barata, matou o carteiro com três tiros. Preso por moradores da região, confessou o crime, não sem sofrer violência policial, e denunciou os comparsas.

do que se poderá concluir: que as árvores só falam a quem as faz falar.

Pois lastimemos todos que a sacra Bíblia Verde da floresta seja incompreensível exatamente aos olhos dos que mais precisariam entendê-la...

Porque é inegável que, para acalmar esta sede furiosa de dinheiro e de gozos materiais, que abraça as entranhas da sociedade moderna, fazendo dos fracos criminosos, seria preciso que ela se pusesse a amar com fé sincera ideias de bondade e de singeleza.

Mas onde existirão forças capazes de os inspirar, nesta hora de tumulto, em que a própria Igreja, criada para os simples, preconiza o luxo pela boca prestigiosa de um dos seus sacerdotes, como há bem poucos dias nos afirmava um telegrama de Buenos Aires?...

Mais sintomático, mais triste do que o roubo dos mil e quatrocentos contos, é para mim o caso desta pobre menina de Catumbi, diariamente espancada pelos seus tutores. O outro é um crime sensacional, impessoal, de momento: este é um crime executado lentamente, longamente, sobre um entesinho fraco, pobre, e pelas próprias pessoas que lhe deveriam servir de pais! Somente este caso já não abala a curiosidade pública, acostuada a ver escorregar pelo escoadouro dos noticiários outros fatos idênticos. E é exatamente nisso que vejo uma grande causa de tristeza...

Se as informações fornecidas aos jornais são fiéis à verdade, essa infeliz criança, obrigada a viver entre dois carrascos, que, não contentes de a torturarem dentro dos tristes muros da sua residência, ainda a vexa-

vam, em plena rua, dando-lhe pancada, se todas essas acusações são verdadeiras, por que prisma, Senhor, poderia essa desditosa menina ver a vida?

Pobre de quem morre deixando um filho pequenino...

13 de agosto de 1912

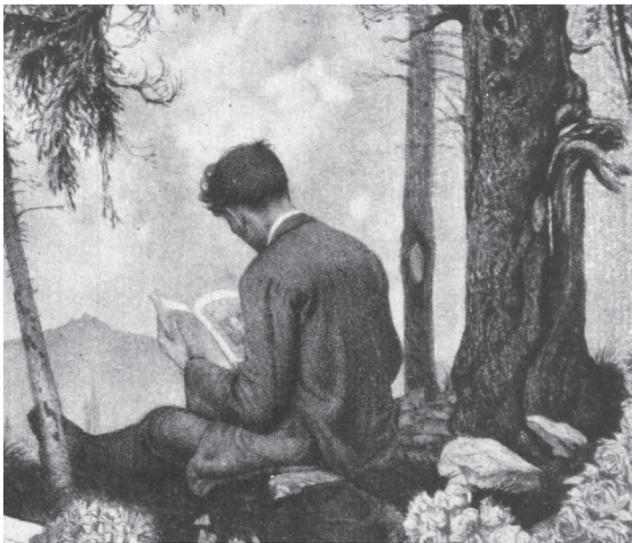


Imagem da capa

Detalhe de ex-libris de Carl Neumann Reichenberg (1907) da “Coleção de Ex-Libris” v. 8 – Área de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional.

CADERNOS DA BIBLIOTECA NACIONAL
Volumes publicados

1. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, Matias Aires.
2. *Swift*, Rui Barbosa.
3. *Os meus balões*, Alberto Santos Dumont.
4. *O bibliotecário do rei*. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Marcus Venicio Ribeiro e Mônica Auler (Orgs.).
5. *Senhora das imagens internas*. Escritos dispersos de Nise da Silveira. Martha Pires Ferreira (Org.).
6. *Caderneta de campo*, Euclides da Cunha. Olímpio de Souza Andrade (Org.).
7. *Escoço biográfico de Dom Pedro I*, Maria Graham.
8. *O Japão*, Aluísio de Azevedo.
9. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira, Cecília Costa.
10. *O pós-modernismo*: José Lins do Rego e Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré.

11. *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora.* Revert Henry Klumb.
12. *Psicologia urbana,* João do Rio.
13. *Os dias passam...,* João do Rio.
14. *No tempo de Wenceslau...,* João do Rio.
15. *Juliano Moreira: estudos de um pioneiro da psiquiatria no Brasil.* Christianne Theodoro de Jesus (Org.).



Júlia Lopes de Almeida. *Fon-Fon!*, n. 40, p. 37

“O que nos consola é que, poetas ou não, todos nós somos roseiras, de pior ou melhor qualidade. Em uns, mal se desfolha uma ilusão, eis que outra desabrocha mais luminosa e inebriante; enquanto que em outros nascem raras flores mirradas, de longe em longe... A diferença está em que, no comum das pessoas, as ilusões desfolhadas se perdem inodoramente pelo pó dos caminhos andados, enquanto que as ilusões dos poetas se cristalizam na forma maravilhosa dos versos. Felizes das roseiras velhas que ainda têm seiva para flores, e dos homens cansados que ainda têm a faculdade da ilusão!”



Theatro Municipal, na praça Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro. *Fotografias do Distrito Federal, 1911-1920*

“A invasão turbulenta de algumas amigas na minha sala de trabalho suspendeu-me a pena do papel. Vinham ansiosas por me comunicarem as suas impressões sobre o Theatro Municipal; queriam ouvir a minha.

E a minha era, como a de todas, de satisfação completa. Abençoado dinheiro o que se gastou naqueles mármore, naquelas pinturas, no ônix esmeraldino daqueles corrimões, nos bronzes e nos cristais daquelas lâmpadas e na execução do seu plano belíssimo.

A cidade está radiante; tem mais um título de glórias para a admiração do estrangeiro e de orgulho para a satisfação própria.”



Largo da Carioca [no fundo, à direita, vê-se uma beirada do chafariz homônimo; na foto menor, visto de ângulo oposto, o mesmo chafariz, próximo ao portão do Convento de Santo Antônio]. Fotos de Augusto Malta, 1906 (?) e Revert Henry Klumb, final do século XIX

“Mudar o nome do largo da Carioca?! Protesto. Com que direito? (...) Porque, podem crer, aqui onde estou, dentro das quatro paredes da minha sala de trabalho, eu adivinho que absolutamente ninguém nesta leal cidade tomaria a sério outra qualquer designação, fosse ela qual fosse, para aquele ponto da cidade, seu verdadeiro coração, onde um chafariz tradicional jorra, de não sei quantas bicas, a água deliciosa do aqueduto histórico da Carioca. Não se quebram tradições respeitáveis e afetuosas, como se quebram bugigangas de vidro. (...) As cidades têm alma.”



O Palácio Monroe e, na confluência das avenidas Central (atual Rio Branco) e Beira-Mar, o Obelisco. Foto de Augusto Malta, 19--

“Ainda as trêfegas alunas do instituto burburinhavam ao redor de mim, quando um automóvel parou à beira da calçada e de dentro saltou elegante senhora da nossa sociedade para me dar uma novidade em primeira mão: pensa em organizar este inverno um baile de caridade, cor-de-rosa e branco, no pavilhão Monroe. Em São Paulo tem-se feito ultimamente muitos desses bailes, que são bem-sucedidos, vendem-se os convites, os licores e o chá, pagas as despesas, vai o resto do dinheiro engrossar a bolsa magra de qualquer instituição de assistência pública. Efetivamente, não há razão para que se não faça aqui a mesma coisa.”



“Apesar do calor e da sede que me mortificavam, achei a conferência curta e, arrastando duas amigas, atirei-me para a Cavé, na ânsia do sorvete! Toda a gente tinha tido a mesma ânsia e sofreu uns minutos tantálicos vendo, de goela seca, os outros deglutirem *punchs* e refrescos!”



*Podindo linho e refrescos
Com seus dias pittorescos
Chega o verão inclemente
E esta que aqui se vê*

*Sorve ainda, docemente,
O ultimo chá da Cavé,
Que pensa que um lindo rosto
Tenha assim tanto máo gosto.*



Cinematógrafo Rio Branco. *O Malho*, n. 277, 4 jan. 1908, p. 19



“Incêndio criminoso”. *O Malho*, n. 409, 16 jul. 1910, p. 19

“Está claro que todas as salas de espetáculo obedecem a certas regras impostas e fiscalizadas pela polícia local e conhecidas pelo público para recurso de salvamento num instante de pavor alucinante, motivado por qualquer acidente, e as salas dos cinematógrafos não escapam certamente a tal imposição; mas quantos dos seus frequentadores estão convencidos de que tais precauções foram nelas observadas e são mantidas em rigor pelos seus proprietários?”



O enterro do barão do Rio Branco ao passar pela antiga rua Senador Euzébio. *O Malho*, n. 492, 17 fev. 1912, p. 17

“Algumas pessoas, aliás, bem-intencionadas, tentaram fazer transferir os folguedos do carnaval em homenagem à memória do Grande Chanceler, prolongando assim o luto da Nação e o sentimento da saudade viva do morto imortal.

Mas o sentimento não se impõe a ninguém, e muito menos às massas.”



Alberto Nepomuceno, s. data

“E às oito e meia eu entrava no salão do Instituto Nacional de Música, meio morta de cansaço e agitando o leque furiosamente (...). O programa, belíssimo e executado primorosamente, fez-nos esquecer cansaço e calor para nos manter em uma atmosfera de deleite, que só a boa arte sabe criar. Renovo os meus parabéns a Alberto Nepomuceno.”



Divisão de Iconografia/FBN

Aurélio de Figueiredo pintando o quadro “O baile da Ilha Fiscal”, 1920

“Eu falaria com vivo prazer agora aqui da exposição de Aurélio de Figueiredo, exposição que sei, por informações insuspeitas, apresentar quadros de uma fatura nova e um efeito delicioso (...)”



Coord. de Publicações Sertadas/FBN

“Carlos de Carvalho. *Fon-Fon!*, n. 25, 18 jun. 1910, p. 18

“É um milagre ver-se como no Rio florescem as artes, apesar da quase indiferença que o público vota aos artistas... Estes têm boa têmpera. Não desanimam e fazem bem. Com pequenos intervalos temos agora os belos concertos de Carlos de Carvalho; do Instituto e das irmãs Figueiredo. E ainda bem que os nossos artistas (...) manifestam tamanha dedicação e tão grande coragem.”



Celina Roxo, Sylvia de Figueiredo Mafra, Helena e Suzana de Figueiredo, diretoras da Escola de Música Figueiredo Roxo. *Fon-fon!*, n. 29, 16 jul. 1915, p. 26.

“Há aqui no Rio de Janeiro um grupo de artistas que me interessa vivamente: o das três irmãs Figueiredo. Parecidas, fisicamente, ardendo todas na paixão da mesma arte, animadas pelo mesmo ideal, vibrando ao sopro do mesmo entusiasmo, elas apresentam todavia a singularidade curiosa e notável de individualidades artísticas bem destacadas entre si.”



Alunas da Escola de Música Figueiredo Roxo, após apresentação no salão nobre do Jornal do Commercio. *Fon-Fon!*, 16 jul. 1915, p. 26

“E o pobre morro [de Santo Antônio] pode ter a esperança de se ver transformado no mais lindo bairro do Rio de Janeiro central. De borrão de terra que ele é hoje, à noite, ver-se-á tresmudado em foco luminoso. A luz elétrica irradiará das suas alamedas arborizadas a capricho pelo dr. Júlio Furtado, sempre tão desvelado na ornamentação dos nossos parques e jardins...”

Júlio Furtado em homenagem de aniversário, da qual participaram Bastos Tigre, João do Rio e Emílio de Menezes. *Fon-Fon!*, 10 jul. 1910, p. 44



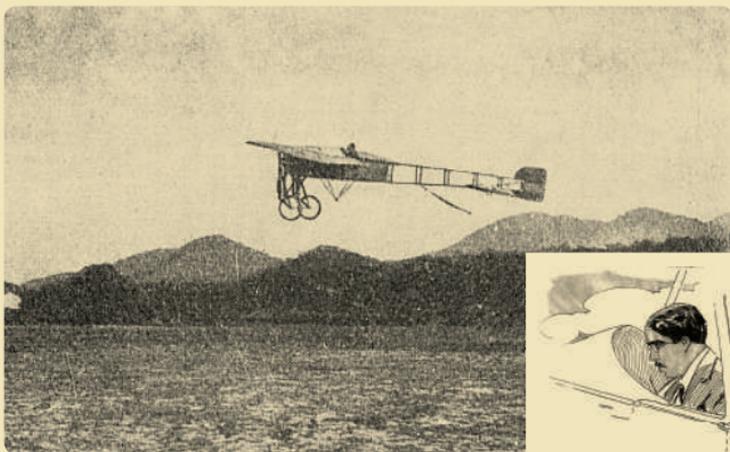
Coordenadoria de Publicações Seriadas / FBN

Coordenadoria de Publicações Seriadas / FBN



José Mariano Filho e sua esposa. *Fon-Fon!*, 15 ago. 1908, p. 2

“Cada vez que peço árvores para as descascadas ruas desta linda montanha, verdadeiro miradouro da formosa Guanabara e de toda a cidade que se derrama a seus pés, assalta-me um medo atroz de que façam a arborização de um modo incompleto, sem estudos prévios, (...)! Foi por isso com um sobressalto de alegria que li há dias um projeto de embelezamento, firmado pelo dr. José Mariano Filho, com relação a tão lindo e tão abandonado lugar.”



Edu Chaves voando no seu *Blériot*.
Revista da Semana, n. 23, 18 jul.
1914, p. 24

Edu Chaves, o “Ícaro brasileiro”. Desenho de Luiz (Sá).
Revista da Semana, n. 620, 30 mar. 1912, p. 7



Recepção a Edu Chaves em São Paulo depois da primeira tentativa de voar da capital paulista ao Rio de Janeiro. *O Malho*, n. 505, 18 maio 1912, p. 15

“O voo com que Eduardo Chaves cortou o espaço entre São Paulo e o Rio demonstrou tanto arrojo, tamanha serenidade, tão absoluto domínio da vontade e confiança em si, que conseguiu arrancar o povo carioca do torpor em que ele há tempos vive mergulhado para seu mal, fazendo-o vibrar de entusiasmo”.

“Prefiro falar de claridades, referindo-me ao espírito luminoso da poetisa e cronista pernambucana Edwiges de Sá Pereira, que acaba de regressar ao Recife (...). Enquanto estive no Rio de Janeiro, esta senhora, que é também professora pública no seu estado, não cessou de visitar as nossas escolas municipais, estudando-as, em todas as suas práticas, com um interesse apaixonado e a ânsia de levar para a sua terra o exemplo de tudo quanto nelas viu de melhor. Já de há muito tempo esta escritora faz uma bela e corajosa campanha a favor da instrução pública em Pernambuco.”



Edwiges de Sá Pereira. Desenho de M. J. Garnier, em *Sonetos brasileiros*, obra organizada por Laudelino Freire, F. Briguiet & Cia. Editores, 1916



“E, ao pôr o ponto final neste artigo, recebo mais um livro! – “*Beryllas*”, de Revocata H. de Mello e Julieta de M. Monteiro: obrigada!”

Revocata de Mello. Desenho de M. J. Garnier, em *Sonetos brasileiros*, obra organizada por Laudelino Freire, F. Briguiet & Cia. Editores, 1916

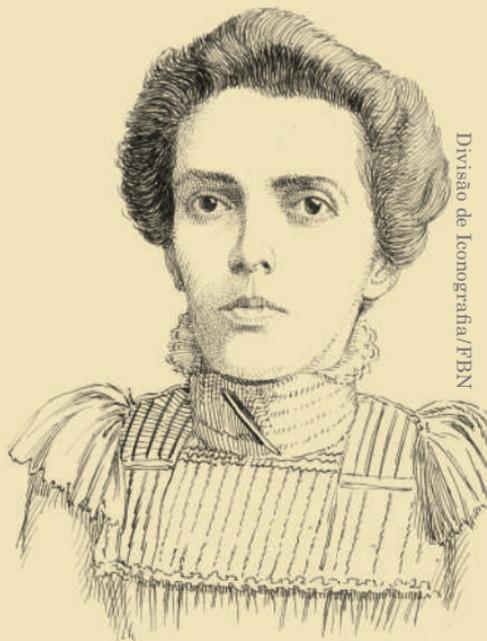


“Dos livros, tenho a agradecer, primeiramente o *Horto*, da saudosa e mística Auta de Souza, poetisa que ninguém, de coração, poderá ler de olhos enxutos, tal a sinceridade do seu sentimento, sempre prevenido pela ideia da morte!”

Auta de Souza. Desenho de M. J. Garnier, em *Sonetos brasileiros*, obra organizada por Laudelino Freire, F. Briguiet & Cia. Editores, 1916

“E desde que falei em arte com a grande, quero terminar estas linhas abraçando a artista incomparável, a grande poetisa que é Julia Cortines, pela sua volta à pátria, que ela tanto ama e tanto ilustra.”

Júlia Cortines. Desenho de M. J. Garnier, em *Sonetos brasileiros*, obra organizada por Laudelino Freire, F. Briguiet & Cia. Editores, 1916



Bianca Pappacena.
Revista da Semana, n. 29,
28 ago. 1915, p. 25

“Além da parte musical, Bianca Pappacena falou com extrema naturalidade e muita graça sobre o Amor nos cantos dialetais do povo italiano. E ouvir uma mulher de talento e assim formosa e moça é, para quem preza a palavra e a formosura, um verdadeiro regalo.”



Coordenadoria de Publicações Seriadas / FBN



Jane Catulle. *D'après* um pastel de Richard Hall, no livro *La Ville Merveilleuse*, de Jane Catulle-Mendès, 1913

“Qual de nós, que tenha o hábito de ler revistas e folhear jornais, não conhece de há muito a bela madame Catulle Mendès, citada pelos cronistas parisienses como uma das mais formosas mulheres da cidade fulgurante, e um dos mais finos espíritos da moderna literatura francesa?”



Salão de Leitura da Biblioteca Nacional. Do Álbum de fotografias da Biblioteca Nacional, 1911

“Na grande sala de leitura, magnificamente decorada por Amoedo, Brocos e Visconti, eu senti uma verdadeira surpresa, de tal modo a tinha imaginado diferente do que ela realmente é. Supunha uma sala em que só houvesse conforto; encontro um salão luxuosíssimo e brilhante.”



Divisão de Iconografia/FBN

“Vê-se que a mão que a dirige é forte e competente; mas disciplinada por uma vontade robusta e um espírito metódico. Já no modo por que está distribuído o mobiliário das diversas seções, denota a quem observe as coisas com um pouquinho de atenção, que o sr. dr. Cícero Peregrino sabe ser dono de casa. E como esse mobiliário de ferro, invencível à fúria das labaredas e à voracidade dos bichos, acorda em quem o vê o desejo de transformar os trastes que em casa destina à sua papelada!”

Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional de 1920 a 1924

Impresso pela Global Print Editora Gráfica LTDA.
Composição em Bodoni MT
Capa em papel Kraft 300 g/m²
Miolo em papel Pólen Soft 80 g/m²